



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS -
LICENCIATURA



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CIÊNCIAS SOCIAIS - LICENCIATURA

MACEIÓ, 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
 COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS -
 LICENCIATURA



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

Projeto político pedagógico reformulado para fins de atualização teórico-metodológica e adequação às diretrizes curriculares nacionais e resoluções internas da UFAL.

<p>Reitora Prof.^a Dr.^a Maria Valéria Costa Correia</p> <p>Vice-reitor Prof. Dr. José Vieira da Cruz</p> <p>Pró-Reitora de Graduação Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Paz da Silva</p> <p>Coordenadoria de Cursos de Graduação – CCG Prof.^a Dr.^a Giana Raquel Rosa</p> <p>Responsável pela Revisão do Projeto Pedagógico Márcia Valéria Oliveira Gonçalves - Técnica em Assuntos Educacionais/PROGRAD</p>	<p>Diretor do Instituto Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento</p> <p>Vice-Diretor do Instituto Prof. Dr. Elder Patrick Maia Alves</p> <p>Comissão de Elaboração do Projeto Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudencio - Docente / ICS Prof.^a Dr.^a Jordânia de Araújo Souza - Docente / ICS Prof. Dr. Welkson Pires da Silva - Docente / ICS Prof.^a Dr.^a Marina Felix de Melo - Docente / ICS Prof. Dr. José Alexandre da Silva Júnior - Docente / ICS Lelan Queiroz Siqueira - Técnico em Assuntos Educacionais/ICS Túlio Ismael Souza de Araújo - Representação Discente / ICS</p>
--	---

Maceió, 2018.

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	07
1.1 Contextualização.....	07
1.2 Contexto regional e local.....	09
1.4 Histórico do curso.....	13
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	17
2.1 Dados de identificação do curso.....	17
2.2 Objetivos.....	18
2.3 Perfil e competência profissional do egresso.....	20
3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	22
3.1 Colegiado do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura.....	22
3.1.1 Presidente do Colegiado/Coordenador do Curso.....	24
3.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	25
3.3 Quadro docente e técnico.....	26
3.3.1 Docentes.....	26
3.3.2 Técnicos.....	27
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	28
4.1 Matriz e proposta curricular.....	28
4.1.1 Transversalidade.....	30
4.1.2 Educação em Direitos Humanos.....	30
4.1.3 Educação para as Relações Étnico Raciais.....	33
4.1.4 Educação Ambiental.....	35
4.1.5 Matriz curricular.....	37
4.1.6 Proposta curricular.....	45
4.1.6.1 Ementas das Disciplinas do Curso.....	46
4.1.6.2 Atividades Teórico-Práticas Complementares/ Atividades Acadêmicas científico-culturais.....	102
4.1.6.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	103
4.1.6.4 Interdisciplinaridade e Flexibilização Curricular.....	105
4.1.6.5 Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais.....	107
4.1.6.6 Estágio Supervisionado.....	109
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	115
5.1 Inovação e Qualificação.....	115

5.2 Internacionalização.....	116
5.3 A Responsabilidade Social.....	116
5.4 Acessibilidade.....	117
5.5 Inclusão e Política de Cotas.....	121
5.6 Apoio Discente.....	121
5.7 Integração entre ensino, pesquisa e extensão.....	123
5.7.1 Política de Extensão.....	124
5.7.1.1 Programa de Extensão da Unidade.....	126
5.7.2 Política de Pesquisa.....	128
5.7.2.1 A estrutura das pesquisas na Unidade.....	128
6. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	130
7. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	133
8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	136
9. OUTRAS AVALIAÇÕES	138
9.1 Comissão de Autoavaliação da Unidade Acadêmica	139
10. INFRAESTRUTURA	141
11. REFERÊNCIAS	144
12. ANEXOS	146
13. APÊNDICES	164

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Dependência: Administrativa Federal

Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Endereço do Campus sede:

Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL

Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 -970

Fone: (82) 3214 - 1100 (Central)

Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

Curso: Ciências Sociais – Licenciatura

Renovação de Reconhecimento: Portaria 796 de 14/12/2016

Data de Publicação no D.O.U: 14/12/2016

Reconhecimento: Portaria Ministerial nº. 475 de 22/02/2002

Data de Publicação no D.O.U: 25/02/2002

Autorização: Resolução Nº. 49 – B/93 UFAL/CONSUNI

Modalidade: Licenciatura Presencial

Título oferecido: Licenciado/a em Ciências Sociais

Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Campus: A. C. Simões

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço de funcionamento do curso:

Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL
Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 -970

Portal eletrônico do curso:

<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ics/graduacao/licenciatura>

Coordenador(a) do Curso

Nome: Júlio Cezar Gaudencio da Silva

Formação acadêmica: Bacharel em Ciências Sociais e Licenciado em Sociologia

Titulação: Doutor em Ciência Política

Regime de trabalho: DE

1. APRESENTAÇÃO

Instituição: Universidade Federal de Alagoas

Campus: A.C. Simões

Unidade acadêmica: Instituto de Ciências Sociais

CNPJ: 24.464.109/0001-48

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins - Maceió - AL, CEP: 57072-900.

Cidade/UF: Maceió/ AL

Telefone da coordenação: (82) 3214-1100

Site: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ics/graduacao/licenciatura>

E-mail: coordenacao.csoc@ufal.br

Site da universidade: www.ufal.edu.br

Telefone da reitoria: (82) 3214-1051

Telefone da PROGRAD: (82) 3214-1084

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

1.1 Contextualização

Fundada em 1961, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é uma instituição federal de ensino superior, instalada no Campus A.C. Simões, em Maceió, e em mais dois campi no interior do Estado: Campus Arapiraca e suas unidades em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios e Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia, e unidade em Santana do Ipanema.

São cerca de 26 mil alunos matriculados nos 84 cursos de graduação, distribuídos em 23 Unidades Acadêmicas, na capital (53), e nos campi de Arapiraca (19) e do Sertão (8). Na modalidade de pós-graduação, são 39 programas *strictu sensu* oferecidos, sendo 30 mestrados e nove doutorados, que contam com 2.312 alunos, e 13 especializações. Em Educação a Distância, há quatro mil graduandos.

Com relação ao quadro de pessoal, são 1.698 servidores técnico-administrativos e 1.394 docentes, dos quais 690 são doutores. Do total de técnicos, 797 são lotados no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, órgão de apoio acadêmico que mantém relação funcional com as unidades acadêmicas, principalmente da área de saúde, voltada ao ensino, à pesquisa e à assistência. Atualmente, a universidade conta com 258 grupos de pesquisas, 1.125 linhas de pesquisa e 3.646 pesquisadores entre professores, técnicos e estudantes.

A instituição oferece aos/as alunos/as o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq); o Programa de Educação Tutorial (PET); monitoria, estágio e bolsas de estudo. Também disponibiliza bolsas adquiridas nos editais da Sesu/MEC, para programas como Afro-Atitude e de cotas, entre outros. Mantém cerca de 600 convênios com empresas e instituições públicas e privadas.

A presença da UFAL no território alagoano, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência, representa importante vetor de desenvolvimento de Alagoas, sobretudo por se tratar de um dos Estados que apresenta elevadíssimos indicadores de desigualdades do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, significa enfrentar enorme desafio para exercer plenamente sua missão social neste contexto de grandes limitações e precariedades.

Quanto à estrutura administrativa e acadêmica da UFAL, é definida por dois conselhos superiores: o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Curadores (Cura).

Na qualidade de maior instituição pública de ensino superior do estado, a UFAL foi criada em 25 de janeiro de 1961, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, reunindo as Faculdades de Direito (1933); Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957).

O novo Estatuto da UFAL, aprovado pela Portaria do MEC nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003, estabeleceu critérios para que um Centro ou Departamento pudesse se tornar uma Unidade Acadêmica. Em janeiro de 2006, foi homologado o Regimento Geral, por meio da Resolução Nº 01/2006 – CONSUNI/CEPE, que deu origem a uma nova estrutura organizacional.

Dentro do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, do Governo Federal, a UFAL criou, em 2006, o Campus Arapiraca, no agreste alagoano, que se estende de sua sede, em Arapiraca, para as unidades em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa. Em 2010, foi inaugurado o Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e a unidade de Santana do Ipanema.

A UFAL tem por missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum.

Seu objetivo é tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

1.2 Contexto regional e local

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita às características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização, a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à

exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu//MEC.

O PIB per capita estadual era de R\$ 12.335,00, em 2014, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 66,35 %. Os restantes 33,65% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da natureza do litoral.

Situada entre Recife e Salvador, dois dos principais polos de expansão econômica e tecnológica do Nordeste, a cidade de Maceió (capital de Alagoas), cumpre uma função central na economia alagoana. A cidade abriga 32% da população do Estado de Alagoas (pouco mais de um milhão de habitantes) e 47% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado (IBGE, 2014).

Embora a cidade possua notórias belezas naturais e equipamentos turísticos, os problemas ambientais (praias urbanas inapropriadas para o banho, falta de saneamento básico, violação das leis ambientais, entre outras) afastam os visitantes, produzindo estagnação em setores econômicos vitais e, com isso, desemprego e exclusão. Com efeito, nessa cidade, a demanda pela formulação de políticas públicas integradas, resultado de múltiplas competências acadêmicas e representações da sociedade civil, torna a atividade do cientista social necessária, tanto no que se refere à transmissão do conhecimento crítico e reflexivo, quanto na sua atuação como técnico e membro dos processos de formulação de diagnósticos e tomadas de decisão.

Nesse sentido, o Curso de Ciências Sociais - Licenciatura pode contribuir direta e indiretamente para a transformação desse cenário, na medida em que se compreende o papel da educação, por meio, inclusive, da formação de professores, incluindo aqui os professores de Sociologia, no fomento a postura crítica e ao protagonismo que se pauta pelo combate às desigualdades sociais.

Além dos fatores econômicos e ambientais mencionados, outro aspecto que também justifica a existência do curso de Ciências Sociais-Licenciatura, diz respeito ao déficit educacional vivido no estado de Alagoas. De acordo com o IPEA, Alagoas

apresentava a terceira menor renda per capita dos nove Estados nordestinos, cerca de R\$ 6.728, obtida mediante a divisão do total do PIB (R\$ 21,235 bilhões) pelo total da população do Estado (3,1 milhões de habitantes). A População Economicamente Ativa de Alagoas (PEA) correspondia, em 2011, a 1,3 milhões de pessoas. Destes, apenas 3% da população (cerca de 40 mil pessoas) recebiam mais de cinco salários mínimos, ficando 232 mil potenciais trabalhadores (cerca de 17% da PEA) sem qualquer renda. Além disso, 574 mil pessoas (45% da PEA) recebiam até um salário mínimo, e 470 mil pessoas (38% da PEA) recebiam entre um e 5 salários mínimos. De acordo com o IBGE, em 2014, o estado de Alagoas obteve a segunda menor renda per capita do país.

De acordo com o índice de Gini (indicador que afere o grau de desigualdades social entre as regiões e países), Alagoas possui uma das maiores polaridades de distribuição da renda no Brasil: 1% dos mais abastados (aproximadamente 35 mil pessoas) detém 12% da renda do estado, enquanto os 50% mais pobres (por volta de 1,5 milhão de pessoas) ficam com apenas 14% da renda estadual. Parte substancial da disparidade de renda atestada antes se deve ao déficit educacional verificado no estado. Conforme a PNAD (Pesquisa Anual de Domicílios – IBGE, 2011), do total da População Economicamente Ativa (PEA) existente em Alagoas, 21% não possuíam qualquer instrução, e mais de 30% não detinha sequer o primeiro grau (primeiro ciclo do ensino fundamental).

Algumas das diretrizes estratégicas da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, com o escopo de minimizar as disparidades ora apresentadas, são: ampliar a rede Estadual de Ensino; adequar qualitativamente e quantitativamente o quadro de pessoal; ampliar a jornada do aluno nas Escolas; fomentar a ampliação da oferta do Ensino fundamental; ampliar a oferta do Ensino Médio e Educação Profissional; garantir o cumprimento da Política Estadual da Educação; fortalecer o Regime de Colaboração. Tendo em vista que a Secretaria de Educação do estado, estabeleceu essas e outras diretrizes, se torna relevante que prossigamos com nosso trabalho, que é, primariamente, formar professores de Ciências Sociais/Sociologia para o Educação Básica, ideia que converge com as necessidades de nossa região, com o perfil do egresso do Curso, e com as

demandas provenientes da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Segundo os dados fornecidos pelo IBGE, censo 2010, o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,631, o qual ainda é baixo se comparado à média nacional, ou até mesmo aos nossos vizinhos fronteiriços, como Pernambuco: 0,673, e Sergipe: 0,665. Além disso, a incidência da pobreza em nosso estado é de 59,54%, segundo dados do Próprio IBGE, o que, também, nos deixa atrás de Sergipe: 47,80 %, e de Pernambuco: 52,50%. Como se não bastasse Alagoas ter os piores índices de IDHM e de Pobreza em relação a seus vizinhos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é de apenas 4,1 - o que nos deixa, em cenário nacional, à frente, somente, do Estado do Amapá e do Pará.

Com o intuito de impulsionar e alavancar esses índices, e ainda considerando os limites contextuais e institucionais dessa atuação, o Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, único curso presencial do estado, atende às necessidades da sociedade regional e local, entendendo-a e formando professores que atuem no sistema básico de educação, pois se compreende que, através da educação, a transformação pode ser viabilizada. Neste aspecto, em particular, entendemos que o curso deve realizar sua atividade científica engajada no processo de desenvolvimento integral, o qual se relaciona diretamente não só com o crescimento da atividade econômica no estado, como também a inclusão social daqueles que vivem e viveram anos de desrespeito de seus direitos humanos, dentre os quais se inclui e destaca uma educação básica universal e de qualidade.

Certamente a disseminação de vagas de Licenciatura, como é o caso Curso supracitado, e a consolidação das competências profissionais que este Curso tem fomentado, pode atenuar o gigantesco déficit educacional do Estado de Alagoas, um dos grandes responsáveis pela distribuição desigual de oportunidades profissionais e manutenção estrutural da pobreza.

Apesar de ser um estado pequeno, Alagoas tem participado do cenário da política nacional, e colaborado para o desenvolvimento social e intelectual do povo brasileiro através das obras de inúmeros conterrâneos: do antropólogo Arthur Ramos, o filólogo Aurélio Buarque de Holanda, do historiador Félix Lima Junior, dos escritores Graciliano Ramos e Lêdo Ivo, da psiquiatra Nise da Silveira, dos

Antropólogos Folcloristas Pedro Teixeira, Ranilson França e Theo Brandão, entre diversos outros. Esta tradição revela a trajetória do estado no estudo e atuação do campo social, étnico, político e, porque não, educacional, mostrando a necessidade de oferecer à população uma formação em nível superior que atenda esta dimensão de compreensão, mas também de profissionalização, no qual as Ciências Sociais oferecem capacitação.

Por fim, as atuais atualizações incorporadas ao Projeto Político Pedagógico do curso, respondem às demandas criadas pelas diretrizes e resoluções que regulamentam o processo de formação de professores nacional e local, com foco na profissionalização docente.

1.3 Histórico do curso

A proposta de criação do Curso de Ciências Sociais foi o resultado de um processo que se iniciou em 1987 na Universidade Federal de Alagoas – UFAL e envolveu o esforço de vários segmentos acadêmicos, como o Colegiado do Curso de Estudos Sociais, o então Departamento de Ciências Sociais e os/as alunos/as de Estudos Sociais.

O Curso de Ciências Sociais teve a sua implantação autorizada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UFAL, em 09 de agosto de 1993, com a resolução Nº. 49 – B/93, tendo começado a funcionar no Departamento de Ciências Sociais, fundado em 1994, oferecendo a partir daí as habilitações em Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharelado.

No ano de 2006, em virtude da reforma institucional da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, o antigo Departamento de Ciências Sociais transformou-se em Instituto de Ciências Sociais – ICS, conquistando, portanto, mais autonomia e demonstrando, com isso, tanto o crescimento do curso, como a consolidação de sua proposta.

Disso resultou a necessidade de criação de um currículo próprio para o Curso em Ciências Sociais - Licenciatura que estivesse em consonância com os Pareceres CNE/CES 492/2001 e CNE/CES 1.363/2001, com a Resolução nº 32/2005-

CEPE/UFAL, com o debate atual do Fórum Nacional de Cursos de Ciências Sociais, com a linha de pesquisa “Ensino de Ciências Sociais do Grupo de pesquisa Ciências Sociais e Sociedade/CNPq”, bem como com as especificidades socioeconômicas, políticas e culturais da sociedade e do mercado alagoano. Nesse momento, embora tenha havido uma preocupação em pensar as especificidades próprias ao processo de formação de licenciados/as, não apenas em Ciências Sociais, destaque para: 1) a redistribuição das disciplinas voltadas a formação docente, agora distribuídas ao longo de todo o curso, não mais concentradas ao final, nos moldes do modelo 3+1; 2) a implementação de uma carga horária de prática docente (Projetos Integradores), distinta da carga horária do Estágio, sob a responsabilidade de cada curso. Ainda assim, o distanciamento em relação ao Centro de Educação, responsável pela oferta de grande parte da carga horária docente, o que inclui o Estágio Obrigatório, ou mesmo das preocupações relacionadas a temática da formação docente, acabaram por não romper a dicotomia, a muito estabelecida entre Licenciatura e Bacharelado, a partir da qual, a primeira sempre se vê em uma condição de subalternidade em relação ao segundo.

Por essa razão, no ano de 2012, uma nova reformulação do Projeto Político Pedagógico da Licenciatura foi realizada, com objetivo de realinhar a proposta curricular do curso, de modo a garantir um maior alinhamento com os parâmetros que regulamentam o processo de formação de professores, bem como a necessidade de permitir uma melhor aproximação entre os conteúdos próprios das Ciências Sociais e os que envolvem as dinâmicas do processo de formação docente. Não por acaso, é a partir desse momento que se observa, no âmbito do Instituto de Ciências Sociais, a ampliação do número de docentes que passam a desenvolver estudos e pesquisas no campo da educação. Temos também nesse período, a criação das disciplinas de *Metodologia de Ensino de Ciências Sociais*, *Sociologia da Educação* e *Educação e Diversidade*, além da realização de concurso para professor/as do Instituto, para atuar nas disciplinas de formação docente. Isso sem falar num redirecionamento quanto a ofertas dos Projetos Integradores, agora sim, direcionados efetivamente, a prática docente.

Atualmente, em virtude da necessidade do contínuo processo de aprimoramento e atualização, relativo ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Sociais – Licenciatura, vinculado, inclusive, as demandas recentemente apresentadas pelo Ministério da Educação (MEC) – Resolução CNE/CP nº 2 /2015 – e pela nossa Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) – Resolução nº 06/2018 CONSUNI/UFAL –, e demais legislações vigentes – Lei nº 9.394/1996 que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 13.005/2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação; Lei nº 9.795/1999 que define a Política Nacional de Educação Ambiental; Lei nº 11.645/2008 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Resolução nº 01/2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Resolução nº 04/2018 CONSUNI/UFAL, que regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL –, o Colegiado do Curso tem se preocupado em atender a essas exigências e incorporá-las ao PPC de forma que melhor contribua para o processo de formação continuada de nossa comunidade acadêmica. Desse modo, no ano de 2015 teve início nova articulação, com vias a viabilizar a atualização do PPC do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, com a finalidade de garantir a formação de profissionais com conhecimentos práticos e objetivos voltados principalmente para a docência na Educação Básica, o qual requer sólido domínio sobre os fundamentos das Ciências Sociais, seu desenvolvimento histórico e suas relações com as diversas áreas de conhecimentos correlatos, assim como sobre estratégias que permitam a transformação do conhecimento científico social em saberes escolares, o que por sua vez inclui: o incentivo a incorporação de competências específicas para que nossos/as alunos/as atuem em programas de ensino, comprometidos com a investigação, a produção e a aplicação do saber artístico e técnico-científico, primando pelo reconhecimento e articulação das especificidades dos conteúdos e dos instrumentos necessários à formação do educando; reconhecendo na interdisciplinaridade entre os diversos campos do conhecimento, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na

articulação entre teoria e prática de ensino, os princípios norteadores da formação pedagógica. Materializadas a partir da criação dos *Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais* e da *Prática de Extensão em Ciências Sociais*.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Dados de identificação do curso

Denominação do Curso: Ciências Sociais - Licenciatura

Modalidade: Licenciatura Presencial

Titulação conferida: Licenciado/a em Ciências Sociais

Área do Conhecimento: Humanas/Ciências Sociais

Endereço de funcionamento: Campus A. C. Simões – Cidade Universitária

Maceió /AL, Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 -970

Renovação de Reconhecimento: Portaria 796 de 14/12/2016

Data de Publicação no D.O.U: 14/12/2016

Reconhecimento: Portaria Ministerial nº. 475 de 22/02/2002

Data de Publicação no D.O.U: 25/02/2002

Autorização: Resolução Nº. 49 – B/93 UFAL/CONSUNI

Modalidade: Licenciatura Presencial

Título oferecido: Licenciado/a em Ciências Sociais

Conceito Preliminar de Curso (CPC): 3

Turno: Noturno

Regime: Semestral

Titulação conferida aos egressos: Licenciado/a em Ciências Sociais

Formas de ingresso: O ingresso no curso de Ciências Sociais - Licenciatura é efetivado por meio de processo seletivo, sendo a prova do ENEM o meio de seleção, e a plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada), o meio de inscrição, respeitados os critérios de cotas em vigor. A UFAL poderá adotar outros processos de seleção, simplificados ou não, para o preenchimento de vagas ociosas ou em casos de convênios firmados no interesse público. Dentre outros, aqueles que dizem respeito à formação de professores que atuam na rede pública de ensino e à formação de gestores públicos. Em todos os casos, a igualdade de oportunidade de acesso é garantida por meio de editais.

A UFAL adota uma perspectiva de não produzir nenhuma vaga ociosa, utilizando, periodicamente, conforme o seu calendário acadêmico, editais de reopção, de transferência e de reingresso (nesse caso só para os cursos que possuem as duas modalidades: licenciatura e bacharelado).

Tempo de integralização do curso: 9 semestres ou 04 anos e meio (mínimo); 13 semestres ou 06 anos e meio (máximo).

Número de Vagas ofertadas: 60 (30 para o 1º semestre e 30 para o 2º semestre)

Carga Horária: 3.582 horas

Quadro 01 - Distribuição e Percentual da Carga Horária

	Quantidade	C.H.	%
Carga Horária das Disciplinas Obrigatórias	31	2.326	65,00
Carga Horária das Disciplinas Eletivas	3	216	6,00
Estágio Curricular Supervisionado	4	400	11,20
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	1	80	2,20
Atividades Complementares (Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais)	1	200	5,60
Atividades de Extensão	3	360	10,00
	-	-	-
Carga Horária de Integralização do Curso	-	3.582H	100%

2.2 Objetivos

Partindo dos princípios norteadores para o curso de Ciências Sociais (Parecer CNS/CES N° 492/2001), o curso tem como finalidade formar licenciados em Ciências Sociais em condições de atuarem nas escolas da rede pública e privada da Educação Básica, de acordo com as atuais exigências pedagógicas.

Tendo em vista essa finalidade, foram preconizados os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Formar professores nos conhecimentos das Ciências Sociais para

atuar, principalmente, nas disciplinas de Sociologia no Ensino Médio com habilidades desenvolvidas na perspectiva dos fundamentos didático pedagógicos, capazes de contribuir, efetivamente, para a formação e exercício da cidadania, a partir da incorporação da transversalidade temática e da preocupação com a acessibilidade na educação;

Objetivos Específicos:

- Propiciar ao alunado condições de atualização constante em relação ao conhecimento produzido pelas ciências sociais e à dinâmica do processo ensino-aprendizagem, particularmente, na perspectiva voltada ao entendimento das ciências sociais, propiciando a sua positiva intervenção na perspectiva interdisciplinar;
- Possibilitar aos/as alunos/as, a partir da incorporação de metodologias e ações que envolvem o planejamento e organização de recurso e serviços para a promoção da acessibilidade, o desenvolvimento pleno de suas competências acadêmicas;
- Fomentar, no processo contínuo e interdisciplinar da aprendizagem para nossos discentes, a transversalidade, incluindo - a partir da incorporação nas ementas das disciplinas, na pesquisa, e na extensão - temáticas relacionadas às questões étnico-raciais, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental;
- Desenvolver práticas de inclusão e acessibilidade, fomentando a construção de estratégias metodológicas e avaliativas que favoreçam a participação de estudantes com diferentes condições e funcionalidades;
- Fornecer os elementos que possibilitem aos/as alunos/as egressos/as do curso, atuar nos diferentes contextos que envolvem a gestão pedagógica, a partir do comprometimento com a ética profissional;

Como se pode verificar, a concepção do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura está intimamente vinculada às orientações da Lei de Diretrizes e Base

(Lei 9.394, de 20.12.1996) e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Ciências Sociais – Licenciatura (PARECER CNS/CES N° 492/2001), que enfocam o compromisso da instituição formadora em preparar profissionais para atuarem nas redes públicas e privadas do sistema educacional.

Neste sentido, o Curso de Ciências Sociais - Licenciatura prioriza uma concepção problematizadora e, portanto, não dogmática, das teorias e métodos enfocados em seu ordenamento curricular, possibilitando aos alunos um confronto crítico e contextualizado com as origens, continuidades e rupturas dessas. Tal concepção dá concretude a dois importantes princípios constantes do título II, artigo 3 III e VII, da LDB, que trata dos princípios e fins da educação nacional e enfatiza que o ensino deve ser ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e também na valorização do profissional da educação escolar.

2.3 Perfil e competência profissional do egresso

O curso de Ciências Sociais - Licenciatura, baseado nas Diretrizes Curriculares Para o Curso de Ciências Sociais (Parecer CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001) e nos Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010 – MEC, habilita nossos egressos para as atividades de professor de Ensino Fundamental e de Ensino Médio; os quais atuam, preferencialmente, nas disciplinas de Sociologia no Ensino Médio; e nas temáticas relativas às questões étnicas, multiculturais, educação ambiental, educação em direitos humanos, democracia e acessibilidade na educação.

Nossos formandos podem atuar na gestão pedagógica, participando na elaboração de projetos com foco no processo de ensino e de aprendizagem, considerando que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento. Além disso, são capazes de planejar, organizar e desenvolver atividades relativas ao Ensino das Ciências Sociais, pois sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos das Ciências Sociais, especificamente no que concerne a contribuição de suas principais áreas, a saber

Antropologia, Ciência Política e Sociologia; sobre seu desenvolvimento histórico, e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento científico social em saber escolar, como foco no diálogo e na necessidade de contextualização. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza, ainda, pesquisas em Ensino das Ciências Sociais, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

Assim sendo, as habilidades, competências e atitudes dos egressos do Curso estão organicamente amalgamadas às reflexões explicitadas nas diretrizes para a graduação, definidas pela instituição, e às recomendações presentes na LDB/96 (Lei nº 9394/96), e demais legislações pertinentes à formação de professores.

Logo, são competências e habilidades gerais do Curso de Ciências Sociais:

- Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica;
- Autonomia intelectual;
- Capacidade analítica;
- Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social;
- Compromisso social;

E são competências e habilidades específicas do Curso de Ciências Sociais

- Licenciatura:

- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino (Parecer CNS/CES 492/2001).

3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

3.1 Colegiado do Curso de Ciências Sociais- Licenciatura

Considerando os artigos 25 e 26 do Regimento Geral da UFAL:

Art. 25. O Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

- I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;
- II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;
- III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

Parágrafo Único – O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.

Art. 26. São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

- I. coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;
- II. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a

compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;

- III. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;
- IV. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;
- V. Avaliar e reformular em articulação com o NDE o PPC do Curso, conforme prevê o Artigo 6º e 7º da Resolução CONSUNI/UFAL N° 06/2018.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, é formado pelos seguintes membros:

Quadro 02 – Colegiado do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

TITULARES	FUNÇÃO	TITULAÇÃO
Júlio Cezar Gaudencio da Silva (Coordenador)	DOCENTE	Doutor em Ciência Política
Jordânia de Araújo Souza (Vice coordenadora)	DOCENTE	Doutora em Antropologia
Welkson Pires da Silva	DOCENTE	Doutor em Sociologia
Marina Félix de Melo	DOCENTE	Doutora em Sociologia
José Alexandre da Silva Júnior	DOCENTE	Doutor em Ciência Política
Lelan Queiroz Siqueira	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Especialista em Direito Administrativo
Túlio Ismael Souza de Araújo	ESTUDANTE	Graduando em Ciências Sociais
SUPLENTES	FUNÇÃO	TITULAÇÃO
Emerson Oliveira do Nascimento	DOCENTE	Doutor em Ciência Política
Débora Allebrandt	DOCENTE	Doutora em Antropologia
Claudia Mura	DOCENTE	Doutora em Antropologia
Paulo Totaro	DOCENTE	Doutor em Sociologia
Fernando de Jesus Rodriguez	DOCENTE	Doutor em Sociologia
Arielle Darine Aciolli Quirino	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Especialista em História do Brasil
Giovanna Correa da Silva	ESTUDANTE	Graduanda em Ciências Sociais

3.1.1 *Presidente do Colegiado/Coordenador do Curso*

Nome: Júlio Cezar Gaudencio da Silva

Formação acadêmica: Ciências Sociais (Bacharelado) e Sociologia (Licenciatura)

Titulação: Mestre e Doutor em Ciência Política (UFPE)

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)

Tempo de exercício na UFAL: 09 anos

Tempo de exercício na função: 03 anos

Atuação profissional na área:

- Professor Substituto da Universidade Federal de Campina Grande (2005-2008)
- Vice coordenador de Extensão do ICS (2009-2010)
- Coordenador de Monitoria do ICS (2009-2014)
- Vice coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais Presencial (2011-2014)
- Coordenador do Setor de Ciência Política do ICS (2010-2016)
- Presidente da Comissão de Auto Avaliação do ICS (2015-2017)
- Membro da Comissão de Elaboração do Regimento Internos do ICS (2016-2017)
- Membro da Comissão Pedagógica da UFAL (2016-2017)
- Coordenador de Sub Projeto – Ciências Sociais – do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) (2016-atual)
- Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências Sociais - Xingó

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3980009343505300>

3.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010, a UFAL instituiu, através da Resolução 52/2012, no âmbito de seus Cursos de graduação, os Núcleos Docentes Estruturantes – NDE – em conformidade com as especificações legais.

O NDE do Curso Ciências Sociais - Licenciatura foi criado em 2012. É composto de, no mínimo, cinco membros, todos docentes com titulação de pós-graduação *strito senso* e formação na área do Curso. Atualmente, temos sete membros (segundo a Portaria N° 290 de 25 de fevereiro de 2016/UFAL), os quais foram indicados pela colegiado do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, com posterior aprovação pelo conselho da Unidade Acadêmica do ICS, garantindo-se, assim, a representatividade das diversas áreas de conhecimento.

O NDE terá, segundo a Resolução 52/2012, as seguintes atribuições:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Assim, o NDE do Curso de Ciências Sociais-Licenciatura é composto pelos seguintes professores (conforme Portaria N° 290 de 25 de fevereiro de 2016/UFAL):

Quadro 03 – NDE do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

PROFESSOR	REG DE TRAB	TITULAÇÃO	MEMBRO DESDE:
Amaro Xavier Braga Júnior	DE	Doutor em Sociologia	2016

Elder Patrick Maia Alves	DE	Doutor em Sociologia	2012
Emerson Oliveira do Nascimento	DE	Doutor em Ciência Política	2012
João Batista de Menezes Bittencourt	DE	Doutor em Sociologia	2012
José Alexandre da Silva Júnior	DE	Doutor em Ciência Política	2016
Nádia Elisa Meinerz	DE	Doutora em Antropologia	2016
Sílvia Aguiar Carneiro Martins	DE	Doutora em Antropologia	2012

3.3 Quadro docente e técnico

3.3.1 Docentes

O curso de Graduação de Ciências Sociais - Licenciatura da UFAL apresenta um corpo docente composto de 29 (vinte e nove) professores, em sua grande maioria, com doutorado e formação específica nas áreas de Ciências Sociais, e com carga-horária de 40h e regime de Dedicção Exclusiva, conforme exposto no quadro a seguir.

Quadro 04 – Corpo Docente do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

DOCENTE	REG DE TRAB	TITULAÇÃO	MEMBRO DESDE:
Alice Anabuki Plancherel	40H/DE	Doutora em Sociologia	01/01/1983
Amaro Xavier Braga Júnior	40H/DE	Doutor em Sociologia	19/03/2010
Arim Soares do Bem	40H/DE	Doutor em Sociologia	
Bruno César Cavalcanti	40H/DE	Mestre em Antropologia	20/08/1986
Claudia Mura	40H/DE	Doutora em Antropologia	23/01/2013
Débora Allebrandt	40H/DE	Doutora em Antropologia	11/03/2015
Élder Patrick Maia Alves	40H/DE	Doutor em Sociologia	25/08/2008
Emerson Oliveira do Nascimento	40H/DE	Doutor em Ciência Política	22/10/2008
Evaldo Mendes da Silva	40H/DE	Doutor em Antropologia	14/07/2008
Evelina Antunes Fernandes de Oliveira	40H/DE	Mestre em Ciência Política	17/08/1989

Fernanda Rechenberg	40H/DE	Doutora em Antropologia	10/05/2010
Fernando de Jesus Rodrigues	40H/DE	Doutor em Sociologia	04/08/2006
Gabriel Augusto Miranda Setti	40H/DE	Doutor em Ciências Sociais	31/07/2009
João Batista de Menezes Bittencourt	40H/DE	Doutor em Ciências Sociais	05/03/2011
João Vicente Barroso da Costa Lima	40H/DE	Doutor em Sociologia	06/06/2002
Jordânia de Araújo Souza	20H	Doutora em Antropologia	11/05/2015
José Alexandre da Silva Júnior	40H/DE	Doutor em Ciência Política	13/07/2013
Júlio Cezar Gaudêncio da Silva	40H/DE	Doutor em Ciência Política	16/03/2009
Luciana da Conceição Farias Santana	40H/DE	Doutora em Ciência Política	27/04/2010
Marina Félix de Melo	40H/DE	Doutora em Sociologia	02/10/2014
Nádia Elisa Meinerz	40H/DE	Doutora em Antropologia	22/10/2009
Paolo Totaro	40H/DE	Doutor em Sociologia	20/02/2014
Rachel Rocha de Almeida Barros	40H/DE	Doutora em Antropologia	05/1995
Ranulfo Paranhos dos Santos Filho	40H/DE	Doutor em Ciência Política	19/03/2010
Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira	40H/DE	Doutora em Sociologia	07/10/1991
Siloe Soares De Amorim	40H/DE	Doutor em Antropologia	24/08/2010
Sílvia Aguiar Carneiro Martins	40H/DE	Doutora em Antropologia	12/07/1993
Welkson Pires da Silva	40H/DE	Doutor em Sociologia	27/11/2015
Wendell Ficher Teixeira Assis	40H/DE	Doutor em Planejamento Urbano e Regional	13/05/2013

3.3.2 Técnicos

O curso de Graduação de Licenciatura em Ciências Sociais da UFAL conta atualmente com a disponibilidade de 01 (um) Técnico em Assuntos Educacionais (TAE).

Quadro 05 – Corpo Técnico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

TÉCNICO	REG DE TRAB	TITULAÇÃO	MEMBRO DESDE:
Lelan Queiroz Siqueira	30H	Especialista em Direito Administrativo	2012

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1 Matriz e proposta curricular

A organização curricular, embasada no PARECER Nº CNE/CES 492/2001, estabelece que os Cursos de Ciências Sociais devem se organizar em torno de três eixos: *Formação Específica*, *Formação Complementar* e *Formação Livre*. Todavia, para efeito de adequação às orientações presentes na RESOLUÇÃO Nº 02 CNE/CES, de 03 de julho de 2015, tais eixos foram ressignificados e passam a configurar como parte constitutiva do que se denominou de *Núcleo de Formação Geral*, *Núcleo de Aprofundamento e Diversificação* e *Núcleo de Estudos Integradores*.

Desse modo, sendo a carga horária total do curso de Ciências Sociais – Licenciatura de 3.582 (três mil quinhentas e oitenta e duas) horas, bem como considerando-se que, o tempo mínimo e máximo para integralização são respectivamente 09 e 13 períodos, está compreendido, no que se refere ao *Núcleo de Formação Geral*, um conjunto de disciplinas obrigatórias, ofertadas tanto pelo Instituto de Ciências Sociais, pelo Centro de Educação, assim como por outros Institutos da UFAL, sendo tal núcleo composto pelas seguintes disciplinas: Introdução à Sociologia; Introdução à Antropologia; Introdução à Ciência Política; Antropologia I, II, III; Ciência Política I, II, III; Sociologia I, II, III; Pensamento Social Brasileiro; Metodologia das Ciências Sociais; Pesquisa Quantitativa; Pesquisa Qualitativa – todas próprias das Ciências Sociais –; Profissão Docente; Organização do Trabalho Acadêmico; Política e Organização da Educação Básica; Desenvolvimento e Aprendizagem; Didática; Gestão da Educação e do Trabalho Escolar – sendo parte dessa disciplina ofertadas pelo Centro de Educação e uma outra parte pelo próprio Instituto (Profissão Docente - por agora, e Organização do Trabalho Acadêmico). Além dessas, faz, ainda, parte do Núcleo de Formação Geral, a disciplina de Libras (ofertada pela FALE - Faculdade de Letras da UFAL), que de acordo com o Artigo 3º e seus incisos, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, é obrigatória nas licenciaturas e no curso de Pedagogia. O que corresponde

a um total de 23 disciplinas e a uma carga horária de 1.638h (mil e seiscentos e trinta e oito).

Já o *Núcleo de Aprofundamento e Diversificação* é composto pelas seguintes disciplinas: Metodologia de Ensino em Ciências Sociais; Pesquisa Educacional; Sociologia da Educação; Educação e Diversidade; Disciplinas Eletivas – 03 (três) no mínimo, além do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Totalizando 07 (sete) disciplinas, o TCC e, por tanto, uma carga horária de 584 (quinhentas e oitenta e quatro) horas.

Por fim, o *Núcleo de Estudos Integradores* congrega a dimensão de interlocução mais direta entre a formação teórica e prática dos/as estudantes, o que corresponde aos Componentes Curriculares do Estágio, assim como da Prática como Componente Curricular, da Prática de Extensão em Ciências Sociais (Atividade Curricular de Extensão) e das Atividades Acadêmicas de Livre Escolha dos/as estudantes. Trata-se aqui dos 04 (quatro) Estágios Supervisionados – 400 (quatrocentas) horas –, dos 04 (quatro) Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais – 400 (quatrocentas) horas –, de 360 (trezentos e sessenta) horas de atividades voltadas para a extensão em Ciências Sociais, e as 200 (duzentas) horas de atividades livres, totalizando 1.360 (mil trezentos e sessenta) horas.

Segundo o PARECER CNE/CES N° 261/2006, a carga horária mínima dos cursos superiores deve ter como parâmetro 60 (sessenta) minutos, ou seja, 1 (uma) hora de aula.

Além disso, consideramos importante a abordagem e a inclusão neste PPC dos temas da ética e da cidadania, da sexualidade e das relações de gênero, da diversidade cultural, da Educação Ambiental, da Educação em Direitos Humanos e das questões de poder associadas a esses temas, reconhecendo que a reflexão sobre eles no campo das Ciências Sociais é a base da contextualização dos conteúdos (proposta nos PCN de Ensino Médio) e do tratamento dos Temas Transversais (conforme os PCN de Ensino Fundamental). Esses temas estão incluídos nos conteúdos das disciplinas e atividades curriculares do referido curso, além de estar de acordo com a Resolução N° 01, de 17 de junho de 2004; a Lei N°

10.639, de 09 de janeiro de 2003; a Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008; e o PARECER CNE/CP 09/2001.

Em suma, a matriz pretende combinar uma formação de sólida base teórico-metodológica e humanista às especializações necessárias ao exercício das atividades docentes. Desse modo, além da possibilidade de ter uma formação geral em Ciências Sociais, o curso de Licenciatura possibilita ao aluno orientar seus estudos para a reflexão em torno da prática pedagógica, à medida que vão tendo contato com os conteúdos específicos e de caráter pedagógico, além de poderem questionar e/ou ampliar tais reflexões nas atividades relacionadas às experiências desenvolvidas nas escolas, integrando, portanto, o conhecimento teórico e à realidade prática da profissão docente.

4.1.1 Transversalidade

A matriz pretende combinar uma formação de sólida base teórico-metodológica, humanista e prática, associada às demandas e especializações necessárias ao exercício de atividades no mercado de trabalho. Dessa forma, os *Núcleos de Formação* procuram conjugar os conhecimentos teóricos e práticos que permitam a construção de trajetórias alternativas e individualizadas, porém afinadas as demandas e interesses globais da sociedade brasileira, e, especificamente, alagoana. Desse modo, além da possibilidade de ter uma formação geral como professor-pesquisador em Ciências Sociais, o curso de Ciências Sociais - Licenciatura - possibilita aos estudantes orientar seus estudos de modo a conciliar as contribuições de qualquer uma das diversas áreas que estruturam o curso – Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Ensino etc. – com sua prática profissional futura.

4.1.2 Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos na UFAL adéqua-se à Resolução CNE/CP n. 01/2012. Sua inserção nos PPC dos cursos deve ocorrer: I) pela transversalidade,

por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II) como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III) de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

De acordo com o PNEDH (2006), a educação em Direitos Humanos pode ser executada no ensino superior de várias maneiras. O curso de Ciências Sociais – Licenciatura, no âmbito de suas disciplinas de Antropologia, Ciência Política, Sociologia e Educação, possui uma aproximação histórica com esse tema, uma vez que aborda em diferentes contextos a compreensão da diversidade e a luta por uma sociedade democrática e igualitária. Desse modo não é raro que dentre as linhas de pesquisa desenvolvidas pelo curso, existam algumas que contemplem o debate dos Direitos Humanos.

Diante de tal familiaridade, optou-se, no curso, pela transversalização da Educação em Direitos Humanos. Isso significa que esse tema formativo é abordado transversal e interdisciplinarmente em diversas disciplinas do quadro obrigatório e eletivo do curso.

A temática de direitos humanos, antes mesmo de sua curricularização, já fazia parte das preocupações das Ciências Sociais. Entendemos que, para além da definição do termo direitos humanos, essa é uma frente discursiva que abarca o interesse de debater e assegurar o direito de grupos minoritários, tais como: crianças, mulheres, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência entre outros.

Ao debater os direitos que concernem tais grupos, estamos debatendo os modos como políticas hegemônicas e globais pretendem dar conta da especificidade de relações étnicas, ambientais, de gênero, promovendo a dignidade humana e a diversidade.

As Ciências Sociais têm se preocupado em contextualizar o debate da promoção dos direitos humanos e de uma sociedade diversa e plural. O debate da diversidade é tema de reflexões teóricas que datam do início do século XX. Desde desse período, os Cientistas sociais têm questionado a própria construção da categoria “direitos humanos” como uma frente discursiva. Trata-se da contextualização da elaboração da Declaração de Direitos Humanos da ONU e o

modo como uma interpretação sobre o que são direitos e como devem ser promovidos se tornou hegemônica. Nader (1999), por exemplo, chama atenção para o fato de que somente uma versão da carta não foi escrita em Inglês. Pontuar tal aspecto nos remete a noções de justiça e sensibilidades jurídicas que estão arraigadas a nossa cultura e contam com nossa língua para expressá-las. O fato de uma declaração que se pretende universal não dar conta sequer em sua elaboração, dessas especificidades, demonstra os limites da produção de um universalismo para os direitos humanos.

É justamente nesse aspecto do debate, o universalismo *versus* o particularismo, que se debruçaram autores como Fonseca e Cardarelo (1999), Santos (2004) e Ribeiro (2004). Para esses autores os direitos humanos precisam estar ligados a uma prática. De modo geral, isso significa dizer que para a aplicação dos direitos humanos é necessário mobilizar uma frente discursiva. As frentes discursivas têm se constituído enquanto direitos específicos, fugindo, assim, do debate mais amplo de direitos humanos universais. Nesse sentido, os autores nos provocam a pensar quem são os sujeitos das políticas de direitos humanos: estaríamos falando de direitos dos mais e menos humanos ou estaríamos promovendo uma distribuição de direitos para humanos direitos.

Dentre as propostas que os autores elaboram para solucionar o dilema da aplicação dos direitos humanos está o conceito de universalismo heteroglóssico (RIBEIRO, 2004). Através desse conceito o autor propõe manter o universalismo como base dos direitos humanos, desde que este compreenda uma multiplicidade de vozes.

A seguir, listamos as disciplinas que abordam de forma transversal esse tema. São elas:

- A) Disciplinas Obrigatórias: Introdução à Antropologia, Antropologia I, Antropologia II, Antropologia III, Ciência Política I, Ciência Política III, Sociologia III, Pensamento Social Brasileiro; Educação e Diversidade;
- B) Disciplinas Eletivas: Estudos Urbanos; Corpo, Saúde e Sexualidade; Gênero, Família e Parentesco; Etnologia Indígena; Relações Interétnicas;

Política e Educação; Instituições Políticas Comparadas; Democracia e Movimentos Sociais; Segurança Pública e Criminalidade.

Desse modo, enquanto instituição de ensino, propomos problematizar e contextualizar histórica e politicamente a criação e a manutenção de direitos humanos como promotor de ideias de justiça, igualdade e liberdade. O curso de Ciências Sociais – Licenciatura promove uma educação em direitos humanos que atenta para a valorização da diversidade e do entendimento sobre a educação enquanto veículo transformador da sociedade.

Desse modo, este PPC é a afirmação do compromisso do Instituto de Ciências Sociais e da Universidade Federal de Alagoas em promover a consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos.

4.1.3 Educação para as Relações Étnico-Raciais

Em atenção à Lei 10.639/2003, à Lei 11.645/2008 e à Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, os PPCs da UFAL vem tratando a temática de forma transversal.

Além de cumprir com as exigências normativas educacionais brasileiras, a proposta de uma Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), incorporada aos currículos dos cursos de licenciatura desta instituição de ensino superior, por meio dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), estimulando a integração entre saberes étnicos constitutivos de nossa sociedade (branco, indígena, negro e cigano), em destaque a sociedade alagoana, além de possibilitar a produção de novos conhecimentos científico, cultural, tecnológico e artístico, ou a revisão dos conhecimentos existentes, de modo a promover condutas e políticas de formação profissional que valorizem as diversidades étnico-raciais. Em decorrência dessa proposta, referendar-se-á o compromisso firmado pela UFAL, dentre outros, de aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas, dos cursos de graduação e pós-

graduação, implementadas, oficialmente, desde 11 de novembro de 2003, por meio da Resolução CONSUNI/UFAL nº 33, que aprovou o Programa Ações Afirmativas para Afro-descendentes (PAAF) nesta instituição, com o empenho do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFAL), criado em 1981, inicialmente Centro de Estudos Afrobrasileiros (CEAB), que atua tanto internamente à UFAL, com o papel de promover cursos de formação/capacitação, debates, disponibilização de acervo (documental e bibliográfico) para consulta e coordenação geral de editais sobre ERER; quanto externamente, em parceria com outras instituições educacionais do estado, do país e/ou outros países, e com os movimentos sociais.

Nesse sentido, o curso de Ciências Sociais – Licenciatura, de acordo com as referidas leis e resoluções, além de abordar essa temática em suas pesquisas e na extensão, tem problematizado tal discussão em disciplinas obrigatórias e eletivas, especialmente:

- A) Disciplinas Obrigatórias: Antropologia I, Antropologia II, Antropologia III, Pensamento Social Brasileiro; Educação e Diversidade;
- B) Disciplinas Eletivas: Estudos Urbanos; Etnologia Indígena; Relações Interétnicas; Segurança Pública e Criminalidade; Estudo das Populações Afro-brasileiras;

Ainda, faz-se importante destacar que o conhecimento e o aprendizado da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena, bem como das relações étnico raciais, têm sido valorizados no nosso Instituto, uma vez que alguns docentes atuam junto a grupos de estudos/pesquisa ligados a esta temática, a exemplo do Grupo de Pesquisa em Etnologia Indígena; do Grupo em Antropologia Visual em Alagoas (AVAL); do Laboratório da Cidade e do Contemporâneo (LACC), o que tem permitido que essas temáticas sejam objetos de estudo de vários Trabalhos de Conclusão de Curso, o que demonstra nosso compromisso não só com as exigências oriundas do Ministério da Educação, como também com a problematização de questões tão presentes no cenário alagoano.

Também temos, no nosso curso, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão relacionados às demandas de grupos étnicos: Identidade, território e tradição do conhecimento entre os índios Xukuru- Kariri/AL; levantamentos de dados para caracterizar a ocupação territorial das famílias Xukuru-Kariri da Fazenda Nóia em Taquarana-AL; Cidade, Mobilidade e transformações indígenas: os Kariri-Xokó e os Wassu-Cocal em Alagoas; Identificação, Análise e Catalogação de fontes histórico-documentais sobre grupos Indígenas em Alagoas; Monitoramento Socioambiental dos grupos indígenas no Estado de Alagoas; Curso de Capacitação de professores Indígenas; Mapeamento das Casas de Cultura Afro-Brasileiro em Maceió-AL; Genealogia das Lideranças religiosas Afro-Alagoanas; Atlas das Terras Indígenas em Alagoas, dentre outras.

4.1.4 Educação Ambiental

Com o intuito de impulsionar o desenvolvimento de uma consciência crítico-transformadora que enfrente os desafios impostos pela crescente disseminação de problemas ambientais, o curso de Ciências Sociais – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas tem empreendido esforços para dotar seus discentes de ferramentas analíticas que subsidiem uma interpretação sociopolítica das múltiplas dimensões que compõem a questão ambiental. Assim, o curso dirigiu esforços no sentido de estabelecer um tratamento transversal para os conteúdos relacionados à exploração econômica da natureza, e, conseqüentemente, para os conflitos e problemas relacionados aos usos e apropriações dos recursos naturais.

Desde os anos de 1970, estamos envolvidos em transformações sem precedentes nas esferas econômica, política, sociocultural e ambiental. Essas transformações, configuradas pela reestruturação produtiva do processo capitalista, encerradas no pensamento neoliberal e do processo de globalização, desestruturam conquistas sociais importantes e tornam ainda mais evidentes quão frágeis são a economia, a política e a organização social da maioria dos estados nacionais do Planeta.

Resgata-se de Carvalho (2002) a ideia de que toda educação é ambiental, pois se a Educação não vier acompanhada pela dimensão ambiental, “perde sua essência e pouco pode contribuir para a continuidade da vida humana” (CARVALHO, 2002 p. 36). Assim, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. As DCNs de Educação Ambiental (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº2/2012) destacam que “o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social”.

Isso posto, nota-se a necessidade de inserir no processo educativo do curso de Ciências Sociais – Licenciatura as discussões de educação ambiental, na visão da interdisciplinaridade. O trabalho interdisciplinar de educação ambiental se caracteriza pela ampliação do espaço social e visa à disseminação crítica dos conhecimentos socioambientais, culturais e políticos, articulando-os à realidade local, nacional e global, com a formação cidadã e ética.

Busca-se superar a mera ideia de ecologizar o processo educativo, pois o trabalho de educação ambiental não se limita ao acúmulo de conceitos de ecologia ou ao trabalho com problemas ambientais, por isso, as disciplinas de Sociologia Econômica e do Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sociedade, Estado e Políticas Públicas, e a de Estudos Urbanos, discutem as questões socioambientais, articulando com a formação do perfil profissional do curso. Além destas disciplinas, temos projetos de pesquisa e extensão relacionados ao meio ambiente (Campo socioambiental de poder: tensões políticas, epistêmicas e conflitos nos estudos de impactos ambientais relativos ao Projeto de Integração do Rio São Francisco; Avaliação de Impactos Sociais – Agroflorestal; Sociedade, Floresta e

Sustentabilidade); e Monitoramento Socioambiental dos grupos indígenas no Estado de Alagoas;

Nesse sentido, o curso visa possibilitar ao discente o conhecimento que lhe permita ter uma compreensão panorâmica de diferentes dimensões da vida urbana/rural e de dinâmicas de conflitos do passado e do presente, dando-lhe instrumentos para reflexão sobre desigualdades étnico-raciais, acesso a bens de mobilidade urbana e rural como um direito fundamental, urbanização e impacto ambiental. Esses elementos conceituais permitem compreender a construção do campo ambiental como um lugar de disputas, tensões e conflitos entre, não raro, diferentes atores e distintas lógicas de uso, significação e apropriação do meio ambiente.

Assim, o tratamento da questão ambiental é balizado por uma bibliografia que procura contemplar autores de diferentes campos do saber e com variada inserção geográfica, sendo uma tentativa do curso impulsionar a reflexão acadêmica a partir do olhar de pesquisadores e militantes situados em distintas regiões do globo.

Pode-se citar, ainda, a seguinte lista de disciplinas em que essa temática é abordada transversalmente: Estudos Urbanos; Corpo, Saúde e Sexualidade; Cultura e Consumo; Etnologia Indígena; Relações Interétnicas, Democracia e Movimentos Sociais; Sociologia dos Conflitos.

Isso posto, destaca-se também que a Ufal possui um Núcleo de Educação Ambiental (NEA), ligado ao Centro de Educação, mas que está aberto a apoiar o trabalho de educação ambiental em diversos cursos. O NEA desenvolve atividades com o Coletivo Jovem, cursos de formação para professores e estudantes sobre Educação Ambiental, curso de especialização em Educação Ambiental (2012).

4.1.5 Matriz Curricular

Segue abaixo o ordenamento curricular do curso de Ciências Sociais – Licenciatura, especificando nome dos componentes curriculares (disciplinas), carga horária teórica, prática e total, bem como os núcleos e/ou classificação de

vinculação, segundo o PARECER N° CNE/CES 492/2001 e a RESOLUÇÃO N° 02 CNE/CES.

Quadro 06 - Ordenamento Curricular do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura

	Disciplina/ Componentes Curriculares	Obriga tória	Carga Horária				Semestral Total	
			Sema nal	Teóri ca	Práti ca	Exten são		
Conteú dos Básicos	Introdução à Sociologia	Sim	4	72	-	-	72	
	Sociologia I	Sim	4	72	-	-	72	
	Sociologia II	Sim	4	72	-	-	72	
	Sociologia III	Sim	4	72	-	-	72	
	Introdução à Ciência Política	Sim	4	72	-	-	72	
	Ciência Política I	Sim	4	72	-	-	72	
	Ciência Política II	Sim	4	72	-	-	72	
	Ciência Política III	Sim	4	72	-	-	72	
	Introdução à Antropologia	Sim	4	72	-	-	72	
	Antropologia I	Sim	4	72	-	-	72	
	Antropologia II	Sim	4	72	-	-	72	
	Antropologia III	Sim	4	72	-	-	72	
	Pensamento Social Brasileiro	Sim	4	72	-	-	72	
	Metodologia das Ciências Sociais	Sim	4	72	-	-	72	
	Pesquisa Quantitativa	Sim	4	52	20	-	72	
	Pesquisa Qualitativa	Sim	4	52	20	-	72	
	Profissão Docente	Sim	4	72	-	-	72	
	Organização do Trabalho Acadêmico	Sim	4	72	-	-	72	
	Política e Organização da Educação Básica	Sim	4	72	-	-	72	
	Didática	Sim	4	72	-	-	72	
Desenvolvimento e Aprendizagem	Sim	4	72	-	-	72		
Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	Sim	4	72	-	-	72		
Libras	Sim	4	54	-	-	54		
Conteú dos	Núcleo de Aprofund	Sociologia da Educação	Sim	4	52	20	-	72

Específicos	amento e Diversificação	Educação e Diversidade	Sim	4	52	20	-	72
		Pesquisa Educacional	Sim	4	52	20	-	72
		Eletiva	Não	4	72	-	-	72
		Eletiva	Não	4	72	-	-	72
		Eletiva	Não	4	72	-	-	72
		Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	Sim	4	42	30	-	72
Conteúdos Teóricos Práticos	Núcleo de Estudos Integrados	Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais I	Sim	5	-	100	-	100
		Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais II	Sim	5	-	100	-	100
		Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais III	Sim	5	-	100	-	100
		Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais IV	Sim	5	-	100	-	100
		Estágio Supervisionado I	Sim	5	-	100	-	100
		Estágio Supervisionado II	Sim	5	-	100	-	100
		Estágio Supervisionado III	Sim	5	-	100	-	100
		Estágio Supervisionado IV	Sim	5	-	100	-	100
		Prática de Extensão em Ciências Sociais I (ACE)	Sim	8	-	120	-	120
		Prática de Extensão em Ciências Sociais II (ACE)	Sim	8	-	120	-	120
		Prática de Extensão em Ciências Sociais III (ACE)	Sim	8	-	120	-	120

Em seguida, temos a organização curricular a partir da distribuição por períodos letivos:

Quadro 07 - Ordenamento Curricular do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura por período

Período	Código	Disciplina/ Componentes Curriculares	Carga Horária				
			Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Total
1º PERÍODO		Introdução à Sociologia	4	72	-	-	72
		Introdução à Ciência Política	4	72	-	-	72
		Introdução à Antropologia	4	72	-	-	72
		Profissão Docente	4	72	-	-	72
		Organização do Trabalho Acadêmico	4	72	-	-	72
TOTAL			20	360	-	-	360
2º PERÍODO		Sociologia I	4	72	-	-	72
		Antropologia I	4	72	-	-	72
		Ciência Política I	4	72	-	-	72
		Política e Organização da Educação Básica	4	72	-	-	72
		Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais I	5	-	100	-	100
TOTAL			21	288	100	-	388
3º PERÍODO		Sociologia II	4	72	-	-	72
		Antropologia II	4	72	-	-	72
		Ciência Política II	4	72	-	-	72
		Didática	4	72	-	-	72
		Desenvolvimento e Aprendizagem	4	72	-	-	72
TOTAL			20	360	-	-	360
4º PERÍODO		Sociologia III	4	72	-	-	72
		Antropologia III	4	72	-	-	72
		Ciência Política III	4	72	-	-	72
		Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	4	72	-	-	72
		Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais II	5	-	100	-	100
TOTAL			21	288	100	-	388
5º PERÍODO		Pensamento Social Brasileiro	4	72	-	-	72
		Metodologia das Ciências Sociais	4	72	-	-	72
		Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	4	42	30	-	72
		Libras	3	54	-	-	54

		Prática de Extensão em Ciências Sociais I (ACE)	6	-	-	120	120
TOTAL			21	240	30	120	390
6º PERÍODO		Pesquisa Quantitativa	4	52	20	-	72
		Pesquisa Qualitativa	4	52	20	-	72
		Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais III	5	-	100	-	100
		Estágio Supervisionado I	5	-	100	-	100
TOTAL			22	176	240	-	344
7º PERÍODO		Pesquisa Educacional	4	52	20	-	72
		Sociologia da Educação	4	52	20	-	72
		Estágio Supervisionado II	5	-	100	-	100
		Prática de Extensão em Ciências Sociais II (ACE)	6	-	-	120	120
TOTAL			19	104	140	120	364
8º PERÍODO		Educação e Diversidade	4	52	20	-	72
		Eletiva	4	72	-	-	72
		Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais IV	5	-	100	-	100
		Estágio Supervisionado III	5	-	100	-	100
TOTAL			18	124	220	-	344
9º PERÍODO		Eletiva	4	72	-	-	72
		Eletiva	4	72	-	-	72
		Estágio Supervisionado IV	5	-	100	-	100
		Prática de Extensão em Ciências Sociais III (ACE)	6	-	-	120	120
TOTAL			15	72	100	120	364
Atividades Teórico-Práticas Complementares			-	-	-	-	200
TCC			-	-	-	-	80
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			-	-	-	-	3582

Assim, em relação a carga horária do curso, teremos:

- Disciplinas Obrigatórias: 2.326h
- Disciplinas Eletivas: 216h
- Estágio Supervisionado: 400h
- TCC: 80h
- Atividades Complementares: 200h
- Atividades Curriculares de Extensão: 360h

- Carga Horária Total do Curso: 3582h

As disciplinas eletivas (216 horas), ofertadas no âmbito do próprio Instituto de Ciências Sociais, podem ser visualizadas na tabela a seguir. Essas serão reavaliadas a cada ciclo de 04 (quatro) anos e, considerando-se a frequência da oferta, aquelas que não foram ofertadas durante esse período, poderão ser substituídas por novas disciplinas, definidas a partir de deliberação feita pelos setores de área do Instituto – Antropologia, Sociologia e Ciência Política –, bem como pelo Colegiado do Curso, com foco sempre nas necessidades formativas dos/as discentes:

Quadro 08 – Disciplinas eletivas ofertadas pelo Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

Código	Disciplina	Carga Horária				
		Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Total
Eletivas de Ciência Política						
	Estado e Políticas Públicas	4	72	-	-	72
	Instituições Políticas Brasileiras	4	72	-	-	72
	Instituições Políticas Comparadas	4	72	-	-	72
	Partidos Políticos e Eleições	4	72	-	-	72
	Representação e Estudos Legislativos	4	72	-	-	72
	Política Brasileira	4	72	-	-	72
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	4	72	-	-	72
	Democracia, Cidadania e Justiça	4	72	-	-	72
	Tópicos Especiais em Ciência Política I	4	72	-	-	72
	Tópicos Especiais em Ciência Política II	4	72	-	-	72
Eletivas de Sociologia						
	Sociologia da Juventude	4	72	-	-	72
	Sociologia Econômica e do Desenvolvimento	4	72	-	-	72
	Estrutura de Classe e Estratificação Social	4	72	-	-	72
	Sociologia do Trabalho	4	72	-	-	72
	Sociologia da Comunicação	4	72	-	-	72
	Sociologia dos Conflitos	4	72	-	-	72
	Sociologia Latino-Americana	4	72	-	-	72
	Sociologia Pós-colonial e Decolonial	4	72	-	-	72
	Tópicos Especiais em Sociologia I	4	72	-	-	72
	Tópicos Especiais em Sociologia II	4	72	-	-	72
Eletivas de Antropologia						

	Pesquisa e Escrita Etnográfica	4	72	-	-	72
	Relações Interétnicas	4	72	-	-	72
	Etnologia Indígena	4	72	-	-	72
	Memória, Culturas Populares e Patrimônio	4	72	-	-	72
	Gênero, Família e Parentesco	4	72	-	-	72
	Corpo, Saúde e Sexualidade	4	72	-	-	72
	Antropologia Audiovisual	4	72	-	-	72
	Laudo, Perícias e Consultorias	4	72	-	-	72
	Tópicos Especiais em Antropologia I	4	72	-	-	72
	Tópicos Especiais em Antropologia II	4	72	-	-	72
Eletivas Comuns aos três Setores						
	Democracia e Movimentos Sociais	4	72	-	-	72
	Política e Educação	4	72	-	-	72
	Segurança Pública e Criminalidade	4	72	-	-	72
	Cultura e Consumo	4	72	-	-	72
	Estudos Sociais da Ciência	4	72	-	-	72
	Estudos das Populações Afro-brasileiras	4	72	-	-	72
	Meio Ambiente e Sociedade	4	72	-	-	72
	Estudos Urbanos	4	72	-	-	72
	Religião, Ritual e Performance	4	72	-	-	72

Além das disciplinas listadas anteriormente, com vias a garantir uma formação pautada nos princípios da autonomia, flexibilidade e interdisciplinaridade do futuro profissional docente, segue abaixo uma lista de disciplinas ofertadas por outros cursos, que poderão vir a ser cursadas pelos/as estudantes de Ciências Sociais, as quais terão peso equivalente às disciplinas eletivas ofertadas pelo próprio curso de Ciências Sociais - Licenciatura, devendo, apenas, serem observadas as devidas adequações em termos de carga horária, e, também, com a possibilidade de matrícula em Vagas Remanescentes, ou outro procedimento adotado pela Universidade. Nesses casos, antes mesmo da solicitação de matrícula, os/as estudantes contarão com a orientação do Colegiado de Curso, de modo a garantir o melhor aproveitamento dos estudos.

Quadro 09 – Disciplinas eletivas ofertadas por outros Cursos

Código	Disciplina	Curso
	Língua Inglesa	Letras - Inglês
	Língua Espanhola	Letras - Espanhol
	Educação e novas tecnologias da informação e da comunicação	Pedagogia – Licenciatura
	Trabalho e Educação	Pedagogia – Licenciatura
	Fundamentos Filosóficos da Educação	Pedagogia – Licenciatura
	Educação Especial	Pedagogia – Licenciatura
	Fundamentos Psicopedagógicos da Educação	Pedagogia – Licenciatura
	Educação de Jovens e Adultos I	Pedagogia – Licenciatura
	Educação de Jovens e Adultos II	Pedagogia – Licenciatura
	Educação do Campo	Pedagogia – Licenciatura
	Educação e Gênero	Pedagogia – Licenciatura
	Educação e Meio-Ambiente	Pedagogia – Licenciatura
	Formação Social de Alagoas	Ciências Sociais - Bacharelado
	Psicologia Social	Ciências Sociais - Bacharelado
	Introdução à Estatística	Ciências Sociais - Bacharelado
	Seminário de Pesquisa	Ciências Sociais - Bacharelado
	Projeto de Pesquisa	Ciências Sociais - Bacharelado
	Geografia Urbana	Geografia - Licenciatura
	Geografia Econômica	Geografia - Licenciatura
	Geografia de Alagoas	Geografia - Licenciatura
	História Econômica Geral	Economia - Bacharelado
	História do Pensamento Econômico	Economia - Bacharelado
	Formação Econômica do Brasil	Economia - Bacharelado
	Economia Política I	Economia - Bacharelado
	Economia Regional	Economia - Bacharelado
	Economia e Meio Ambiente	Economia - Bacharelado

Em seguida, segue um quadro-resumo com carga horária mínima em componentes curriculares obrigatórios, componentes curriculares eletivos, estágios curriculares, componentes curriculares de prática, atividades acadêmicas científico-culturais, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), atividades de extensão

Quadro 10 – Distribuição da carga horária por componente curricular

COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	PERCENTUAL
Disciplinas Obrigatórias	Formação Geral	1.152	32,16%
	Formação Docente	774	21,60%

	Saberes e Práticas em Ensino	400	11,16%
Disciplinas Eletivas		216	06,03%
Estágio Supervisionado		400	11,16%
Atividades Acadêmicas Científico-Culturais		200	05,58%
TCC		80	02,23%
Atividades Curriculares de Extensão		360	10,05%
Carga Horária Total		3582	100%

4.1.6 Proposta Curricular

A atual proposta curricular busca - frente ao cenário constituído a partir do último resultado do ENADE, obtido pelo curso de Ciências Sociais – Licenciatura no último triênio (2014), e que não atendeu as expectativas do curso, haja vista que permanecemos com a nota 3, de um total de 5 - consolidar um conjunto de estratégias cuja finalidade é viabilizar melhorias qualitativas no curso, que vão desde reformulações na matriz curricular à busca por melhores condições de infraestrutura, visando superar as insuficiências sinalizadas neste Instrumento de Avaliação.

Pela própria natureza experimental, necessária à formação do licenciado em Ciências Sociais, e tendo em vista a preocupação relacionada à prática do ensino de Ciências Sociais e as demais atividades identificadas com a formação dos discentes, parte das disciplinas ou atividades do curso terão garantidas sua dimensão prática. Isso é particularmente importante para as disciplinas da área específica de Formação Docente, o que não exclui a sua incorporação às disciplinas do eixo de formação específica às quais versam sobre os conhecimentos de cunho antropológico, político e sociológico. Os professores destas disciplinas, ao mesmo tempo em que tratarão dos conteúdos específicos, deverão desenvolver atividades tais como: realização de seminários, planejamento e execução de unidades didáticas, elaboração de textos didáticos, análise de livros didáticos, análise e utilização de kits experimentais etc.

A prática pedagógica é fundamental na formação dos estudantes e é preciso superar a concepção que restringe a prática a um momento pontual, restrito ao momento de finalização do curso, identificada com as atividades de estágio.

Conforme o parecer 02/2015 CNE/MEC, a articulação teoria-prática é necessária para que os alunos aprendam em situação real, construindo estratégias para as realidades complexas, aprendendo a enfrentar obstáculos epistemológicos, didáticos, dentre outros, e relacionando-os em tempo presente com as aprendizagens teórico-acadêmicas-curriculares. Os estágios em geral são curtos e pontuais, não sendo o bastante para uma formação mais adequada de professor.

Segundo já no parecer 09/2001 CNE/MEC, considera-se que é

[...] inadequado que a ida dos professores às escolas aconteça somente na etapa final de sua formação, pois isso não possibilita que haja tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões do trabalho do professor, nem permite um processo progressivo de aprendizagem. A ideia a ser superada, enfim, é a de que o estágio é o espaço reservado à prática, enquanto a sala de aula se dá conta da teoria.

É necessário o fomento de uma concepção de prática como componente curricular nos momentos e espaços em que se trabalham as disciplinas, durante a formação teórica e também nos estágios supervisionados, sem mencionar o papel fundamental ocupado pela extensão, como efetivo instrumento de mediação entre a teoria e a prática.

4.1.6.1 Ementas das disciplinas do Curso

Núcleo de Estudos e Formação Geral

Código	Disciplina	Carga Horária
	Introdução à Sociologia	72h
Ementa		
A emergência da sociedade moderna e a institucionalização da Sociologia como ciência. A imaginação sociológica. Perspectivas sociológicas centrais. A pesquisa		

sociológica: principais métodos da sociologia. Conceitos sociológicos básicos. Temas da sociologia.

Bibliografia Básica

BOUDON, Raymond (org.). Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BRYM, Robert J. (... [et al.]). Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Bibliografia Complementar

BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. 28. ed. Petrópolis: Vozes, c1986.

LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MILLS, C. Wright. A imaginação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RIUTORT, Philippe. Compêndio de sociologia. São Paulo: Paulus, 2008.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Sociologia I	72h

Ementa

Referências histórico-filosóficas, perspectivas teórico-metodológicas e o aparato conceitual de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Utilização desses clássicos da sociologia para interpretação das sociedades modernas e contemporâneas.

Bibliografia Básica

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Ed. 70, 1993.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972. 2v.

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURKHEIM, Émile. *Lições de sociologia*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WEBER, Max; COHN, Gabriel. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo, SP: Ática, 2006.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Sociologia II	72h

Ementa

Teorias sociológicas da primeira metade do século XX. Funcionalismo estadunidense. Fenomenologia. Escola de Chicago. Interacionismo Simbólico. Teoria Crítica e Escola de Frankfurt da primeira geração.

Bibliografia Básica

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, c 1944.

MERTON, Robert King; DEUS, Jorge Dias de. *A crítica da ciência*: sociologia e ideologia da ciência. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PARSONS, Talcott. *A estrutura da ação social*: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Petrópolis: Vozes, 2010. 2 v.

Bibliografia Complementar

ALEXANDER, Jeffrey C. *Las teorías sociológicas desde la segunda guerra mundial*: análisis multidimensional. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan H (org.). *Teoria social hoje*. São Paulo, SP: UNESP, 1996.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1973.

MERTON, Robert King. *Teoría y estructura sociales*. 4. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

SCHUTZ, Alfred. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Sociologia III	72h

Ementa

Teorias de síntese. Agência e Estrutura. A praxiologia de Pierre Bourdieu. A sociologia configuracional de Norbert Elias. A teoria da estruturação de Anthony Giddens. Perspectivas teóricas da virada do sec. XX e início do XXI.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 2v.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Bibliografia Complementar

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70,

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, SP: Unesp, c1991.

LAHIRE, Bernard. *O homem plural*: as molas da acção. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Introdução à Ciência Política	72h

Ementa

Definição de ‘política’. Noções básicas: Estado e instituições políticas; Poder e autoridade; processo decisório; representação política e participação política; a “função” da política e da democracia. A distinção entre filosofia política e teoria política. A constituição da ciência política enquanto campo científico. O objeto e o método da ciência política.

Bibliografia Básica

AVELAR, L. e CINTRA, A. O. (Orgs.). Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. São Paulo: Fundação UNESP Ed, 2004.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Vol. I e II, Ed. UnB, 1983.

SARTORI, Giovanni. A Política: Lógica e Método nas Ciências Sociais. Brasília, Ed. UnB, 1981.

Bibliografia Complementar

ARISTÓTELES. A Política. Ed. Unb, 1997.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

DAHL, Robert. A Moderna Análise Política. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

DUVERGER, M. Ciência Política: Teoria e Método. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LIPSET, Seymour M. Política e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Ciência Política I	72h

Ementa

Estudo analítico dos princípios teóricos da modernidade. Contribuições clássicas da teoria política moderna. Contratualismo clássico. Teoria da partição dos poderes. Federalismo.

Bibliografia Básica

HOBBS, Thomas. Leviatã ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Ícone, 2003.

LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. Porto Alegre: L&PM, 2007.

Bibliografia Complementar

MACHIAVELLI, Niccolo. O Príncipe. 13. São Paulo: Centauro, 2008.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. Do espírito das leis: Abril Cultural, 1973.

PAINE, Thomas; HAMILTON, Alexander; TOCQUEVILLE, Alexis de. Escritos políticos. 2.ed.: Abril, 1979.

WEFFORT, Francisco C (Org.). Os clássicos da política. 10. ed. São Paulo: Ática, 2005. 1v.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Ciência Política II	72h

Ementa

Estudo das principais correntes de pensamento e autores situados entre as primeiras décadas do século 19 e as primeiras décadas do século 20. Liberalismo e utilitarismo. Marxismo. Conservadorismo. Elitismo.

Bibliografia Básica

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. 2. ed. São Paulo, SP: Martin Claret, 2008.

MILL, John Stuart. O governo representativo. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1995.

WEBER, Max. Economia e sociedade. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

Bibliografia Complementar

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a revolução na França. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Ed. da UnB, 1989.

- MOSCA, G. (1954). "A Classe Dirigente". In: SOUZA, A. (org.). Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 51-69
- PARETO, V. (1954). "As Elites e o uso da Força na Sociedade". In: SOUZA, A. (org.). Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 70-88.
- PIO, C. & PORTO, M. (1998). "Teoria Política Contemporânea: política e economia segundo os argumentos elitistas, pluralistas e marxistas". In: RUA, M. G. & CARVALHO, M. I. V. (orgs.). O Estudo da Política. Tópicos Seleccionados. Brasília: Paralelo 15.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Ciência Política III	72h

Ementa

Estudo das principais correntes de pensamento e autores da teoria política contemporânea a partir do segundo pós-guerra. Pluralismo. Neorrepública. Cultura Política. Institucionalismo. Escola Racional. Teorias da democracia.

Bibliografia Básica

- DAHL, Robert Alan. Um prefácio a teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- HALL, P. A. & TAYLOR, R. C. R. "As Três Versões do Neo-Institucionalismo". Revista Lua Nova, n. 58, 2003.
- LIJPHART, Arend. Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

Bibliografia Complementar

- DOWNS, Anthony. Uma Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- OLSON, Mancur. A Lógica da Ação Coletiva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1994.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Introdução à Antropologia	72h

Ementa

Objeto, divisões e subdivisões da Antropologia. Natureza e cultura. Alteridade, etnocentrismo e relativismo cultural. O trabalho do antropólogo: método etnográfico. Antropologia e colonialismo. Determinismos biológico e geográfico. A formação da Antropologia científica: evolucionismo cultural do século XIX e seus limites. Diversidade e direitos humanos.

Bibliografia Básica

- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2ª edição. Bauru: Edusc, 2002.
- LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ERIKSEN, Thomas Hylland. e NIELSEN, Finn Severt. História da antropologia. Trad. Euclides Luiz Calloni. Petrópolis: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar

- CASTRO, Celso (org). Franz Boas. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.
- CASTRO, Celso (org). Evolucionismo Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
 KUPER, Adam. Cultura – a Visão dos Antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002.
 LARAIA, Roque. Cultura, um Conceito Antropológico. 24ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
 ROCHA, Everardo. O que é o etnocentrismo? São Paulo: Brasiliense, 1994.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Antropologia I	72h

Ementa

A perspectiva funcionalista a partir da tradição francesa e da tradição britânica. Desenvolvimento metodológico da disciplina e a prática da observação participante. Debates sobre colonialismo, raça e etnia. Particularismo histórico e a escola cultura e personalidade.

Bibliografia Básica

BOAS, F.. Antropologia cultural. (C. Castro, Ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
 MAUSS, M.. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
 MALINOWSKI, B.. Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.. São Paulo: Victor Civita, 1976.

Bibliografia Complementar

BENEDICT, R.. O Crisântemo e a Espada (3rd ed.). São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
 DURKHEIM, Emile. 1990. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Paulinas, 1990
 MEAD, M. Sexo e Temperamento (4th ed.). São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
 EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
 LEACH, Edmund Ronald; MATTA, Roberto da. Edmund Leach: antropologia. Ática, 1983. 206p. (Coleção grandes cientistas sociais ;38)

Código	Disciplina	Carga Horária
	Antropologia II	72h

Ementa

Antropologia e o processo de descolonização. Do estrutural-funcionalismo às escolas de Manchester e de Cambridge. Novas tendências do culturalismo norte-americano. Antropologia simbólica. O estruturalismo de Claude Lévi-Strauss. O interpretativismo de Clifford Geertz.

Bibliografia Básica

FELDMAN-BIANCO, Bela (org). Antropologia das Sociedades Contemporâneas - métodos. São Paulo: editora da UNESP, 2010, p. 19-56.
 GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Trad. de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Trad. Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, p.45-70.

Bibliografia Complementar

BALANDIER, Georges. Antropo-logicas. São Paulo : Cultrix: EDUSP, 1977.
 CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário 83: Tempo Brasileiro, MCT, CNPq., 1988.

DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. São Paulo: Perspectiva, 1976.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. Lévi-Strauss – Col. Os Pensadores. Trad. Eduardo P. Graeff et al. São Paulo: Editora Abril, 1980.
 NEVES, Walter. Antropologia Ecológica – um olhar materialista sobre as sociedades humanas. 2ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Antropologia III	72h

Ementa

Estrutura e história. Revisão dos conceitos de sociedade, cultura, natureza e indivíduo na produção antropológica. A crítica pós-moderna. Contribuições da antropologia feminista. Estudos pós-coloniais e decoloniais. Debates contemporâneos em antropologia.

Bibliografia Básica

DUMONT, Louis. Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.
 SAHLINS, Marshall. Metáforas históricas e realidades míticas: Estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich. Rio de Janeiro: Zahar, 2008
 STRATHERN, Marilyn. 2006. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, SP: Editora Unicamp.

Bibliografia Complementar

AGIER, Michel. 2015. Migrações, Descentramento e Cosmopolitismo: uma antropologia das fronteiras. Maceió: EDUFAL, UNESP.
 BARTH, Fredrik. O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Organização Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000
 BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
 WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
 WOLF, Eric. Europa e os povos sem história. São Paulo: EDUSP, 2005.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Pensamento Social Brasileiro	72h

Ementa

Aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos da sociedade brasileira. Introdução ao desenvolvimento histórico do pensamento político e social brasileiro. Clássicos do pensamento político e social brasileiro.

Bibliografia Básica

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 17a ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.
 PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008. 2v
 MOTA, Lourenço Dantas (Org). Introdução ao Brasil 2: um banquete no trópico. 2. ed. São Paulo: Senac-SP, 2002.
 MOTA, Lourenço Dantas (Org). Introdução ao Brasil 1: um banquete no trópico. 4. ed. Senac-SP, 2004.

VILLAS BÔAS, Glaucia. Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Metodologia das Ciências Sociais	72h

Ementa

Epistemologia e fundamentos de sociologia do conhecimento. Envolvimento e distanciamento do pesquisador e as condições de objetividade do conhecimento sociológico. Condicionantes sociais e biográficos da ciência. Articulação entre formulação/reflexão de um problema de pesquisa, manuseio dos métodos e escolhas de técnicas.

Bibliografia Básica

POPPER, Karl Raimund. Lógica das ciências sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Rio de Janeiro: Ed. da UnB, 1978.

WEBER, Max; COHN, Gabriel. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. 1. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, c2000.

Bibliografia Complementar

POPPER, Karl Raimund. Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1999.

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais. Campinas, SP – Cortez, 2001.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Pesquisa Quantitativa	72h

Ementa

A constituição das ciências sociais enquanto ciências empíricas. Métodos e técnicas quantitativas de pesquisa nas ciências sociais. Limites disciplinares e potencial interdisciplinar do método de quantificação nas ciências sociais.

Bibliografia Básica

BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas em Survey. Belo Horizonte – MG: Editora UFMG, 2005.

BOUDON, R. Métodos Quantitativos em Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1971 (Coleção Métodos Quantitativos em Ciências Sociais).

LEVIN, Jack & FOX, James Alan. Estatística para Ciências Humanas. São Paulo: Pearson Brasil, 2012.

Bibliografia Complementar

AGRESTI, Alan & FINLAY, Bárbara. Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais. São Paulo: Penso-Artmed, 2012.

ALMEIDA, Alberto Carlos. Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ROSENAL, Claude. & FRÉMONTIER-MURPHY, Camille. Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais. Editora Instituto Piaget. Lisboa – Portugal, 2001.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Pesquisa Qualitativa	72h

Ementa

Princípios, conceitos, métodos e técnicas da pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais. Interpretação e análise de dados qualitativos nas Ciências Sociais.

Bibliografia Básica

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
 GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre, Bookman, 2009.
 HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 10ª edição, Petrópolis, Vozes, 20

Bibliografia Complementar

CHARMAZ, Kathy. Construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
 FLICK, Uwe. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
 FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. tradução Sandra Netz. Porto Alegre : Bookman , 2004.
 PEREIRA, Júlio Cesar. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2001.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Profissão Docente	72h

Ementa

Estudo da constituição histórica e da natureza do trabalho docente, articulando o papel do Estado na formação e profissionalização docente e da escola como principal *locus* de expressão desse trabalho.

Bibliografia Básica

COSTA, Marisa C. Vorraber. Trabalho Docente e Profissionalismo: uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professoras e professores de classes populares. Porto Alegre: Sulina, 1995.
 MARQUES, Maria Auxiliadora de Resende Braga; DAVID, Alessandra. As interfaces da profissão docente. São Paulo: Junqueira & Marin, 2012.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Profissão Docente: novos estudos, novas perspectivas. Campinas: Papyrus, 2012.

Bibliografia Complementar

APPLE, Michael W. Trabalho docente e textos. Porto Alegre: ARTMED, 1995.
 ARROYO, Miguel. Ofício de mestre. SP: Vozes, 2001.
 MIZUKAMI, Maria da Graça N. (Org.) Formação de Professores: Tendências Atuais. São Carlos: EDUFSCAR, 1996.
 TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 5a. ed., 2002.
 VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez Editora, 2009, 234p.

Código	Disciplina	Carga Horária
---------------	-------------------	----------------------

Organização do Trabalho Acadêmico	72h
--------------------------------------	-----

Ementa

A construção do conhecimento científico e a pesquisa em educação. Aspectos técnicos do trabalho científico. Diretrizes para a leitura, análise, interpretação e produção de textos acadêmicos e técnicos adequados à formação de professores.

Bibliografia Básica

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1995.
 CRUZ, A. da C.; MENDES, M.T.R. Trabalhos Acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação. 2ª ed. Niterói/RJ: Intertexto, 2004.
 DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1987.

Bibliografia Complementar

FAZENDA, I. (Org.) Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1994.
 LAVILLE, C. e DIONNE, J. Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
 PÁDUA, E. M. M. de. Metodologia da pesquisa. Campinas/SP: Papyrus, 2000.
 TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
 RAMPAZZO, L. Metodologia Científica. São Paulo: Loyola, 2002.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Política e Organização da Educação Básica	72h

Ementa

Estudo das políticas e da organização dos Sistemas Educacionais brasileiro e alagoano no contexto das transformações da sociedade contemporânea, a partir de análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino, dos planos de educação e da legislação educacional.

Bibliografia Básica

ABREU, Mariza. Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB. Ijuí/SC: UNIJUI. 1999.
 AZEVEDO, Janete Maria Lins. A educação como política pública. Campinas/SP: Autores Associados, 1997
 SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

Bibliografia Complementar

BRZEZINSKI, Iria (Org.) LDB interpretada:diversos olhares se entrecruzam. São Paulo:Cortez, 2000.
 FÁVERO, Osmar (Org.) A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988). 2ª ed. Campinas, SP: autores Associados, 2001.
 FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e sociedade. 7 ed. rev. Rio de Janeiro: Moraes, 2007.
 LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 2º ed., São Paulo: Cortez, 2005.
 VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.).Caminhos da Educação da Colônia aos Tempos Atuais. Maceió/São Paulo. Ed. Catavento:2001.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Didática	72h

Ementa

Estudo da didática como práxis docente, nas suas dimensões política, técnico-pedagógica, epistemológica e cultural, bem como suas relações com o currículo e na constituição do ensino, considerando diferentes contextos sócio-históricos. Reflexão e conhecimento das proposições teórico-práticas quanto à relação professor/a-aluno/a-conhecimento e aos processos de planejamento e avaliação do ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. Planejamento na sala de aula. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI. Avaliação da aprendizagem, componente do ato pedagógico.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Amélia Domingues de. Piaget e a Didática: ensaios. São Paulo, Saraiva

LIBÂNEO, José Carlos. ALVES, Nilda. (Org.) Temas de Pedagogia: diálogo entre didática e currículo. São paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Desenvolvimento e Aprendizagem	72h

Ementa

Estudos dos processos psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias da Psicologia em sua interface com a Educação.

Bibliografia Básica

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, vol. 1.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. Princípios básicos de análise do comportamento. São Paulo: Artmed, 2007.

SHAFFER, D. R.; KIPP, K. Psicologia do Desenvolvimento: infância e adolescência. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Bibliografia Complementar

HURLOCK, E. B. - Desenvolvimento do Adolescente - São Paulo: McGraw-Hill, 1979.

INHELDER, B. e PIAGET, J. Da Lógica da Criança à Lógica do Adolescente: Ensaio sobre a Construção das Estruturas Operatórias Formais. São Paulo: Livraria Pioneira Editores, 1976.

KUPFER, M. C. Freud e a Educação. O mestre do impossível. 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 1995.

LIBÂNEO, J. C. - Psicologia Social: O Homem em Movimento - São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.

Código	Disciplina	Carga Horária
---------------	-------------------	----------------------

Gestão da Educação e do
Trabalho Escolar

72h

Ementa

Estudo da gestão educacional no âmbito do(s) sistema(s), com foco no planejamento, e da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, tendo como eixo o projeto político-pedagógico.

Bibliografia Básica

GANDIN, Danilo. Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5 ed (rev e ampl.) São Paulo: Heccus Editora, 2011.
VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2005.

Bibliografia Complementar

FURLAN, M. e HARGREAVES, A. A Escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade. Porto Alegre: Artmed, 2000.
LIMA, Licínio C. A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
MEYER Jr., Victor. A Escola como organização complexa. In: Ana Maria Eyng; Maria Lourdes Gisi. (Org.). Políticas e Gestão da Educação Superior: desafios e perspectivas. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, v., p. 231-261.
VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (orgs.). As dimensões do Projeto Político-Pedagógico: novos desafios para a escola. 8 ed. São Paulo: Papirus, 2010.
VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Código**Disciplina****Carga Horária**

Libras

54h

Ementa

Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Bibliografia Básica

BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.
COUTINHO, Denise. Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.
QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. Línguas de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

FELIPE, Tanya A. Libras em contexto: curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC, SEESP, 2001.
LOPES FILHO, Otacílio (org.) Tratado de fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997.
SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem a mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
SALLES, Heloísa M. M. Lima et. al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para uma prática. 2 v. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2005.

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação

Código	Disciplina	Carga Horária
	Sociologia da Educação	72h

Ementa

Pensamento sociológico sobre educação. Educação não formal e escolar. Estudos socioculturais da escola, dos sistemas escolares, do processo educativo e de seus agentes. Estruturas de poder e transmissão de capital escolar. Seleção e exclusão escolar. Impacto das tecnologias de informação e comunicação (TICs) sobre os processos educacionais.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, c1998.
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: 1982.
DURKHEIM, Emile. *A educação moral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar

DUBET, François. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 29-45, julho/ 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02.pdf>>. Acesso em: 20/01/2017.
DAYRELL, Juarez (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
FILLOUX, Jean-Claude. Ensaio: Émile Durkheim (Pedagogia e sociologia da educação em Émile Durkheim). In. _____. *Émile Durkheim*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 11-37. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4657.pdf>>. Acesso em 20/01/2017
MARX, Karl. *Textos sobre educação e ensino*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
WEBER, Max. Os letrados chineses. In. _____. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2002, p. 471-501.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Educação e Diversidade	72h

Ementa

Diversidade e Cultura numa perspectiva antropológica. Educação e suas múltiplas interfaces: gênero, sexualidade, relações étnico-raciais, deficiência, religiosidade e educação indígena.

Bibliografia Básica

BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-asiáticos*. Ano 24, nº2, 2002.
DAYRELL, Juarez. *Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
SILVA, Aracy Lopes; FERREIA, Mariana K. L. *Antropologia, História e Educação*. São Paulo: Global, 2001.

Bibliografia Complementar

- FRANCHETTO, Bruna. A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito. *Mana*, Abr 2008, vol.14, no.1, p.31-59.
- GEERTZ, Clifford. 2001. "Usos Da Diversidade." In *Nova Luz Sobre a Antropologia*, 68–85. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GUSMÃO, Neusa Maria M. "Antropologia e Educação: origens de um diálogo". *Cadernos CEDES*, Campinas, vol. 14, nº 32, p. 49-84, 1993.
- ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra. *Antropologia & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- VALENTE, Ana Lucia. Usos e Abusos da antropologia na pesquisa educacional. *Pro-posições*; vol 7, nº20, pg 54-64, 2006.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Pesquisa Educacional	72h

Ementa

Pressupostos e características da pesquisa. Diferentes abordagens metodológicas de pesquisa em educação. Fontes de produção da pesquisa educacional: bibliotecas, meios informatizados, leitura e produção de textos e artigos com diferentes abordagens teóricas. Etapas de um projeto de pesquisa educacional para o Trabalho de Conclusão de Curso. O profissional da educação frente aos desafios atuais no campo da pesquisa educacional.

Bibliografia Básica

- GATTI, Bernardete. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano, 2002.
- GATTI, B. A. (2001). "Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 65-81, Jul 2001.
<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a04n113.pdf>
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber*. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

Bibliografia Complementar

- ANDRÉ, Marli E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papyrus, 1995.
- FRANCO, Celso e KRAMER, Sonia. *Pesquisa e educação*. RJ: Ravil, 1997.
- GERALDI, Corinta M., FIORENTINI, Dario e PEREIRA, Elisabete (Orgs). *Cartografia do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.
- LINHARES, Célia; FAZENDA, Ivani e TRINDADE, Vitor. *Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional*. Campo Grande: EDUFMS, 1999.
- SANTOS-FILHO, José e GAMBOA, Silvio. (Orgs.) *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. SP: Cortez, 1995.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	72h

Ementa

Ciências Sociais no Ensino médio. Mediações pedagógicas: Planejamento, Técnicas de Ensino e Aprendizagem no ensino de sociologia. A sociologia, recursos Didáticos e as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Avaliação Educacional e Institucional.

Bibliografia Básica

HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes (org). A sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet:FAPERJ, 2009.

MORAES, Amaury César (coord.). Sociologia: ensino médio - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 304 p.: il. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15)

OLIVEIRA, Luiz Fernandes... [et al] organizadores. Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, M.V.; MENDONÇA, S.G.L.; SILVA, V. P.. Formação de professores e prática pedagógica: sociologia e filosofia no ensino médio na escola atual. Comunicação apresentada no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – GT 09 – Ensino de Sociologia. UFPE: Recife, 2007.

FERNANDES, Florestan. A Sociologia no Brasil. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

GUELFY, W. P. O Movimento da sociologia como disciplina escolar entre 1925 E 1942: As reformas do secundário e os programas de ensino do colégio Pedro II. Mediações – Revista de Ciências Sociais, vol. 12, n.1, p.11-30, jan-jun 2007.

IANNI, O. Globalização: Novo paradigma das ciências sociais. Revista Estudos Avançados, vol. 8 n. 21, p. 147-163. São Paulo, maio/ago 1994.

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 29, p. 88-107, maio/ago. 2005.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Pesquisa e Escrita Etnográfica (Eletiva)	72h

Ementa

A construção do conhecimento em Antropologia a partir da pesquisa e escrita etnográfica. Visa à explorar as estratégias metodológicas e contextos da pesquisa etnográfica. Abordagem da experiência etnográfica: trabalho de campo, diário de campo, técnicas de coleta e sistematização de dados de pesquisa. Problematização da escrita etnográfica, seus estilos e suas implicações teóricas, políticas e éticas. Prática de pesquisa de cunho etnográfico.

Bibliografia Básica

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Os diários e suas margens. Brasília: Editora da UNB, 2002.

CLIFFORD, J. A experiência etnográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

GEERTZ, C. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

Bibliografia Complementar

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do Antropólogo. São Paulo, UNESP, 2000.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (orgs). A escrita da cultura. Poética e Política da etnografia. EDUERJ: Papéis Selvagens, 2016.

PEIRANO, M. A favor da etnografia. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995, p.31-59.

SCHUCH, P.; PETERS, R.; VIEIRA, M. S. (Org.). Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SILVA, Vagner Gonçalves da. O antropólogo e sua magia. São Paulo: EDUSP, 2006.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Corpo, Saúde e Sexualidade (Eletiva)	72h

Ementa

Antropologia médica norte-americana e o paradigma do *Embodiment*; tradição francesa de antropologia da doença e representações sociais; estudos ciência e tecnologia no campo da saúde. A sexualidade como subcampo da pesquisa antropológica. Teorias sobre a diferenciação sexual. Contextos de relações socioculturais entre indivíduos marcados por gênero e sexualidade.

Bibliografia Básica

ALVES, Paulo C. e RABELO, Miriam C. (orgs). Antropologia da Saúde: traçando identidade e explorando fronteiras. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Relume Dumará. 1998.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva. 1976.

MAUSS, Marcel. As Técnicas do corpo. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 401-42.

Bibliografia Complementar

CSORDAS, Thomas J. Corpo/significado/cura. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

FOUCAULT, M. O dispositivo da sexualidade. In: História da Sexualidade I. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007p. 85-143.

HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

LAPLANTINE, François. Antropologia da Doença. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VICTORA, C. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. Reciis, v. 5, p. 3–13, 2011.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Gênero, Família e Parentesco (Eletiva)	72h

Ementa

Conceitos e problemas-chave da produção antropológica acerca do tema da família e do parentesco. Configuração histórica das relações de gênero e poder. Transformações teórico-metodológicas e problematização da crítica aos estudos de parentesco, a pluralidade de organizações familiares desde uma perspectiva clássica até discussões contemporâneas. Análise de experiências etnográficas a partir da especificidade do contexto brasileiro

Bibliografia Básica

ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

FONSECA, Claudia. Família, Fofoca e Honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

Bibliografia Complementar

AUGÉ, M. Os domínios do parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência). Lisboa: Edições 70, 1975.

BUTLER, J. Regulações de Gênero. Cadernos Pagu, n. 42, p. 249–274, 2014.
 COSTA, R. G. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 2, p. 339–356, jul. 2002.
 KROEBER, A. L. Sistemas classificatórios de parentesco. In: ROQUE DE BARROS LARAIA (Org.). Organização social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 15–25.
 RADCLIFFE-BROWN, A. R. O estudo dos sistemas de parentesco. In: ROQUE DE BARROS LARAIA (Org.). Organização social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 50–87.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Etnologia Indígena (Eletiva)	72h

Ementa

Panorama histórico e contemporâneo do campo de estudos em etnologia indígena. Abordagens e perspectivas teórico-metodológicas no estudo das coletividades indígenas. Contribuições da etnologia indígena nas seguintes temáticas: história indígena, cosmologia, organização social e política, ritual e xamanismo, processos identitários, dinâmicas territoriais.

Bibliografia Básica

CUNHA, Manuela Carneiro. História dos índios no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O índio e o mundo dos brancos. Brasília, 3. ed., : Ed. da UnB, 1981.
 OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.) A presença indígena no Nordeste. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2011.

Bibliografia Complementar

BALDUS, Herbert. Ensaios de etnologia brasileira. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF:INL, 1979. xvi, 214p. (Brasiliana, v.101).
 GALVÃO, Eduardo. Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.
 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.
 RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Relações Interétnicas (Eletiva)	72h

Ementa

Teorias da etnicidade; dimensões políticas e culturais da etnicidade; grupos étnicos e processos históricos; etnicidade e religião; etnicidade e processos rituais; etnicidade e memória; etnicidade e nacionalismo; etnicidade e território; a contribuição da antropologia brasileira ao estudo dos processos identitários étnicos.

Bibliografia Básica

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In Feldman Bianco (editor), Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

WEBER, Max. "Comunidades Etnicas". In: Economia y Sociedad. Vol. 1. Brasília: Mexico: Fundo de Cultura Económica. 1944 [1922]. Pp. 315-327.

Bibliografia Complementar

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Caminhos da Identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

HANNERZ, Ulf. "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional". Mana 3(1), 1997.

LASK, Tomke (org.), O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

OLIVEIRA Filho, João Pacheco (org.). A viagem da Volta. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Etnicidade e nacionalismo religioso entre os Curdos da Síria. In: Revista Antropolítica 19. Niterói: EdUFF, 2005.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Antropologia Audiovisual (Eletiva)	72h

Ementa

O contexto de formação e desenvolvimento da Antropologia Visual. Os usos da imagem e seus significados na prática dos estudos antropológicos. As diferentes inter-relações entre o uso de registros etnográficos imagísticos (fílmicos, fotográficos e sonoros) e a produção de conhecimento antropológico. Antropologia visual e metodologia da pesquisa etnográfica.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da. Antropologia e imagem. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

MACHADO, Arlindo. Pré-cinemas & pós-cinemas. 5.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. O imaginário e o poético nas Ciências Sociais. Bauru, SP: Edusc, 2005.

Bibliografia Complementar

ALVES, André; SAMAIN, Etienne. Os argonautas do mangue. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Impr. Oficial, 2004.

ACHUTTI, L. E. R. Fotoetnografia da Biblioteca Jardim. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004,

ANDRADE, Rosane de. Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC FAPESP, 2005

SAMAIN, Etienne. "Ver" e "Dizer" na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. In: Horizontes Antropológicos nº2, Antropologia Visual. PPGAS/UFRGS, 1995.

VEDANA, Viviane, ROCHA, Ana Luiza C. "A representação imaginal, os dados sensíveis e os jogos da memória: os desafios do campo de uma etnografia sonora". Revista Chilena de Antropología Visual v. 13, p. 37-60, 2009.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Memória, Culturas Populares e Patrimônio (Eletiva)	72h

Ementa

As categorias de cultura popular e patrimônio em suas diferentes abordagens. Antropologia, formas de colecionamento e museus etnográficos. Os estudos de memória social e suas relações com as práticas e as políticas de patrimonialização: abordagens etnográficas.

Bibliografia Básica

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio. – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. (disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf)

BURKE, Peter. A Cultura Popular na Idade Moderna – Europa, 1500-1800. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. (disponível em: <http://www.portalconservador.com/livros/Peter-Burke-Cultura-Popular-na-Idade-Moderna.pdf>)

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. (disponível em: http://minhateca.com.br/LuisFAPeretti/Documentos+variados/DOCUMENTOS+DE+TEXTO+EM+GERAL/Livros+de+Hist*c3*b3ria/A+Mem*c3*b3ria+Coletiva-+Maurice+Halbwachs,354732463.pdf).

Bibliografia Complementar

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário e SANTOS, Myrian (orgs.). Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas. Col. Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. (disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/21-museus-colecoes_e_patrimonios-narrativas_polifonicas.pdf)

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidade. Nº 23. Brasília: IPHAN, 1994, pp. 94-115. (disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf)

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. Unesp, 2001. (disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/19887197/a-alegoria-do-patrimonio---francoise-choay>)

MACIEL, Maria Eunice e ALVES, Caleb Faria (orgs.). Horizontes Antropológicos – Patrimônio Cultural. Vol. 11. Nº 23. Porto Alegre: UFRGS, 2005. (disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0104-718320050001&script=sci_issuetoc)

Código	Disciplina	Carga Horária
	Laudo, Perícia e Consultoria Antropológica	72h

Ementa

A formação do campo da perícia antropológica no Brasil. Legislações específicas e rotinas administrativas. Questões teórico-metodológicas e éticas. Leitura e discussão de laudos e perícias.

Bibliografia Básica

LEITE, Ilke B. (org.). Laudos periciais antropológicos em debate. Florianópolis: Nuer/ABA, 2005.

FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (org.). Ética e regulamentação na pesquisa antropológica. Brasília: LetrasLivres/Editora UnB, 2010.

LIMA, Antonio C. S. (org.). Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977- 2002. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced/CNPq/Faperj/IIEB, 2005.

Bibliografia Complementar

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O mal estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA, Ceres et al. (org.). Antropologia e ética: o debate atual no Brasil. Niterói: ABA/Eduff, 2004

FERREIRA, R. C. Laudos antropológicos, situações de perícia e interfaces de saberes: dilemas a partir do caso dos remanescentes de quilombos. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 5 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2012 - pp. 681-704

O'DWYER, Eliane C. (org.). O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

OLIVEIRA, J. P.; SANTOS, A. F. M. Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os caxixó. Rio de Janeiro: Contracapa/Laced/MN/UFRJ, 2003.

OLIVEIRA, João P. et. al (Orgs.) Laudos antropológicos em perspectiva. SILVA, Orlando S. et al. (org.). A perícia antropológica em processos judiciais. Florianópolis: Edufsc, 1994.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Tópico Especial de Antropologia I (Eletiva)	72h

Ementa

A ser definida de acordo com interesses de pesquisa e aprofundamento teóricos específicos dos professores da área de Antropologia do ICS. Temas e pesquisas contemporâneas desenvolvidas no ICS.

Bibliografia Básica

BERNARD, R. Handbook of Methods in Cultural Anthropology. Lanham: AltaMira Press, 2000.

BERNARD, Research Methods in Antropology. Lanham: AltaMira Press, 2017.

BOELLSTORFF, T.; NARDI, B.; PEARCE, C.; TAYLOR, T. L. Ethnografy and Virtual World. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2012.

Bibliografia Complementar

CARRIER, J. G. A Handbook of Economic Anthropology, Second Edition. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2012.

CARRIER, J. G. A.; GEWERTZ, D. B. The Handbook Sociocultural Anthropology. London: Bloomsbury, 2013.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Tópico Especial de Antropologia II (Eletiva)	72h

Ementa

A ser definida. Visa proporcionar o aprofundamento de estudos ligados aos temas de pesquisa dos professores do setor de Antropologia do ICS.

Bibliografia Básica

BERNARD, R. Handbook of Methods in Cultural Anthropology. Lanham: AltaMira Press, 2000.

BERNARD, Research Methods in Antropology. Lanham: AltaMira Press, 2017.

BOELLSTORFF, T.; NARDI, B.; PEARCE, C.; TAYLOR, T. L. Ethnografy and Virtual World. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2012.

Bibliografia Complementar

CARRIER, J. G. A Handbook of Economic Anthropology, Second Edition. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2012.

CARRIER, J. G. A.; GEWERTZ, D. B. The Handbook Sociocultural Anthropology. London: Bloomsbury, 2013.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Instituições Políticas brasileiras (Eletiva)	72h

Ementa

Instituições políticas e Democracia no Brasil. A experiência institucional 1946- 1964. A Constituição de 1988. Análise dos sistemas partidários e eleitoral. Poder Executivo. Comportamento legislativo. Relação entre os poderes. Presidencialismo de Coalizão. Reformas recentes do Estado brasileiro.

Bibliografia Básica

AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio (Org.). Sistema Político Brasileiro: Uma introdução. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer/Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2004.

AVRITZER, Leonardo; Milani, Carlos R.S. & Braga, Maria do Socorro Sousa (eds.). (2016). A ciência política no Brasil (1960-2015). Rio de Janeiro: Ed. FGV.

NICOLAU, Jairo Marconi; POWER, Timothy. Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

Bibliografia Complementar

AMES, Barry. Entraves à democracia no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

AMORIM NETO, Otávio. Presidencialismo e Governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer/FGV, 2006.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV, 2001.

MELO, C. R. & SAEZ, M. A. A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Estado e Políticas Públicas (Eletiva)	72h

Ementa

As políticas públicas na ciência política. A noção de público, privado, esfera pública e estado. O processo de formação de políticas: temas, agenda setting; implementação e avaliação: aspectos conceituais e metodológicos. Agentes, racionalidades e instâncias decisórias. Federalismo e desenho constitucional. Poderes de Agenda. As

políticas públicas de corte social: princípios, mecanismos e sua trajetória e desenvolvimento em nível internacional e do Brasil.

Bibliografia Básica

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol.18, no. 51, p. 7-10. ISSN 0102-6909. Disponível na World Wide Web em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69092003000100001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>

MARQUES, E. (1997). Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, No 43. Disponível em: (<http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-43>)

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol.18, no. 51, p.15-20. ISSN 0102-6909. Disponível na World Wide Web em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69092003000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

Bibliografia Complementar

ARRETCHE, M. (2001). "Federalismo e Relações Intergovernamentais no Brasil: A Reforma dos Programas Sociais". In: Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 431-457.

CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, no. 61, p. 25-52, 2006. Disponível em <http://bit.ly/16BtpkD>

CAVALCANTE, Pedro. Descentralização das políticas públicas sob a ótica neoinstitucional: uma revisão da literatura. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol. 45, no. 6, p. 1781-1804, nov./dez. 2011. <http://bit.ly/xJs269>

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol.18, no. 51, p. 21-30. ISSN 0102-6909. Disponível na World Wide Web em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69092003000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>

HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta, MARQUES, Eduardo. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

IANNI, Octávio. A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Instituições Políticas Comparadas (Eletiva)	72h

Ementa

Método comparativo de análise, análise comparada em nível mundial de regimes de governo, modelos de democracia consensual e majoritário, partidos políticos em perspectiva comparada, sistemas partidários e sistemas eleitorais comparados, bem como instituições de controle. Paralelamente serão abordadas as teorias do Neo-Institucionalismo, Teoria da Escolha Racional, Teoria dos Jogos e accountability.

Bibliografia Básica

AMORIM NETO, Octavio. (2010). A política comparada no Brasil: a política dos outros. In Lessa, Renato (ed.). Horizontes das ciências sociais: ciência política. São Paulo: Anpocs, p. 321-340.

LIJPHART, A. Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PRZEWORSKI, A.; ALVAREZ, M.; CHEIBUB, J. A. & LIMONGI, F. O que mantém as democracias?. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (40-41), 113-135, 1997.

Bibliografia Complementar

AMORIM-NETO, O. Presidencialismo e governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FUKUYAMA, F. Construção de Estados. São Paulo: Rocco, 2006.

LINZ, J. e STEPAN, A. A transição e a consolidação democrática e política comparada. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MUNK, G. L. Teoria dos jogos e política comparada: novas perspectivas, velhos interesses. Rev. Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000.

O'DONNELL, G. Teoria democrática e política comparada. Rev. Dados, Rio de Janeiro, v.42, n.4, 1999.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Partidos Políticos e Eleições (Eletiva)	72h

Ementa

Emergência da democracia de massa. Representação política e instituições. Os diferentes sistemas partidários e regimes eleitorais.

Bibliografia Básica

CHARLOT, Jean. Os partidos políticos. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1982.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: EDUSP, 1999.

DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Bibliografia Complementar

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel e FREIDENBERG, Flavia. "Partidos políticos na América Latina". Opinião Pública, vol.8, no.2, p.137-157.

MAINWARING, Scott e TORCAL, Mariano. "Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização". Opinião Pública, vol.11, no.2, p.249-286.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe. "Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, n.51, p.123-140.

SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Ed. da UnB; Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Representação e Estudos Legislativos (Eletiva)	72h

Ementa

Representação política e instituições. Estudos legislativos. Instituições legislativas em perspectiva comparada. Legislativos nacionais, supranacionais e subnacionais.

Bibliografia Básica

AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio (Org.). Sistema Político Brasileiro: Uma introdução. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer/Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2004.

INÁCIO, Magna & RENNÓ, Lúcio (Orgs.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Bibliografia Complementar

FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. "Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional". Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 10, n. 29, 1995, p. 175-200.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. (2003), "Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil". Opinião Pública, 9, 1: 44- 67.

LIMONGI, Fernando. (2003), "Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório". BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 55: 07-40.

MELO, Carlos Ranulfo. Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SANTOS, Fabiano. O poder legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Política Brasileira (Eletiva)	72h

Ementa

Formas históricas de Estado e Sociedade no Brasil. O Estado Oligárquico e Patrimonial. O Estado Autoritário e Burocrático. A Redemocratização e a Reforma Gerencial do Estado Brasileiro.

Bibliografia Básica

ABRÚCIO, Fernando. Os Barões da Federação. São Paulo: Hucitec, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a Cidadania. São Paulo: Editora 34, 1998.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. 2ª ed. Porto Alegre/São Paulo: Globo/Edusp, 1975.

Bibliografia Complementar

BONFIIM, Manoel. A América Latina. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que Não Foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Luciano. Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Eletiva)	72h

Ementa

Formas e critérios de avaliação de políticas públicas: eficiência, efetividade e eficácia. Métodos quantitativos e qualitativos para avaliação de políticas públicas. Avaliação interna e externa. Diferenças entre avaliação e monitoramento. Avaliação participativa.

Bibliografia Básica

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.
 RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.
 SILVA, Pedro Luiz Barros; COSTA, Nilson do Rosário. A avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília: Ipea, 2002.

Bibliografia Complementar

BOUERI, R.; ROCHA, F.; RODOPOULOS, F. (orgs.). Avaliação de Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência. Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, 2015.
 EVANS, P. B. O Estado Como Problema e Como Solução. In: Lua Nova, Revista de Cultura e Política, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), 28/29, 1993.
 FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.
 GIAMBIAGO, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2011.
 JACCOUD, L. (org.). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: Ipea, 2005, vol. 1.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Democracia, Cidadania e Justiça (Eletiva)	72h

Ementa

Análise das doutrinas clássicas e contemporâneas da democracia em paralelo à compreensão da cidadania e às novas formas de acesso à Justiça. As principais experiências de participação social em curso no Brasil: orçamentos participativos, conselhos populares de políticas e estratégias institucionais de acesso ao direito.

Bibliografia Básica

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Os Caminhos da Democracia Participativa. RJ: Civilização Brasileira, 2002.
 MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. RJ: Zahar, 2000.
 CARVALHO, José M. Cidadania no Brasil - O Longo Caminho. RJ: Civilização Brasileira, 1998.

Bibliografia Complementar

AVRITZER, L. (org.). A Participação Social no Nordeste. BH: Ed. UFMG, 2005.
 HELD, David. Modelos de Democracia. RJ: Editora Paideia, 2003.
 PUTNAM, Robert. Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna. RJ: Editora FGV, 2002.
 REIS, Elisa P. Processos e Escolhas: Estudos de Sociologia Política. RJ: Contra-Capa, 1999.
 SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. Cidadania e Justiça. RJ: Campus, 1979.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Tópicos Especiais em Ciência Política I (Eletiva)	72h

Ementa

EMENTA: (A ser definida). Visa proporcionar o aprofundamento de estudos ligados aos temas de pesquisa dos professores do setor de Ciência Política do ICS. Pesquisas contemporâneas e recentes sobre o campo da Ciência Política.

Bibliografia Básica

GIANFRANCO, P.; BARTOLINI, S. (Org.) Manual de Ciência Política. Madri: Alianza, 1996.
 GOODIN, R. E. The Oxford Hadbook of Political Science. London: Oxford Universit Press, 2013.
 RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. The Oxford Hadbook of Political Institutions. London: Oxford Universit Press, 2013.

Bibliografia Complementar

BOIX, C.; STOKES, S. C.; The Oxford Hadbook of Comparative Politics. London: Oxford Universit Press, 2013.
 BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; BRADY, H. E.; COLLIER, D. The Oxford Hadbook of Political Methodology. London: Oxford Universit Press, 2013.
 DRYZEK, J. S.; HONIG, B.; PHILLIPS, A. The Oxford Hadbook of Political Theory. London: Oxford Universit Press, 2013.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Tópicos Especiais em Ciência Política II (Eletiva)	72h

Ementa

EMENTA: (A ser definida). Visa proporcionar o aprofundamento de estudos ligados aos temas de pesquisa dos professores do setor de Ciência Política do ICS. Pesquisas contemporâneas e recentes sobre o campo da Ciência Política.

Bibliografia Básica

GIANFRANCO, P.; BARTOLINI, S. (Org.) Manual de Ciência Política. Madri: Alianza, 1996.
 GOODIN, R. E. The Oxford Hadbook of Political Science. London: Oxford Universit Press, 2013.
 RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. The Oxford Hadbook of Political Institutions. London: Oxford Universit Press, 2013.

Bibliografia Complementar

BOIX, C.; STOKES, S. C.; The Oxford Hadbook of Comparative Politics. London: Oxford Universit Press, 2013.
 BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; BRADY, H. E.; COLLIER, D. The Oxford Hadbook of Political Methodology. London: Oxford Universit Press, 2013.
 DRYZEK, J. S.; HONIG, B.; PHILLIPS, A. The Oxford Hadbook of Political Theory. London: Oxford Universit Press, 2013.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Sociologia da Juventude (Eletiva)	72h

Ementa

Teorias e métodos da pesquisa social destinados à compreensão das práticas juvenis no mundo contemporâneo. A juventude e os marcadores sociais da diferença: classe, gênero, raça, sexualidade. Culturas jovens: estilo de vida, consumo e lazer.

Bibliografia Básica

BRITTO, Sulamita. (Org.). Sociologia da juventude, I: da Europa de Marx à América latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CASTRO, Lúcia Rabello de; CORREA, Jane (Org.). Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

DIÓGENES, Glória. Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

Bibliografia Complementar

ABRAMOVAY, Miriam. Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CACCIA-BAVA, Augusto; FEIXA, Carles; GONZÁLEZ CANGAS, Yanko (Org.).

Jovens na América Latina. São Paulo: Escrituras, 2004. 327p.

EUGENIO, Fernanda; ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de (Org.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2006.

GROPPO, Luis Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das

juventudes modernas. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL, 2000.

LEITE, Ligia Costa; LEITE, Maria Esther Delgado; BOTELHO, Adriana Pedreira (org.). Juventude, desfiliação e violência. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Sociologia Econômica e do Desenvolvimento (Eletiva)	72h

Ementa

A formação da ordem social competitiva e a instauração da sociedade de classes no Brasil. Desenvolvimento e dependência na América Latina. A sociologia do capitalismo brasileiro. Sociologia do subdesenvolvimento. Estado e capitalismo no Brasil. As sociedades industriais periféricas e o advento das sociedades pós-industriais. A nova sociologia econômica (NSE). A vida social econômica. A teoria da imersão econômica. Utilitarismo e interesses. Sociologia e teoria econômica. Economia, moral e sociedade. Estado e vida econômica. Mercados, empresas e organizações. Construção social dos mercados. Política econômica. Sociedade e os novos agentes econômicos.

Bibliografia Básica

AGARWALA, A.N e SINGH, S.P. A economia do subdesenvolvimento. 2º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Éve. O novo espírito do capitalismo. 1º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. As estruturas sociais da economia. 1º ed. Porto: Campo das Letras, 2006.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e

desenvolvimento na América Latina. 3º ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento. 2ºed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo no Brasil no Brasil. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
 POLANY, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 3º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
 WEBER, Max. Ética econômica das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião. 2º ed. Petrópolis; Vozes, 2016.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Estrutura de Classe e Estratificação Social (Eletiva)	72h

Ementa

Estratificação social no pensamento sociológico. Sociedades estamentais, sociedades de castas e sociedades de classe. Mobilidade social ascendente e descendente, mobilidade vertical e horizontal, mobilidade estrutural e mobilidade de circulação. Estudos clássicos de estratificação social no Brasil: raça e classe. Ocupação, renda, escolaridade e profissões. Desigualdade, mobilidade e fluidez social no Brasil da segunda metade do século XX. Desigualdade, classes e novas estratificações no Brasil do século XXI.

Bibliografia Básica

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Volume 1. São Paulo: Globo, 2006.
 HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
 PALMEIRA, Moacir. Estrutura de classe e estratificação social. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Bibliografia Complementar

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
 HIRANO, Sedi. Castas, estamentos e classes sociais. Introdução ao pensamento de Max Weber. São Paulo: Unicamp, 2006
 POCHMANN, Marcio. Proprietário: concentração e continuidade. Novo atlas da estratificação social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.
 SOUZA, Jessé. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Ufmg, 2006.
 WEBER, M. Ensaio de sociologia. São Paulo, Editora Guanabara, 1982.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Sociologia do Trabalho (Eletiva)	72h

Ementa

Concepções clássicas e contemporâneas da sociologia do trabalho. Processo de trabalho e inovação tecnológica. Padrões de divisão social do trabalho. Modernização técnica e formas do trabalho. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho. Organização dos trabalhadores.

Bibliografia Básica

DURKHEIM, Émile, 1858-1917. Da divisão do trabalho social. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Cortez, 1998.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10.ed. : Campinas, SP: Cortez; UNICAMP, 2005.

OFFE, Claus. Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho". Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. 2 v.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

MARX, Karl; SANT'ANNA, Reginaldo. O capital: crítica da economia política. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 2011. 2 v.

Offe, Claus. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Sociologia da Comunicação (Eletiva)	72h

Ementa

Estudo das principais abordagens teóricas sobre o fenômeno da comunicação midiática e seus diferentes aspectos. Relação mídia-indivíduo. Processos de produção e recepção midiáticos. Funções e efeitos dos meios de comunicação na sociedade. Impacto das novas tecnologias nos processos comunicacionais.

Bibliografia Básica

LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da cultura de massa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação: como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, c1964.

MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo - 1: neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1962.

Bibliografia Complementar

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. Sociologia da comunicação. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

DEFLEUR, Melvin L; BALL-ROKEACH, Sandra. Teorias da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c1993.

FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. 7. ed. Petrópolis: Vozes, c2001.

HALL, Stuart. "Codificação/Decodificação" e "Reflexões sobre o modelo Codificação/Decodificação: uma entrevista com Stuart Hall" In. _____. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Sociologia dos Conflitos (Eletiva)	72h

Ementa

Teorias clássicas do conflito; manifestações do conflito nas sociedades contemporâneas; conflito como integração e desagregação; conflitos e lutas sociais; conflito e mudança social; interseção rural-urbano e emergência de conflitos.

Bibliografia Básica

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba; BARROS, Joana; SILVA, Evanildo B. da; DUARTE, Livia (Org.). *Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FASE, 2013.

Bibliografia Complementar

BIRNBAUM, Pierre. Conflitos. In: BOUDON, Raymond. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p.247-282.

DAHRENDORF, Ralf. *A lei e a ordem*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1997.

SIMMEL, Georg; MORAES FILHO, Evaristo de. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Sociologia Latino-Americana (Eletiva)	72h

Ementa

Temas e perspectivas da sociologia desenvolvida na América Latina e no Brasil após a segunda metade do século XX. Paradigma modernidade e colonialidade. Sociologia do desenvolvimento e dos processos de modernização. Teoria da dependência. Novos movimentos sociais e culturais na América Latina e saberes pós-coloniais.

Bibliografia Básica

BORON, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 272p

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GERMANI, G. *Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

Bibliografia Complementar

DOMINGUES, José Maurício. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. **Análise de Conjuntura OPISA**. v. 2, p. 20-37, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/iuperj/domingues.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María (Org). *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., c1970.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Sociologia Pós-colonial e Decolonial (Eletiva)	72h

Ementa

Paradigma modernidade-colonialidade, relação entre eurocentrismo e colonialismo; modalidades interpretativas sobre poder, Estado e governo na contemporaneidade; imperialismo intelectual; teorias e intercâmbios sul-sul; descolonização epistêmica; relação centro-periferia na produção de conhecimento.

Bibliografia Básica

DUSSEL, Enrique D. *Caminhos de libertação latino-americana*: História, colonialismo e libertação: tomo 2. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.
 LA BOÉTIE, Etienne de; CLASTRES, Pierre; LEFORT, Claude; CHAUI, Marilena de Souza. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
 LANDER, Edgardo; CASTRO-GOMEZ, Santiago. *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Bibliografia Complementar

ANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciencias sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
 RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1995. (Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil; A descida aos infernos; e Sobre a crise brasileira e a sociologia no Brasil).
 WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Impensar a ciência social*: os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida, SP: Idéias & Letras, c1991.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Tópicos Especiais em Sociologia I (Eletiva)	72h

Ementa

(A ser definida). Visa proporcionar o aprofundamento de estudos ligados aos temas de pesquisa dos professores do setor de Sociologia do ICS. Pesquisas contemporâneas e recentes sobre o campo sociológico.

Bibliografia Básica

DILLON, M. *The Handbook of the Sociology of Religion*. New York: Cambridge University Press, 2003.
 EDGELL, S.; GOTTFRIED, H. G.; GRANTER, E. *The Handbook of Sociology of Work and Employment*. California: SAGE, 2016.
 SMELSER, N. J. *The Handbook of Sociology*. California: SAGE, 1988.

Bibliografia Complementar

ADLER, P. S. *The Oxford Handbook of Sociology and Organization Studies*. London: Oxford University Press, 2015.
 ADLER, P. S.; DU GAY, P.; MORGAN, G.; REED, M. *The Oxford Handbook of Sociology, Social Theory and Organization Studies*. London: Oxford University Press, 2015.

CHAFETZ, J. S. Handbook of the Sociology of Gender. Texas: University of Houston, 2006.

Código	Disciplina	Carga Horária
	Tópicos Especiais em Sociologia II (Eletiva)	72h

Ementa

(A ser definida). Visa proporcionar o aprofundamento de estudos ligados aos temas de pesquisa dos professores do setor de Sociologia do ICS. Pesquisas contemporâneas e recentes sobre o campo sociológico.

Bibliografia Básica

DILLON, M. The Handbook of the Sociology of Religion. New York: Cambridge University Press, 2003.
 EDGELL, S.; GOTTFRIED, H. G.; GRANTER, E. The Handbook of Sociology of Work and Employment. California: SAGE, 2016.
 SMELSER, N. J. The Handbook of Sociology. California: SAGE, 1988.

Bibliografia Complementar

ADLER, P. S. The Oxford Handbook of Sociology and Organization Studies. London: Oxford University Press, 2015.
 ADLER, P. S.; DU GAY, P.; MORGAN, G.; REED, M. The Oxford Handbook of Sociology, Social Theory and Organization Studies. London: Oxford University Press, 2015.
 CHAFETZ, J. S. Handbook of the Sociology of Gender. Texas: University of Houston, 2006.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Democracia e Movimentos Sociais (Eletiva)	72h

Ementa

Movimentos sociais e perspectivas teóricas. Movimentos sociais, Estado e a produção de demandas sociais. Movimentos Sociais e globalização. Movimentos sociais na ordem brasileira contemporânea.

Bibliografia Básica

ABERS, Rebecca e BÜLOW, Marisa Uon. "Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?". Sociologias, 2011, vol.13, no.28, p.52-84.
 FRAZER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: Souza, Jessé (Org.) Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UnB, 2001.
 SANTOS, Boaventura. Os novos movimentos sociais. In: Leher; Roberto; Setúbal, Mariana (Org.) Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

GOHN, Maria da Glória. "Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina". Caderno CRH, 2008, vol.21, no.54, p.439-455.
 LEONELLI, Domingos; GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e educação. 6. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005.

MOISES, Jose Alvaro. Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80. Petrópolis: Vozes: CEDEC, 1982.

OLIVEIRA, Dante de. Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ZARTH, Paulo Afonso; MOTTA, Márcia (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo, SP: UNESP, 2008.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Política e Educação (Eletiva)	72h

Ementa

A política educacional no contexto das políticas públicas. A organização dos sistemas de ensino: contextos internacionais, nacionais e subnacionais. A legislação educacional.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

Bibliografia Complementar

CUNHA, Luiz Antonio. Educação, estado e democracia no Brasil. 5. ed. São Paulo: Cortez; Niterói: EDUFF, 2005.

DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio. O Banco Mundial e as políticas educacionais. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; CATANI, Afrânio Mendes. Constituições estaduais brasileiras e educação. São Paulo: Cortez, 1993.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Educação conformada: a política pública de educação no Brasil : 1930-1945. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Segurança Pública e Criminalidade (Eletiva)	72h

Ementa

Conceitos e causas da violência urbana. Violência difusa, estigmas e construção social do crime. Cidade e violência. Mecanismos de erradicação e circunscrição da violência.

Bibliografia Básica

ADORNO, Sérgio. A criminalidade violenta urbana no Brasil: um recorte temático. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais: BIB, n.º 35, 1993.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Crime, violência e poder na sociedade contemporânea. São Paulo: USP/Núcleo de Estudos da Violência, 1992.

SOARES, Luiz Eduardo. Notas sobre a problemática da segurança pública. Políticas sociais: acompanhamento e análise. IPEA, 2001.

Bibliografia Complementar

- BEATO, Cláudio Chaves. Ação e estratégia das organizações policiais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- MISSE, Michel. Crimes e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.
- RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. A democracia disjuntiva no contexto brasileiro: algumas considerações a partir do trabalho das delegacias de polícia. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 11, p. 193-227, Aug. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Nov. 2017.
- SOARES, Luiz Eduardo. Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (Orgs.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: FGV, 1996.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Cultura e Consumo (Eletiva)	72h

Ementa

Os estudos socioantropológicos do consumo. O consumo dos bens simbólico-culturais: estilos de vida, identidade e diversidade. Homogeneização e heterogeneização do consumo. O consumo e os marcadores culturais: classe, raça e gênero. A sociedade de consumidores. Consumo e ação política. Globalização, crítica ao consumismo, alteridade e desigualdade.

Bibliografia Básica

- CANCLINI, Nestor Garcia. Cidadãos e consumidores. Rio de Janeiro: Ufrj, 2006.
- BAUMAN, Zigmunt. Vidas para consumo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- APPADURAI, ARJUN. A vida social das coisas. Rio de Janeiro: Eduff, 2008.

Bibliografia Complementar

- BOURDIEU, Pierre. A distinção. São Paulo: Edusp, 2006.
- CAMPBELL, Colin. A ética e o espírito do consumo moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- BARBOSA, Livia (Org.). Consumo: cosmologias e sociabilidades. Rio de Janeiro: Edur, 2009.
- DOUGLAS, Mary e BARON, ISHERWOOD. O mundo dos bens. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- FARIAS, Edson (Org.). Práticas culturais na sociedade de consumidores. Brasília: Verbus, 2010.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Estudos Sociais da Ciência (Eletiva)	72h

Ementa

Introduzir aos Estudos de Ciência e Tecnologia; Discutir as principais correntes desse campo e as práticas envolvidas no desenvolvimento, disseminação e uso do conhecimento “científico” na sociedade contemporânea. Problematizar as implicações metodológicas e teóricas do estudo da ciência para as ciências sociais. Aportes da pesquisa histórica sobre a relação entre pesquisa científica e suas

aplicações e etnografias das ciências. Agências e relações sujeito/objeto e humanos e não-humanos. Análise de estudos empíricos sobre temas atuais.

Bibliografia Básica

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 10 ed. Perspectiva, 2011. 260 p. LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. UNESP, 2000. 438 p.

MATURANA, Humberto R. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2001. 203 p.

MERTON, Robert King. Ensaio de sociologia da ciência. São Paulo, SP: Editora 34, 2013. 303p. ISBN 9788573265149.

Bibliografia Complementar

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Org.). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 142p

LIMA, João Vicente Ribeiro Barroso da Costa. Os indivíduos e seus bichos na cidade de Brasília. Curitiba: Appris, 2012.. 212 p.

PRIGOGINE, I; STENGERS, Isabelle. O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996. 199p.

ROHDEN, Fabiola. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. 2009. 245p. (Antropologia e Saúde).

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Estudos das Populações Afro-brasileiras (Eletiva)	72h

Ementa

Construção sócio histórica da realidade brasileira. A questão racial como tema de identidade nacional. Teorias raciológicas brasileiras. Movimento modernista e as abordagens sociais sobre a mestiçagem. Interfaces entre raça, classe e gênero e a constituição de símbolos da nacionalidade. Políticas Públicas de Ações Afirmativas. Movimento negro no Brasil contemporâneo.

Bibliografia Básica

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus: EDUSP, 1965. 2v.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 668 p

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

Bibliografia Complementar

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos de formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed., rev. São Paulo: Global, 2008. 302 p.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2. ed., rev. São Paulo: Global, 2007. 313 p

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Racismo e antirracismo no Brasil. 2. ed. São Paulo, SP Ed. 34 2005 254 p

HASENBALG, Carlos.; SILVA, Nelson do Valle. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro, 1999. 240 p.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. 2006. 224p.

SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco - raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 19-94 e 247-271.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Meio Ambiente e Sociedade (Eletiva)	72h

Ementa

Natureza, cultura e sociedade. Construção sociopolítica do meio ambiente. Processos de institucionalização da política ambiental. Análise dos constrangimentos ecológicos à acumulação capitalista. Introdução e crítica da noção de desenvolvimento sustentável. Principais abordagens teóricas sobre a relação sociedade-natureza. Conflitos socioambientais.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, Clovis ((org.)). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.
 SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
 DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

Bibliografia Complementar

ACSELRAD, Henri; VIEIRA, Liszt; GUARANY, Reinaldo. Ecologia: direito do cidadão. Rio de Janeiro: Grafica JB, 1993. 83 p
 FERRY, Luc. A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem. São Paulo: Ensaio, 1994.
 FUKS, Mario. Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
 GODOY, Ana. "O modelo da natureza e a natureza do modelo". Perspectiva v.14 n.4 São Paulo out./dez. 2000.
 LATOUR, Bruno. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Estudos Urbanos (Eletiva)	72h

Ementa

A cidade como campo de investigação: fundamentos teóricos da sociologia e antropologia urbana. Os processos de migração, industrialização e urbanização na formação das cidades. Dinâmicas de expropriação, periferização e favelização. Urbanidade e ruralidade. Cotidiano, violência e segregação social. O direito à cidade e os movimentos sociais no contexto urbano. Territórios, identidades e formas de sociabilidade. Etnografias e experimentos metodológicos nas pesquisas urbanas.

Bibliografia Básica

VELHO, Otávio (org.) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
 HANNERZ, Ulf. Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
 LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. São Paulo: Editora Centauro. 2001.

Bibliografia Complementar

AGIER; Michel. Antropologia das cidades: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.
 CALDEIRA, Tereza. A cidade de muros. São Paulo, Edusp, 2000.
 FELDMAN-BIANCO, Bela (org). Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos. São Paulo: UNESP, 2010.
 FOOTE-WHYTE, William. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
 MAGNANI, José Guilherme C. e TORRES, Lilian de Lucca (orgs). Na Metrópole. Textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP, 1996.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Religião, Ritual e Performance (Eletiva)	72h

Ementa

Abordagens clássicas e contemporâneas no campo de estudos sobre religião, ritual e performance; Religião e poder. Performance e cura; múltiplas definições de rituais; Rituais e identidade; O debate antropológico sobre religião no Brasil.

Bibliografia Básica

DURKHEIM, E., As Formas Elementares da Vida Religiosa: o Sistema Totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996
 GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.
 TURNER, Victor Witter. O processo ritual: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

Bibliografia Complementar

ASAD, Talal. “A construção da religião como categoria antropológica”. Cadernos de Campo, v. 19, p. 263 - 284, 2010.
 ELIADE, M, COULIANO, I. P. Dicionário das Religiões. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
 EVANS-PRITCHARD, E. E. (Edward Evan). Antropologia social da religião. Rio de Janeiro: Campus, 1978
 GLUCKMAN, Max. Rituais de rebelião no Sudeste da África. Série Tradução. Brasília: Editora da UNB, 2011.
 WEBER, M. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC Editora.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Língua Inglesa (Eletiva)	72h

Ementa

Desenvolvimento da competência de leitura de textos acadêmicos em inglês. Subsídios para o desenvolvimento de estratégias que incentivem a construção de sentido em inglês–língua estrangeira, adequando o ensino com fins específicos às necessidades do âmbito de Ciências Sociais.

Bibliografia Básica

INFORMATION TECHNOLOGY. Oxford: Factfiles, 2002.
 MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. São Paulo: Textonovo, 2000.
 PINTO, D. et al. Compreensão inteligente de textos. Rio: Ao livro técnico, 1991.

Bibliografia Complementar

MICHAELIS/Dicionário inglês-português e português-inglês. São Paulo: Melhoramentos, 1989
 MURPHY, R. Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of English. Great Britain: Cambridge, 1990.
 OLIVEIRA, S. Reading strategies for Computing. Brasília: UnB, 1998.
 SILVA, J. A. de C., GARRIDO, M. L., BARRETO, T. P. Inglês Instrumental: leitura e compreensão de textos. Salvador: UFBA, 1994.
 SOUZA, A. G. F. et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Língua Espanhola (Eletiva)	72h

Ementa

Desenvolvimento da competência de leitura de textos acadêmicos em espanhol. Subsídios para o desenvolvimento de estratégias que incentivem a construção de sentido em espanhol—língua estrangeira, adequando o ensino com fins específicos às necessidades do âmbito de Ciências Sociais.

Bibliografia Básica

MILANI, E. M. [et al.] Listo: español a través de textos. São Paulo: Moderna, 2005.
 MILANI, Esther Maria. Gramática de espanhol para brasileiros. Ed. Saraiva, 2ª ed., 2000.
 SEÑAS: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para Brasileños / Universidad Alcalá de Henares. Tradução: Eduardo Brandão e Claudia Berliner. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2001..

Bibliografia Complementar

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. Conjugar es Fácil en Español. Madrid, ed. Edelsa, 1997.
 MINIDICIONÁRIO Saraiva Espanhol-Português, Português-Espanhol. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003.
 VILELA, Antônio Carlos. Espanhol: conversação para viagem. São Paulo: Melhoramentos, 1996.
<http://www.aprendaespanhol.com.br>

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Educação e Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (Eletiva)	72h

Ementa

Estudo da importância das tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação: potencialidades pedagógicas e desafios de sua aplicação nos espaços de aprendizagem presencial e à distância.

Bibliografia Básica

HEIDE, A. e STILBORNG, L. *Guia do professor para a Internet*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
 MASETTO, Marcos; MORAN, José e BEHRENS, Marilda. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papyrus, 2000.
 SILVA, Marcos. *Educação online*. São Paulo: Loyola, 2004.

Bibliografia Complementar

BARRETO, Raquel G. (org). *Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

MERCADO, Luís P. *Tendências na utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação*. Maceió: EDUFAL, 2004.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo Mercado. *Vivências com aprendizagem na Internet*. Maceió: EDUFAL, 2005.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Trabalho e Educação (Eletiva)	54h

Ementa

Estudo da categoria Trabalho e sua relação com a gênese e função social da educação, perpassando a análise sóciohistórica nas políticas e práticas da relação trabalho e educação e seus reflexos na profissão docente.

Bibliografia Básica

ERTOLDO Edna e MAGALHÃES, Belmira (org.) *Trabalho, Educação e Formação Humana*. Maceió: EDUFAL, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos filosóficos*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993.

Bibliografia Complementar

BIANCHETTI, Lucídio. *Da Chave de Fenda ao Laptop - tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação*. Petrópolis: Vozes; São Paulo.

FRIGOTTO, G. CHIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise (org.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. *A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

UNITRABALHO, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. CATTANI, Antônio David (org). *Dicionário Crítico*

sobre Trabalho e Tecnologia. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Fundamentos Filosóficos da Educação (Eletiva)	72h

Ementa

A natureza da reflexão filosófica e as implicações da filosofia na prática pedagógica, destacando as perspectivas no campo da filosofia da educação.

Bibliografia Básica

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LARA, Tiago Adão. *A Filosofia ocidental do renascimento aos nossos dias*.

Petrópolis:

Vozes, 1999.

LUCKESI, C. C. – *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

Bibliografia Complementar

HOBBS, Thomas – *Liviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado eclesiástico e civil*. 3ª

edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 1ª Parte, pp. 8 – 99 (Coleção Os Pensadores).

LOCKE, John – *Ensaio acerca do entendimento humano*. 3ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 133 – 343 (Coleção Os Pensadores).

REALE G. & ANTISERI, D. Francis Bacon: filósofo da época industrial. *In: História da*

Filosofia: do humanismo a Kant. São Paulo: Paulus, 1990, Vol. II, pp. 323 – 349.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio ou da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Filosofia da Educação*. São Paulo: FTD, 1999.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Educação Especial (Eletiva)	54h

Ementa

Estudo do desenvolvimento atípico das crianças e adolescentes, compreendendo os recursos educacionais disponíveis na comunidade, os programas de prevenção e assistência existentes, trabalhando o educando na perspectiva do processo de inclusão social

Bibliografia Básica

COLL et. al.. *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995. V.III.

FONSECA, V. *Educação especial: programa de estimulação precoce, uma introdução às idéias de Feurstein*. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995.

IDE, S. M. *Leitura e escrita e deficiência mental*. São Paulo, Memnon: 1994.

Bibliografia Complementar

FONSECA, v. *Uma introdução às dificuldades de aprendizagem*. Lisboa: Editorial Notícias: 1984.

Salto para o Futuro: educação especial: tendências atuais. Secretaria de Educação à distância. Brasília: Ministério de Educação, SEED: 1999.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Fundamentos Psicopedagógicos da Educação (Eletiva)	72h

Ementa

Reflexão teórico-crítica da Psicologia, segundo as novas teorias, considerando a natureza multidimensional do ser humano e as concepções da Psicologia da Educação na complexidade contemporânea.

Bibliografia Básica

ALVES, Rubem. *Alegria de ensinar*. São Paulo: Ars Poética, 1994.

BOSSA, Nadia, A. *A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Porto Alegre: Artes médicas, 1994.

CARRARA, Kester. (org.). *Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens*. - São Paulo: Avercamp, 2004.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, U. F. *Conto de escola – a vergonha como um regulador moral*. Campinas: Moderna/Unicamp. 1999.

BARONE M. C. Leda. *De ler o desejo ao desejo de ler: uma leitura do olhar psicopedagógico*. Petrópolis, Vozes, 1993.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Educação de Jovens e Adultos I (Eletiva)	54h

Ementa

A evolução histórica da educação de jovens e adultos no contexto social, econômico, político e cultural brasileiro: Políticas e Programas de atendimento escolar aos jovens e adultos Estudo das concepções teórico metodológicas e das normas legais vigentes da Escolarização de Jovens e Adultos, a caracterização dos sujeitos do processo e o papel do educador frente à prática pedagógica, segundo a evolução histórica das políticas e programas de EJA.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Inês; PAIVA, Jane. *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MOURA, Tania Maria de Melo. *A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky*. Maceió: EDUFAL/INEP, 1999.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários a prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MOURA, Tania Maria de Melo. (org.). *A Formação de professores (as) para a Educação*

de Jovens e Adultos em questão. Maceió: EDUFAL, 2005.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Educação de Jovens e Adultos II (Eletiva)	54h

Ementa

Estudo das concepções teórico metodológicas que fundamentam a Educação e a escolarização de jovens e adultos, a caracterização dos sujeitos do processo e o papel do educador frente a prática pedagógica, envolvendo discussões atuais em torno das categorias alfabetização e letramento(s).

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de, LEAL Telma Ferraz. (orgs) *A alfabetização de*

jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Marta Kol de. *Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem*.

SOARES, Leôncio et al. *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Bibliografia Complementar

Revista Brasileira de Educação. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação-ANPED.

Set-Out-Nov. N.12. São Paulo, 1999.

PINTO, Álvaro. *Sete Lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez,

SANTOS, Maria Francisca et al. *Gêneros textuais na educação de jovens e adultos*. 2ªed.

Recife: Bagaço, 2004.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

RIBEIRO, Vera Masagão (org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Educação do Campo (Eletiva)	54h

Ementa

Estudo da dinâmica histórica da educação do campo brasileiro segundo as novas proposições político-educacionais e legais para o desenvolvimento sustentável do território do campo, por novos desenhos curriculares.

Bibliografia Básica

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1987.

TERRIEN, J. & DAMASCENO M. N.(coords) *Educação e escola no campo*.

Campinas: Papirus, 1003 (Coleção Magistério, formação e trabalho pedagógico).

Bibliografia Complementar

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos*. In GOMEZ, Carlos Minayo . (et al).

Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 4 edição. São Paulo, Cortez: 2002.

VEIGA, José Eli.da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Educação e Gênero (Eletiva)	54h

Ementa

Estudo das relações entre gênero e educação e do processo de feminização do magistério, suas consequências sobre a organização do trabalho escolar e a identidade coletiva e individual docente.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3ª edição. São Paulo. Cortez: Campinas: Editora da UUNICAMP: 1955.

SOUZA, Érica Renata. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais* in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 379 -387.

VIANA, Cláudia Pereira. *O sexo e o gênero da docência* Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 81-103.

Bibliografia Complementar

FRIGOTTO, Gaudêncio (org). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ, Vozes: 1998 (Coleção Estudos Culturais em Educação).

HIRATA, Helena. *Globalização e divisão sexual do trabalho* in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp139-156.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Educação e Meio-Ambiente (Eletiva)	54h

Ementa

Estudo da dinâmica histórica da relação sociedade e natureza, compreendendo as tendências recentes do movimento ambientalista, no bojo dos movimentos sociais, das teorias e das políticas ambientais, perpassando a dimensão ambiental da educação, suas concepções, diretrizes e ações formadoras da responsabilidade ética dos sujeitos coletivos na gestão ambiental.

Bibliografia Básica

BRASIL, Congresso Nacional. *Lei 9795/99: institui a Política Nacional de Educação Ambiental*. Brasília, 1999.

CASCINO, Fábio. *Educação Ambiental: princípios, história, formação profissional*. São Paulo: Eds. SENAC, 1999.

MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente*. Campinas, SP: Papirus, 1997 (Coleção Práxis) 239 p.

Bibliografia Complementar

GRUN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Col. Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico 120 p.)

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo, HUCITE: 1994.100p.

QUINTAS, José da Silva. *A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental*. Brasília: IBAMA, 1995 (meio Ambiente em debates, 1).

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Formação Social de Alagoas (Eletiva)	72h

Ementa

A formação histórica do Estado de Alagoas e suas peculiares enquanto localidade pertencente à Capitania de Pernambuco. A emancipação de 1817. Os embates e problemas econômico-sociais da Província no século XIX. O lugar político, econômico e social de Alagoas no cenário nacional na Contemporaneidade.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. Maceió: SERGASA, 1981.

DIEGUES JR., Manuel. *O Bangüê nas Alagoas – traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. Maceió: EDUFAL, 2006.

LINDOSO, Dirceu. Formação da Alagoas Boreal. Maceió: Cataventos, 2000.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Luis Sávio de. Crônicas alagoanas (vol.II) - notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2006.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). Alagoas e o Império Colonial Português: Ensaio sobre Poder e Administração. Maceió: Cepal, 2010.

LINDOSO, Dirceu. A Interpretação da Província. Maceió: Edufal, 2009.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Contribuição à história do açúcar em Alagoas. Recife: Museu do Açúcar/IAA, 1970.

TENÓRIO, Douglas Apratto. A metamorfose das oligarquias. Curitiba: Hdlivros, 1997.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Psicologia Social (Eletiva)	72h

Ementa

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da Psicologia Social. A relação entre as áreas de conhecimento da Sociologia, Antropologia e a da Psicologia. Psicologia Social Psicológica e a Sociológica. A pesquisa em Psicologia Social. Temáticas contemporâneas de interesse psicossocial.

Bibliografia Básica

ALVARO, J E GARRIDO, A. Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas. Mc-Graw-Hill: São Paulo. 2006.

CAMP00, L.F.L. Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia. Campinas: Editora Alínea, 2008.

FARR. R. M. As raízes da psicologia social moderna. 2. Petrópolis: Vozes, 1999. 246p.

Bibliografia Complementar

JACQUES, M. G. C. ET all. Psicologia social contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1998.

MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, S. A invenção da sociedade. Sociologia e Psicologia. Petrópolis: Vozes, 2011.

QUEIROZ BUNGE, M. & ARDILA, R. Filosofia de la psicologia. México: Siglo Veintiuno Editores Doise. 2002.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Introdução à Estatística (Eletiva)	72h

Ementa

Introdução às noções básicas de estatística e às técnicas quantitativas no âmbito das Ciências Sociais. Desenvolvimento de exercícios aplicados visando a elaboração de pesquisa de campo ou estudo de caso, com ênfase na interpretação estatística dos resultados relacionada a parâmetros qualitativos vinculados ao objeto de trabalho. Noções e uso do SPSS.

Bibliografia Básica

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais (5a edição revisada). Editora da UFSC. Florianópolis (SC), 2003.

BISQUERRA, Rafael, SARRIERA, Jorge Castellá & MARTÍNEZ, F. Introdução à Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Editora Artmed. Porto Alegre (RS), 2004.

MARTINS, G.A. & DONAIRE, D. Princípios de estatística. São Paulo: Atlas, 1987.

Bibliografia Complementar

DAVIS, J. A. Levantamento de Dados em Sociologia: uma análise estatística elementar. Rio de Janeiro – RJ: Zahar

GUJARATI, Damodar. Econometria Básica. Rio de Janeiro – RJ: Editora Campus, Estatística Geral e Aplicada. Apostila.

ROSENAL, Claude. & FRÉMONTIER-MURPHY, Camille. Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais. Editora Instituto Piaget. Lisboa – Portugal, 2001.

TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística. São Paulo: LTC, 2009.

VIEIRA, S. & HOFFMANN, R. Elementos de estatística. São Paulo: Atlas, 1986.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Seminário de Pesquisa (Eletiva)	72h

Ementa

Acompanhamento das investigações de Trabalho de Conclusão de Curso. Apresentação por parte dos alunos das estratégias metodológicas em curso; discussão das dificuldades encontradas pelos mesmos na execução dos projetos; exposição dos resultados obtidos e das projeções em torno da estruturação do texto/produto final.

Bibliografia Básica

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre, Bookman, 2009.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 10ª edição, Petrópolis, Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

CHARMAZ, Kathy. Construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. tradução Sandra Netz. Porto Alegre : Bookman , 2004.

PEREIRA, Júlio Cesar. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2001.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Projeto de Pesquisa (Eletiva)	72h

Ementa

Elaboração prática de um projeto de pesquisa. Discussão de todas as etapas de uma proposta investigação em ciências sociais: o recorte de uma temática de interesse; a construção de um problema de pesquisa, a exploração bibliográfica e empírica do tema, a adequação das técnicas de pesquisa e a reflexão sobre as implicações éticas.

Bibliografia Básica

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre, Bookman, 2009.
 HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 10ª edição, Petrópolis, Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

CHARMAZ, Kathy. Construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
 FLICK, Uwe. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
 FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. tradução Sandra Netz. Porto Alegre : Bookman , 2004.
 PEREIRA, Júlio Cesar. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2001.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Geografia Urbana (Eletiva)	72h

Ementa

A Geografia Urbana, evolução, conceitos e tendências. O significado da cidade e suas características. Origem e evolução das cidades. A construção do espaço urbano e a apropriação das cidades. Capitalismo, modernização e urbanização. Hierarquia e Rede Urbana: padrões clássicos e tendências atuais. Relação centro e periferia e novas dinâmicas de localização residencial, de comércio e serviços. Novos padrões de urbanização e reflexos socioespaciais: segregação urbana, exclusão territorial, exclusão urbanística e a reprodução desigual do uso e ocupação do solo urbano. Usos e conflitos do espaço urbano na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
 SANTOS, Milton. Manual de geografia urbana. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
 SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 1988

Bibliografia Complementar

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
 SANTOS, Milton; ELIAS, Denise. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.
 SPOSITO, Eliseu Saverio. Redes e cidades. São Paulo: UNESP, 2008.
 VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Dois séculos de pensamento sobre a cidade. Ilhéus: Editus, 1999.
 SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul 2003.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Geografia Econômica (Eletiva)	72h

Ementa

Revoluções industriais e transformações no espaço mundial. Divisão internacional do trabalho. Ciclos de crise e expansão do capitalismo e organização do espaço industrial. Modo de produção e formação socioespacial. Regimes de acumulação e modo de regulação. Industrialização e organização do espaço brasileiro. Dialética das classes hegemônicas. Desenvolvimento desigual e combinado.

Bibliografia Básica

- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- CASTRO, A. B. de C. Sete ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Bibliografia Complementar

- BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado: Um Balanço do Desmonte do Estado. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LOSURDO, D. Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. Florianópolis. Cadernos Geográficos nº 2. Depto. de Geociências/CFH/UFSC, maio 2000.
- MARX, K. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- RANGEL, I. Obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Geografia de Alagoas (Eletiva)	72h

Ementa

O espaço geográfico de Alagoas. Aspectos de sua história. Evolução socioeconômica na atualidade. Perspectiva de desenvolvimento e o entendimento do espaço produzido no território alagoano.

Bibliografia Básica

- ALTAVILA, J. História da civilização das Alagoas. 5.ed. Maceió: Edufal, 1998.
- DIEGUES, J. M. I. O bangüe nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: Edufal, 1980.
- LIMA, I. F. Geografia de Alagoas. 2.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1965.

Bibliografia Complementar

- ANDRADE, M. C. de. A terra e o homem no nordeste : contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- CRAVEIRO, C. História das Alagoas (resumo) debate. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1983.
- ESPÍNDOLA, T. A Geografia alagoana. Clássicos de Alagoas, n. 1. Maceió: Catavento, 2001.
- OLIVEIRA, M. R. de. Itinerário geo-histórico das paisagens e dos lugares de Maceió. In: Geografia: espaço, tempo e planejamento. ARAÚJO, L. M. de. (Organiz.) Maceió: Edufal, 2004.
- WAGNER, M. N.L. O amargo doce da cana: em torno do enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento. Maceió: Edufal, 2000.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	História Econômica Geral (Eletiva)	72h

Ementa

Reflexão crítica sobre a formação da sociedade humana – considerada em seus principais modos de produção – e do processo de formação e constituição econômica do capitalismo.

Bibliografia Básica

DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Economistas, 1983.

HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTIAGO, Theo. Do Feudalismo ao Capitalismo. São Paulo: Contexto, 2006.

Bibliografia Complementar

BEAUD, Michel. História do capitalismo: De 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAUDEL, Fernando. Gramática das Civilizações. São Paulo: Unesp, 1991.

HOBSBAWN, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 17ª. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA NETO, Júlio Gomes. Estado e capitalismo na presente internacionalização do capital. Maceió: Edufal, 2007.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	História do Pensamento Econômico (Eletiva)	72h

Ementa

Estudo dos fundamentos do conhecimento econômico (teóricos e metodológicos) com base nas contribuições das principais escolas.

Bibliografia Básica

AMADEO, Edward (Org). Ensaio sobre economia política moderna. Teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989.

BRUE, Stanley L. História do pensamento econômico. São Paulo: Thomson, 2005.

HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1982.

Bibliografia Complementar

BUCHHOLZ, Todd G. Novas Idéias de Economistas Mortos. São Paulo: Record, 2000.

DILLARD, Dudley. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária. 7 edição. São Paulo: Pioneira Editora, 1993.

GALA, Paulo; REGO, José Márcio (Orgs.). A história do pensamento econômico como teoria e retórica. Ensaio sobre Metodologia em Economia. São Paulo: Editora34, 2000.

JAMES, Émile. Historia del Pensamiento Económico en el siglo XX. Cidade do México: Fundo de Cultura Econômica. 4ª reimpressão. 2002.

KEYNES, John Maynard. Teoria Geral do Emprego, Do Juro e Da Moeda. Várias edições.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Formação Econômica do Brasil (Eletiva)	72h

Ementa

Discussão sobre a trajetória evolutiva do capitalismo brasileiro, desde o início do processo da colonização portuguesa até a década de 1930.

Bibliografia Básica

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Bibliografia Complementar

GOENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978.

JÚNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Thomson, 2002.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1608). São Paulo: HUCITEC, 1989.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: Origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Economia Política I (Eletiva)	72h

Ementa

Estudo das relações econômicas de produção, circulação e distribuição de mercadorias, bem como dos postulados econômicos que regem tais relações no contexto da problemática social.

Bibliografia Básica

BASTOS, Vânia Lomônaco. Para entender a economia capitalista. Noções introdutórias. Rio de Janeiro/Brasília: Forense/Ed.Unb, 1989.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. Economia Política. Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SINGER, Paul. Curso de Introdução à Economia Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Wilson N. "Uma teoria marxista dos ciclos econômicos". Publicado originalmente em: COGGIOLA, Osvaldo (Org). Marx e Engels na História. São Paulo: Ed. Xamã, 1996. Disponível em: <http://nephusp.googlepages.com.br>

BASTOS, Vânia Lomônaco; SILVA, Maria L. Falcão. Para entender as economias do terceiro mundo. Brasília: Ed. UnB, 1995.

NAPOLEONI, Cláudio. Curso de Economia Política. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

SILVA NETO, Júlio Gomes. Estado e capitalismo na presente internacionalização do capital. Maceió: Edufal, 2007.

SWEEZY, Paul. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Economia Regional (Eletiva)	72h

Ementa

Propiciar ao aluno a aproximação teórica com os principais elementos necessários a determinação da análise econômica de regiões específicas, possibilitando a proposição de políticas de desenvolvimento vinculadas.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. C. O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1976.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à Formação Econômica do Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1989.

RICHARDSON, Harry W. Economia Regional. Rio de Janeiro: Zahar,

Bibliografia Complementar

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Cia Editora Nacional.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Economia e Meio Ambiente (Eletiva)	72h

Ementa

Aprofundar a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico, enfatizando aspectos diretamente relacionados à realidade brasileira. Análise das vertentes teórica-metodológica da Economia e Meio Ambiente (Economia Ambiental e Economia Ecológica) e de aspectos do setor industrial, da política ambiental e das relações internacionais.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Luciana T. Política ambiental. Uma análise econômica. Campinas: Papyrus, 1998.

MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria (Orgs.). Economia do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MARGULIS, S. (Ed.). Meio Ambiente. Aspectos técnicos e econômicos. Brasília: IPEA, 1996.

Bibliografia Complementar

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Comércio e Meio Ambiente. Uma Agenda para a América Latina e Caribe. Brasília, MMA, 2002.

MULLER, Charles. Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente. Brasília: Ed. Unb/Finatec, 2007.

SAVITZA, Andrew W.; WEBER, Karl. A empresa sustentável. O verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Wlatter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Núcleo de Estudos Integradores

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais I	100h

Ementa

Histórico das Ciências Sociais na Educação Básica no Brasil. Análise dos marcos regulatórios do ensino de Sociologia no Ensino Médio. Formação e prática docente em Ciências Sociais. Relação Universidade e Escola visando o mapeamento dos desafios enfrentados na disciplina na Educação Básica, buscando apresentar propostas de recursos e melhorias para o ensino da disciplina, com foco na relação entre teoria e prática.

Bibliografia Básica

MORAES, Amaury C. & GUIMARÃES, Elisabeth da F. Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: MORAES, Amury César (Coord.) **Coleção Explorando o Ensino - Sociologia Ensino Médio**, v.15. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

SILVA, Ileizi Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury César (Coord.) **Coleção Explorando o Ensino - Sociologia Ensino Médio**, v.15. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

TARDIF, Maurice. Os professores diante do saber: esboço de uma problemática do saber docente. In: **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Apresentação e Conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política, In: **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1999, p. 4-19 e 36-43.

BRASIL. Ministério da Educação. Conhecimentos de Sociologia, In: **Orientações Curriculares Nacionais**. Brasília, 2006, p. 101-133

MORAES, Amaury C. Desafios para a implantação do ensino de sociologia na escola média brasileira. In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz F. (Orgs.). **A sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009, p. 19-29.

SARANDY, Flávio. Propostas curriculares em Sociologia. In: **Revista Inter-legere. Educação e Sociedade**, nº 9, CCHLA, UFRN, 2012, p. 61-84.

_____. Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio. In: CARVALHO, L. M. G de (Org.) **Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, p. 113-130.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais II	100h

Ementa

Culturas juvenis, práticas pedagógicas e a extensão como instrumento de mediação teórico-prática. Elaboração e execução de atividade de extensão com ênfase na relação Educação e Ciências Sociais.

Bibliografia Básica

CARVALHO, C. A. (org.). A Sociologia no Ensino Médio: uma experiência. Londrina: Eduel, 2010.

COHEN, E. G. A sociologia da sala de aula: 1972-1984. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 68, n. 158, p. 07-40, Jan-Abr 1987.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

Bibliografia Complementar

NUNES, N.; SILVA, M. S.; SILVA, I. L. F. Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa de Sociologia (LENPES): consolidação da formação de professores e da integração entre universidade e escola pela superação das desigualdades socio-educacionais no Estado do Paraná.

OLIVEIRA, Amurabi. Quando a aula de Sociologia não é na escola: algumas reflexões a partir de uma ida a campo. Relato de Experiência Docente. Revista Café com Sociologia, Vol. 3, Nº2, Mai de 2014, p. 06-13.

ROSA, M. M. C. S. A prática de ensino e o projeto de extensão, “escola laboratório uma alternativa de melhoria de qualidade do ensino fundamental”: constatações e proposições de inovação pedagógica. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Campinas, 2012. (ações em Ortigueira/2007-2009). Disponível em:

<http://www.uel.br/grupoestudo/gaes/pages/arquivos/GT3%20Artigo%20Micheli%20e%20Nataly%20Laboratorio%20de%20Ensino%20LENPES.pdf>

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Disponível em:

http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf.

SILVA, D. P. M. A formação prática no estágio curricular: uma oportunidade a ser explorada na extensão. Interagir. Rio de Janeiro, n. 14, p. 11-16, Jan./Dez. 2009.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais III	100h

Ementa

Currículo. Mediação didática para o ensino de Sociologia no Ensino Médio. Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Elaboração de Oficinas Didáticas, com foco na relação entre teoria e prática.

Bibliografia Básica

CAVALCANTE, Thayene G. **Adoção do livro didático de sociologia na educação básica**. Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco (Dissertação), Recife, 2015.

ERAS, Lígia W. A pesquisa com os livros coletâneas e o ensino de Sociologia na educação básica: percursos e experiências. **Revista NEPE**, Curitiba, v. 1, nº 1, Dez 2015, p. 129-149.

LIMA, Natalia de O. Livro didático de sociologia no ensino médio: uma análise na perspectiva da “colonialidade do saber”. **Mosaico Social - Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC**. Ano XII, n. 07, 2014.

Bibliografia Complementar

BARALDI JUNIOR, César Luchiari. Oficina: "linha de montagem". In: LIMA, Ângela Maria de Souza et. al. (orgs.). Sugestões didáticas de ensino de Sociologia. Londrina: UEL, 2012, p. 351-359.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS: PNLD 2018: sociologia: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Oficina de sociologia para alunos do ensino médio. In. PLANCHERE, Alice Anabuki; OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de (orgs.). Leituras sobre sociologia no ensino médio. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 89-97.

OLIVEIRA, Amurabi. O currículo de sociologia na escola: um campo em construção (e disputa). Espaço do Currículo, v. 6, n. 2, p. 355-366, maio/ago. 2013. Disponível em: Acessado em 19/01/2017.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. Didática e ensino de sociologia: questões didático-metodológicas contemporâneas. In. OLIVEIRA, Luiz

Fernandes. (Org.). Ensino de sociologia: desafios teóricos e pedagógicos para as ciências sociais. Seropédica: UFRRJ, 2013, p. 106-120.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais IV	100h

Ementa

Elaboração de materiais didáticos para o ensino de Sociologia no Ensino Médio, com foco na relação entre teoria e prática.

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 2006 [1990].
 OLIVEIRA, Luiz F. de; COSTA, Ricardo C. R. da. Material didático, novas tecnologias e ensino de sociologia. In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz F. (Orgs.). **A sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009, p. 153-170.
 RAMOS, Rosinda de C. G. Design de material didático online: reflexões. In: SOTO, U., MAYRINK, MF., e GREGOLIN, IV., Orgs. **Linguagem, educação e virtualidade** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 93-115.

Bibliografia Complementar

BRAGA JUNIOR, Amaro Xavier. A linguagem dos quadrinhos enquanto recurso didático nas aulas de sociologia. In: MONDENESI, Thiago; BRAGA JUNIOR, Amaro X. (Orgs.) **Quadrinhos e Educação: procedimentos didáticos**. Jaboatão dos Guararapes: SOCEC, 2015, p. 07-28.
 LOURENÇO, Júlio César. Finalidades, metodologias e perspectivas do ensino de sociologia no ensino médio. In: **Revista Habitus**, UFRJ, Vol. 6, Nº 1, 2008, p. 67-84.
 SEM AUTOR. **Questões referentes à elaboração de materiais didáticos: a experiência CEAD-UNIRIO**. PUC/RIO. p. 101-130, s/d.
 SARANDY, Flávio. Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio. In: CARVALHO, L. M. G de (Org.) **Sociologia e Ensino em Debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, p. 113-130.
 SILVA, Ileizi Fiorelli. Fundamentos e metodologias do ensino de sociologia na educação básica. In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz F. (Orgs.). **A sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009, p. 63-91.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Estágio Supervisionado I	100h

Ementa

Acompanhamento *in loco* do processo de organização e gestão da Escola no Ensino Médio, buscando o entendimento de seus problemas cotidianos. Gestão dos processos educacionais.

Bibliografia Básica

Atividades práticas.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Estágio Supervisionado II	100h

Ementa

Observação das atividades da disciplina de Sociologia nas escolas. Análise das condições de trabalho, planejamento e metodologias dos/as professores/as de sociologia. Referenciais curriculares que norteiam o ensino de Sociologia no Ensino Médio.

Bibliografia Básica

Atividades práticas.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Estágio Supervisionado III	100h

Ementa

Planejamento e execução de aulas. Mediação didática. Desafios postos ao planejamento de aulas de Sociologia/Ciências Sociais.

Bibliografia Básica

Atividades práticas.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Estágio Supervisionado IV	100h

Ementa

Estratégias didáticas e avaliativas em Sociologia/Ciências Sociais. Continuidade das atividades de regência em sala de aula. Elaboração, aplicação e correção de atividade avaliativa.

Bibliografia Básica

Atividades práticas.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Prática de Extensão em Ciências Sociais I	120h

Ementa

Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão do Instituto de Ciências Sociais. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.

Bibliografia Básica

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível

em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível

em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Prática de Extensão em Ciências Sociais II	120h

Ementa

Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão do Instituto de Ciências Sociais. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.

Bibliografia Básica

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em:

<http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível

em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Código	Componente Curricular	Carga Horária
	Prática de Extensão em Ciências Sociais III	120h

Ementa

Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão do Instituto de Ciências Sociais. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.

Bibliografia Básica

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

Disponível

em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu;

Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>>; Acesso em 06 nov. 2017.

4.1.6.2 Atividades Teórico-Práticas Complementares/ Atividades Acadêmicas científico-culturais

Conforme estabelece a Resolução Nº 02 CNE/CES, o cursos de formação inicial de professores, precisam destinar 200 (duzentas) horas de sua carga horária total para atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos/as estudantes, as quais podem ser constituídas por:

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

No que concerne ao curso de Ciências Sociais - Licenciatura - serão consideradas atividades reconhecidas como válidas para composição desta carga horária, as seguintes atividades:

Quadro 11 – Barema com as Atividades Teórico-Práticas Complementares

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA MAX. PARA APROVEITAMENTO
Monitoria (Atividade de monitoria tal como regulamentada pela UFAL).	80h
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência	80h
PIBIC - Iniciação Científica (Atividades de iniciação científica desenvolvidas junto a um ou mais professores, com o financiamento ou não das agências de fomento à pesquisa (FAPEAL, CNPq, etc.).)	80h
Participação em Congressos e Seminários Científicos de reconhecido valor científico, desde que na área de formação do(a) aluno(a) ou em áreas afins.	80h
Atividades voluntárias desenvolvidas em organizações privadas, públicas e não governamentais. (Estas atividades incluem também a atuação em movimentos comunitários e sociais, atividades de assessoria ou consultoria a movimentos comunitários e sociais, desde que demandem um esforço efetivo de utilização/aplicação dos conhecimentos obtidos no Curso às atividades desempenhadas).	80h
Participação em projetos e/ou atividades de extensão	80h
Estágios curriculares não obrigatórios	80h
Realização de palestras, minicursos ou oficinas	40h
Disciplinas oferecidas por outras instituições e/ou unidades acadêmicas não contempladas no currículo do curso;	80h
Participação em empresas juniores e em núcleos de estudos e de pesquisas vinculados às áreas estratégicas do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura.	80h

A carga horária máxima admitida por atividades será de 80 horas, garantindo assim uma maior diversidade das atividades complementares. Com exceção das atividades de monitoria com e sem bolsa, já regulamentadas pela UFAL, todas as outras precisam ser submetidas à aprovação do Colegiado do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura.

4.1.6.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O curso de Ciências Sociais – Licenciatura – possui uma Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a qual é composta por um dos membros do Colegiado do Curso. Uma vez que se refere a um componente curricular obrigatório para a integralização curricular do curso, o TCC poderá ser iniciado no oitavo semestre do curso e finalizado no nono semestre para os alunos do fluxo padrão. Sendo tarefa do/da estudante e do/da orientador/a conduzi-lo.

Justamente por se tratar de uma componente curricular, o Trabalho de Conclusão de Curso não se constitui em disciplina e corresponde a 80 (oitenta) horas de carga horária.

O TCC é um trabalho de caráter monográfico, artigo científico, relatório de ensino ou material didático, e sendo de caráter individual, deve ser apresentado e defendido perante uma banca examinadora, exceto nos casos previstos na resolução 04/2017¹, em dia e hora previamente estabelecidos. Trata-se de um exercício acadêmico e científico que articula a teoria e a prática no processo de conhecimento (o que não exclui trabalhos “teóricos”, desde que estes tenham justificativas práticas sobre sua existência e importância).

De modo complementar, a formação ética é um dos pilares da pesquisa social. Durante a integralização do curso os estudantes são introduzidos à reflexão das implicações éticas de suas escolhas metodológicas e campos de atuação social, sobretudo, durante disciplinas metodológicas e práticas. Para além de se adequarem as resoluções e normativas vigentes, nossos estudantes devem adquirir o discernimento ético que é produzido a partir da consolidação da autonomia teórica e um olhar crítico sobre as metodologias e problemas sociais com os quais poderá se deparar na sua prática profissional.

Atualmente, toda pesquisa que envolver seres humanos deve tramitar junto ao Comitê de ética em pesquisa (CEP). Quando a pesquisa, para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) envolver, por exemplo, coleta de dados por meio de entrevistas, questionários, arquivos pessoais, etc, deverão ser observadas as Normas para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Resolução CNS nº 466/2012 e Resolução CNS nº 510/2016).

¹ Anexa a este Projeto Político Pedagógico.

Para a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa na UFAL – CEP, os/as discentes deverão respeitar os prazos estipulados para registro da pesquisa e início da implantação do projeto. O detalhamento deste procedimento encontra-se disponível na página institucional do CEP-UFAL (<http://www.ufal.edu.br/comite-de-etica-em-pesquisa/>).

Todo/a pesquisador/a que submeter um projeto de pesquisa ao CEP deverá, primeiramente, cadastrar-se na Plataforma Brasil disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf> e apresentar toda a documentação exigida pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP. Realizar esses procedimentos necessita uma familiaridade com termos técnicos e princípios éticos que são trabalhados ao longo o curso, especialmente nas disciplinas obrigatórias de formação em métodos de pesquisa.

Em anexo (Anexo 1) a esse documento segue normatização referente ao Trabalho de Conclusão de Curso no âmbito do curso de Ciências Sociais - Licenciatura.

4.1.6.4 Interdisciplinaridade e Flexibilização Curricular

A formação docente com enfoque interdisciplinar tem sido um grande desafio para as instituições formadoras nas últimas décadas. Na busca de promover a formação nesta perspectiva, a interdisciplinaridade norteará as disciplinas dos três eixos da matriz curricular: o *Núcleo de Estudos de Formação Específica*, o *Núcleo de Aprofundamento e Diversificação* e o *Núcleo de Estudos Integradores*. Além disso, o curso busca promover a formação com enfoque em questões ambientais na realidade social em que está inserido, por meio de práticas científico-sociais. O Curso também possibilita aos discentes participarem de pesquisa na área de ensino e em linhas específicas dos diversos campos disciplinares formadores das Ciências Sociais – Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Além disso, vale ressaltar que nos últimos anos a realização do *I e do II Encontro Alagoano sobre o Ensino de Sociologia/Ciências Sociais*, com o objetivo de fomentar dentro do estado de Alagoas a discussão em torno das questões

relativas ao ensino de Sociologia/Ciências Sociais na Educação Básica, de modo a buscar articular um diálogo entre a Universidade Federal de Alagoas, por meio do Instituto de Ciências Sociais, a Secretária de Estado da Educação, as Escolas Públicas e os profissionais da educação do estado. O Encontro se propõe pensar a questão da formação dos professores de Sociologia no Ensino Médio, assim como o cenário de atuação destes no estado, criando assim, um espaço de interlocução para os profissionais que têm atuado no ensino desta disciplina nas escolas do estado. Tal iniciativa se mostra como de importante relevância na medida que também traz inestimáveis contribuições ao processo de institucionalização e produção do Xingó – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências Sociais, grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ e que se propõe ampliar os espaços de discussão, bem como o aumento da produção científica e acadêmica em torno da temática do Ensino de Ciências Sociais, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior. O que por sua vez fortalece ainda mais à articulação e integração com a rede pública de ensino do estado, para além dos convênios já firmados entre a Universidade e a Secretaria Estadual de Educação.

Ainda no que concerne aos aspectos que ao claro compromisso com o processo de flexibilização curricular, com a aprovação do projeto Práticas Pedagógicas mediadas pelas TICs (2011), o ICS tem observado o aumento de esforços que buscam favorecer a institucionalização de métodos e práticas de ensino-aprendizagem inovadoras, reciclando parte do corpo docente e discente.

Com isso, incentiva-se a utilização de recursos tecnológicos, utilizados didaticamente, na busca por estabelecer uma dinâmica entre estudos individuais, recursos de multimídias, trabalhos e atividades com monitores, tutores e formadores na produção científico-cultural.

Desse modo, o/a estudante de Ciências Sociais – Licenciatura – pode assim desenvolver competências no sentido da utilização das novas tecnologias como ferramenta para o exercício das suas atividades curriculares com ênfase na sua prática pedagógica, com vistas à formação e atuação docente, com foco no processo de construção do conhecimento e da inclusão digital.

No corpo curricular, todas as disciplinas têm a possibilidade de serem complementadas com atividades à distância por via do uso da Plataforma Moodle. Os professores também usam outras plataformas digitais de interação e informação, tais como blogs e sites no qual disponibilizam material de consulta e oferecem espaço para procedimentos de interação assíncronos. As unidades do curso usam, inclusive, as plataformas das redes sociais para manter a comunicação com os alunos, por via de perfil próprio e grupos de debate exclusivos dos alunos.

As aulas são mediadas por recursos tecnológicos como o uso de Projetores de Multimídia e computadores interligadas com a rede de internet wi-fi gratuita com acesso liberado aos/as estudantes, permitindo uma troca de informações e acesso às plataformas de exibição de vídeos e materiais de consulta durante as aulas. Os professores têm acesso também a uma rede de wi-fi fechada, exclusiva do departamento, visando uma troca mais segura e uma banda larga mais adequada para exibição de vídeos e outros materiais de apoio pedagógico durante as aulas e atividades diversas relacionadas a ensino, pesquisa e extensão.

Na estrutura física, os/as estudantes têm acesso a um laboratório de Informática com computadores que possuem acesso à internet e softwares apropriados para as atividades de formação educacional, bem como outros específicos da atuação profissional, além de contarem com rede wi-fi gratuita em todo o campus. Tal estrutura permite que disciplinas obrigatórias como Introdução à Estatística, Pesquisa Quantitativa, Pesquisa Qualitativa, Organização do Trabalho Acadêmico, ou eletivas, como Antropologia Visual, entre outras, sejam desenvolvidas em conexão prática com seus conteúdos ministrados.

Tanto no campo da pesquisa, como no da extensão, o uso das TICs ocorre de forma relacionada a saberes interconectados com experiências de sala de aula e execuções práticas fomentadas por atividades didáticas diversas. Os/as estudantes participam de programas como o PIBID e PIBIC que lhes possibilitam articular tecnologias e o uso de softwares na medida em que executam os projetos demandados às capacidades do futuro professor de ciências sociais.

4.1.6.5 Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais

Tendo como base o que está previsto na Resolução CNE nº 02/2015, bem como de modo a atender os parâmetros estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, os Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais – I, II, III e IV – remetem a atividades interdisciplinares propostas ao longo do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura. Ou seja, são atividades curriculares, práticas que favorecem a prática pedagógica e a interdisciplinaridade.

O foco principal dessas componentes curriculares é propiciar aos/as estudantes um embasamento prático dos conceitos teóricos da formação específica e docente, adquiridos através dos conteúdos programáticos trabalhados em sala de aula. Desse modo, fomentam o aprimoramento da aprendizagem, de forma interdisciplinar e integrada, com foco na prática docente em Ciências Sociais, promovendo a integração teoria e prática, por meio da aplicação do conhecimento adquirido ao longo do curso à realidade do ensino de Sociologia no Ensino Médio. Dessa forma, configura-se a filosofia da práxis, como movimento de articulação entre as vivências da vida profissional e do saber científico. Ofertados no 2º, 4º, 6º e 8º períodos, os Saberes e Práticas focam nas seguintes atividades abaixo descritas:

- *Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais I* – aproximação com o histórico das Ciências Sociais na Educação Básica no Brasil, a partir do mapeamento dos desafios enfrentados na disciplina na Educação Básica, buscando apresentar propostas de recursos e melhorias para o ensino da disciplina;
- *Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais II* – considerando a diversidade das culturas juvenis, a preocupação central é fomentar práticas pedagógicas e a realização de atividades/projetos de extensão como instrumentos de mediação teórico-prática, na relação entre Educação e Ciências Sociais;
- *Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais III* – com foco na mediação didática para o ensino de Sociologia no Ensino Médio, as

ações promovidas aqui se direcional a elaboração de Oficinas Didáticas;

- *Saberes e Práticas em Ensino de Ciências Sociais IV* – elaboração de materiais didáticos para o ensino de Sociologia no Ensino Médio.

Tais componentes objetivam também, tornar os processos de ensino e de aprendizagem mais dinâmicos, interessantes, significativos, reais e atrativos para estudantes e professores, englobando conteúdos e conceitos essenciais à compreensão da realidade social em geral e, em particular, do mundo do trabalho, assim como, suas inter-relações, sem a imposição de conteúdos e conceitos, de forma fragmentada.

Logo, o que se pretende é que o/a futuro/a licenciado/a em Ciências Sociais seja capaz de exercer sua profissão de forma diversificada, competente e inovadora, pois os conhecimentos deixarão de ser vistos de forma isolada, e, sim, considerados numa perspectiva inter e transdisciplinar.

4.1.6.6 Estágio Supervisionado

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei do Estágio, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”.

Na UFAL os estágios curriculares supervisionados são regulamentados a partir da Lei do Estágio em conjunto com a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, ficando definido como componente curricular, presente nos cursos de graduação, sendo dividido em estágios curriculares supervisionados, obrigatório e não obrigatório.

O estágio curricular supervisionado obrigatório para o curso de Ciências Sociais – Licenciatura, está previsto e orientado a partir do Art. 2º das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências Sociais - CNE/CES 17, de 13 de março de 2002 –, bem como da Resolução CNE/CP Nº 2/2015.

Conforme previsto pela Resolução nº 3/2017, do Colegiado do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, o estágio supervisionado será gerido pelo/a Coordenador/a de Estágio e pelo colegiado do Curso e será realizado em escolas conveniadas das redes públicas municipais, estaduais, federais e privadas credenciadas, considerando que tais convênios e ações promovem integração com a rede pública de ensino e permitem o desenvolvimento, a testagem, a execução e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais, sendo as experiências documentadas, abrangentes e consolidadas, com resultados relevantes para os/as discentes e para as escolas de educação básica, a partir de ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

São atribuições do/a Coordenador/a de Estágio:

- Coordenar todas as atividades que se referem ao Estágio Supervisionado no âmbito do curso de Licenciatura em Ciências Sociais;
- Fazer o levantamento das escolas e horários referentes às aulas de Sociologia existentes nas instituições de ensino selecionadas/conveniadas para encaminhamento dos/as estagiários/as;
- Encaminhar, auxiliado pelo/a Professor/a Orientador/a do Estágio, os/as estagiários/as, através de documentação padrão elaborada pela Coordenação de Estágio;

Quanto a documentação referente ao encaminhamento de estagiários/as, está é composta pelo formulário de solicitação/renovação e autorização de Estágio, e este deverá ser entregue pelo/a Professor/a Orientador/a e pelo/a Coordenador/a de Estágio aos/as estagiários, e depois de cumpridos os procedimentos legais, os/as estagiários/as os devolverão para o/a Coordenador/a de Estágio, o/a qual, através da Coordenação do Curso, as encaminhará para a gerência de Estágio da Pró-Reitoria de Graduação, para que sejam confeccionados os termos de compromisso. Estes, depois de confeccionados pela PROGRAD, serão repassados pelo Professor Orientador para que os alunos os imprimam em 3 vias, que depois de assinadas pelos sujeitos competentes, serão destinadas da seguinte forma: 1

(uma) via para o Estagiário, 1 (uma) via para a Escola/Assemelhado, e 1 (uma) via para a Coordenação do Curso de Graduação.

Para atender o que determina a legislação, Lei Nº 11.788 de 25/09/2008, será de responsabilidade do/a Professor/a Orientador/a do Estágio, o encaminhamento e acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pelos/as estagiários/as, para tanto, as instituições de ensino para as quais estes/estar serão conduzidos/as deverão, prioritariamente, estar localizadas no município de Maceió e em bairros próximos ao Campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas, possibilitando, desse modo, o acompanhamento efetivo dos/as estagiários/as pelo/a Professor/a Orientador/a, uma vez que compete a este/a último/a, acompanhar as atividades desenvolvidas pelos/as estagiários/as através:

- De visitas periódicas às escolas;
- Do recebimento das fichas de frequência, preenchidas pelo/a Professor/a Supervisor/a e assinadas por esse/essa e pela Direção da instituição de ensino ou Coordenadores de Área, a serem entregues, pelo/a estagiário/a ao/a Professor/a Orientador/a, ao final de cada mês;
- Do recebimento dos Plano de aula ou Relatos de vivencia a serem entregues durante ou ao final de cada período, conforme previamente definido pelo/a Professor/a Orientador/a;
- Dos Relatórios de Conclusão de estágio I, II, III e IV, a serem entregues pelos/as estagiário/as ao/a Professor/a Orientador/a ao final do semestre, como parte da avaliação das atividades dos/as estagiários/as.

A avaliação dos estagiários será feita, em parceria, pelo/a Professor/a Orientador/a da instituição de ensino e pelo/a Professor/a Supervisor/a da parte concedente, através:

- De visitas periódicas as escolas, devendo o/a Professor/a Supervisor/a dos Estágios, acompanhar as atividades realizadas pelos/as estagiários/as, relatando a eles, em encontros posteriores, os pontos positivos e os que

necessitam melhorar devendo também subsidiá-los na busca de soluções para eventuais dificuldades quanto a realização de tais atividades;

- Das fichas de avaliação a serem preenchidas pelo/a Professor/a Orientador/a da instituição de ensino em parceria com o/a Supervisor/a da parte concedente;
- Dos Relatórios de Finais de Estágio (Relatórios de Atividades), que deverão ser entregues no final de cada etapa do Estágio Supervisionado, como condição para aprovação, e após o processo de correção e avaliação dos mesmos, em data estipulada pelo/a Professor/a Orientador/a, deverão ser entregues na Coordenação do Curso;
- O Relatório de Estágio é um documento individual, que registra todas as atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado por parte dos/as estudantes.

Acatando o que determina a Resolução Nº 2/2002 do Conselho Nacional de Educação, o/a estudante que comprove estar em efetiva atividade docente na educação básica, por tempo mínimo de 2 anos ininterruptos, poderá ter a redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas, podendo pedir a dispensa do Estágio Supervisionado III e/ou IV, desde que sua atuação seja compatível com o nível de ensino exigido nessa etapa do Estágio Supervisionado. Os/as estudantes que queiram pedir a dispensa dos Estágios III e/ou IV devem apresentar a seguinte documentação:

- Atuando na rede privada: cópia autenticada da Carteira de Trabalho devidamente assinada e declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona e o tempo de atuação;
- Atuando na rede pública: a) se efetivo: cópia autenticada da Ficha Funcional e declaração da escola, devidamente assinadas pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona; b) se temporário (monitor): cópia autenticada do Contrato de Trabalho e declaração da escola, devidamente

assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona e o tempo de atuação.

O Estágio Supervisionado terá como objetivo maior, propiciar aos/as estudantes a vivência próxima do ambiente escolar, mediante a participação efetiva destes nas atividades escolares por meio da prática, associadas aos saberes relacionados ao Ensino da Sociologia na Educação Básica. Também será permitido que as atividades relacionadas ao Estágio, aconteçam em espaços não escolares, desde que não ultrapasse o limite máxima de 1/4 da carga horária total dos Estágios.

Para atingir os objetivos propostos, o Estágio Supervisionado, a partir da observância da obrigatoriedade de seu caráter prático, será dividido da seguinte forma:

- *Estágio Supervisionado I* – acompanhamento in loco do processo de organização e gestão da Escola no Ensino Médio, buscando o entendimento de seus problemas cotidianos. Gestão dos processos educacionais;
- *Estágio Supervisionado II* – observação das atividades da disciplina de Sociologia nas escolas. Análise das condições de trabalho, planejamento e metodologias dos/as professores/as de sociologia. Referenciais curriculares que norteiam o ensino de Sociologia no Ensino Médio;
- Estágio Supervisionado III – planejamento e execução de aulas. Mediação didática. Desafios postos ao planejamento de aulas de Sociologia/Ciências Sociais;
- Estágio Supervisionado IV – estratégias didáticas e avaliativas em Sociologia/Ciências Sociais. Continuidade das atividades de regência em sala de aula. Elaboração, aplicação e correção de atividade avaliativa.

Ainda em conformidade com a Lei Federal 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução 71/2006-CONSUNI e com as Normas do Estágio Curricular do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, os estágios curriculares serão de duas naturezas:

a) OBRIGATÓRIOS, denominado de estágio supervisionado, com no mínimo 400h distribuídas entre o 6º, 7º, 8º e 9º semestres;

b) NÃO OBRIGATÓRIOS, isto é, outras oportunidades de estágios obtidas pelos discentes.

A carga horária mínima será a que fica efetivada para integralização do currículo, mesmo que o/a estudante tenha realizado mais horas. Podendo o/a estudante requerer a utilização do que ultrapassar desse valor (400 h) para efeitos de atividade complementar. Os estágios não obrigatórios terão supervisão indireta dos docentes, e para consignação como carga horária complementar, deverão ser analisados pelo Colegiado de Curso no que diz respeito à pertinência na formação profissional do/a estudante, mediante comprovação adequada.

As demais providências e orientações estão previstas no manual e nas normatizações internas de estágios do curso - Resolução N° 03 de 2017 do Colegiado do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, inseridas no Anexo 2.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O ensino de graduação adotará políticas centradas em três grandes eixos, visando à melhoria contínua da oferta de seus cursos, a formação cidadã, o reconhecimento pela sociedade e a garantia de formação adequada ao perfil de egresso desejado. Isso passa necessariamente por inovação e qualificação, internacionalização, e gestão acadêmica.

5.1 Inovação e Qualificação

A universidade deve possibilitar uma revisão permanente dos seus projetos pedagógicos, incluindo nesse debate os novos desenhos curriculares, inclusive aqueles já implantados quando da interiorização, estando atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas. No nosso curso se promove o uso das ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem; a Produção de material instrucional pelos docentes; a Implantação de sistemas de tutoria e reforço das monitorias, sejam elas via presencial ou a distância; a adoção de metodologias inovadoras como *Problem-Based Learning* (PBL); a ampliação dos seminários integradores, projetos integradores e/ou seminários temáticos; Formação de grupos de aprendizagem, coordenados por docentes e acompanhados por alunos dos anos finais, criando assim uma ampla rede de atendimento didático pedagógico; Fomentar demais estruturas didático-pedagógicas; Intensificar a mobilidade intra e interinstitucional como forma de ampliar conhecimentos, saberes e culturas. A universidade não deve perder de vista que uma formação completa deve também levar em consideração a inclusão dos estudos dos direitos humanos, da sustentabilidade, da acessibilidade, das questões étnicos raciais e afros descendentes.

As descrições destas ações podem ser consultadas em suas respectivas seções descritas neste documento.

5.2 Internacionalização

O ensino de graduação pensa a internacionalização como um caminho de possibilidades de formação, deixando os currículos locais efetivamente sem fronteiras. O que implica na criação de novas normas de aproveitamento de estudos e adequação curricular para permitir o ir e vir dos sujeitos da aprendizagem. A flexibilização curricular, assim, é peça fundamental nesse processo.

A universidade deve se preocupar também em dar uma formação inicial e/ou complementar nas línguas estrangeiras, eliminando um dos grandes limitadores na concretização do sonho de muitos. Para isso, a Faculdade de Letras – FALE oferece cursos de línguas gratuitos, para estudantes e professores, de forma regular, a partir de editais vinculados à Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. Além disso, importa ressaltar ainda que os/as nossos/as estudantes são estimulados e têm participado dos editais de intercâmbio para fora do país.

5.3 A Responsabilidade Social

A Universidade Federal de Alagoas não se considera proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL não pode prescindir da efetiva difusão do conhecimento nela produzidos. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas sujeito desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e produtos então resultantes.

Neste sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e

extensão, devendo ser a realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

Desse modo, o Curso anseia contribuir para o desenvolvimento da responsabilidade social da UFAL, uma vez que as atividades de ensino, pesquisa e extensão se realizam em estreita relação com a realidade social e política do estado de Alagoas e em diálogo com as demandas advindas de diversos grupos sociais.

O conjunto das atividades do Curso responde a atual abertura do leque de atuação profissional do cientista social nos diversos campos de intervenção e visa contribuir significativamente à formação de profissionais que atuem em processos sócio-políticos e culturais para além do universo acadêmico, com foco principal nas espaços educacionais formais e não-formais.

Para tal propósito, além dos temas e ações de ensino, pesquisa e extensão, outras ainda têm se tornado o foco das atividades do Curso, tais como as políticas públicas, a valorização da memória e do patrimônio cultural, a produção cultural e artística, as práticas e comportamentos políticos, os pleitos e características das comunidades tradicionais, rurais, quilombolas e indígenas.

O investimento do Curso na formação de profissionais eticamente comprometidos com a sociedade e cientes de sua responsabilidade social, bem como na produção e divulgação de conhecimentos resultantes de processos dialógicos junto aos diversos grupos e movimentos sociais, objetiva contribuir para dirimir as desigualdades sociais presentes no estado, inclusive a partir de uma prática docente qualificada.

5.4 Acessibilidade

A UFAL possui um núcleo de estudos (Núcleo de Acessibilidade - NAC) voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos/das estudantes: auto-declaração. Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica do curso atenta para o que rege o art. 59 da Lei 12.764/2012, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

Assim, o Núcleo de Acessibilidade foi criado em outubro de 2013 e desde então tem consolidado suas ações na Instituição, e, de acordo com a Lei 13.146/2015 visa “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Em 17 de fevereiro de 2017 foi inaugurada a sua nova sede, no Centro de Interesse Comunitário (CIC), com 3 salas, as quais são utilizadas para reuniões com estudantes, professores, coordenadores e familiares, bem como há a produção de materiais demandados por discentes com deficiência atendidos.

Atualmente, o NAC conta com uma coordenação, um revisor em Braille, 12 (doze) bolsistas de apoio ao estudante com deficiência (selecionados por edital específico) e um psicólogo clínico. O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a auto declaração. Assim, professores e estudantes com deficiência, precisam solicitar atendimento educacional especializado e, este ocorre continuamente e de acordo com as suas necessidades. O NAC ainda disponibiliza o empréstimo de equipamentos de acessibilidade, como livros e máquina para escrita em Braille, por exemplo. Os acompanhamentos são avaliados ao final de

cada semestre por professores dos/as estudantes com deficiência e pelos/as próprios/as estudantes, com a finalidade de aperfeiçoar os serviços oferecidos.

Além deste acompanhamento, o NAC tem investido na formação da comunidade universitária com a proposição de projetos, cursos e oficinas (Tecnologia Assistiva - Deficiência Visual e Deficiência Física, Estratégias de Ensino do Surdo cego, Práticas Inclusivas na Educação Superior, Sextas Inclusivas, entre outros).

Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades. Para tal atendimento a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência auditiva, visual, visual e auditiva e cognitiva sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso. À luz do Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

A partir de 2016, o NAC ainda tem atuado na intermediação com os diferentes órgãos da UFAL, principalmente junto à SINFRA, PROGRAD e PROEST, para a minimização de possíveis barreiras (físicas e acadêmicas) à permanência do estudante com deficiência, como preconiza a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Aqui, merece destaque a construção de calçadas táteis, rampas de acesso aos prédios, corrimãos, adaptações de banheiros e salas de aula, entre outras obras necessárias à permanência dos estudantes e professores com deficiência na universidade.

Com relação ao atendimento de discentes com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, incluso

no instrumento de avaliação dos cursos de graduação do INEP de junho de 2015, a Universidade Federal de Alagoas, nesse momento fomenta estudos e debates no intuito de constituir uma política institucional que explicita ações neste âmbito e que fundamente os cursos de graduação desta instituição em metodologias e ações atitudinais que visem a inclusão de pessoas com este transtorno. Os discentes com transtorno do espectro autista também são atendidos pelo NAC.

Para ampliar o número de estudantes acompanhados, está em andamento visita às coordenações do curso para a distribuição de materiais de divulgação do NAC, bem como a elaboração de campanha institucional para difundir o Núcleo nas redes sociais, pela Assessoria de Comunicação (ASCOM).

No que tange ao curso de Ciências Sociais - Licenciatura, dentro de suas limitações e especificidades, tem-se incentivado docentes e técnicos a atender, sempre que houver necessidade, de forma especializada, àqueles que necessitam: disponibilizando material didático digital acessível - tanto na biblioteca setorial como por meio de plataformas educacionais (Plataforma Moodle); disponibilizando material didático em formato impresso e acessível e; quando necessário, disponibilizando material em formato impresso em caráter ampliado (para estudantes com baixa visão).

Ainda, do ponto de vista das estratégias relativas à organização didático pedagógica, o curso conta com a inserção da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em seu Projeto Pedagógico. Além do mais, o curso dispõe de Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e de Iniciação à Docência (PIBID), que visam auxiliar, tanto os/as estudantes que buscam enriquecimento curricular, como aqueles que possuem algum tipo de dificuldade relativa à pesquisa científica.

Além disso, em respeito à diversidade inerente ao ser humano, e com intuito, na medida do possível, de assegurar a implementação da educação inclusiva, tentamos garantir, em nossas avaliações, práticas especializadas para aqueles que têm algum tipo de necessidade específica, como: estudantes com deficiência visual, e discentes com grau leve de deficiência/problema mental. Como exemplos de ações afirmativas de inclusão, poderíamos citar que nosso corpo docente é orientado a estender o tempo de avaliação para esses discentes. Também, caso

haja um alto grau de deficiência visual, existe a possibilidade de aplicação da avaliação oral, ou de outros mecanismos inclusivos.

Ressaltamos que os casos, nos quais haja a impossibilidade de atendimento dentro do próprio Curso, seja por questões físicas, seja por questões de vulnerabilidades existentes, os mesmos são encaminhados para o Núcleo de Acessibilidade da UFAL.

5.5 Inclusão e Política de Cotas

No ano de 2015 foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os/as estudantes egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A meta da UFAL de destinar 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas públicas, foi atendida em 2016. Nesse momento, a instituição atende plenamente à Lei nº12.711/2012, inclusive no que tange à cotas para pessoas com deficiência.

5.6 Apoio Discente

O NAD – Núcleo de Apoio Discente, é uma instância de apoio acadêmico voltada para otimizar a presença do aluno do curso de Ciências Sociais – Licenciatura, nas atividades universitárias, visando reduzir o índice de evasão, retenção e maximizar o processo de aprendizagem e vivência dentro do curso.

O NAD² visa promover diversas ações através de programas de inserção e capacitação continuada do estudante no universo acadêmico. É pelo NAD que são desenvolvidas as ações de Monitoria Institucional; Simulados de Capacitação, visando o estabelecimento de ferramentas de avaliação de desempenho; Tutoria, onde estudantes veteranos acompanham estudantes novatos nas atividades acadêmicas e sociais do curso; Publicação do Guia de Sobrevivência para o/a estudante ingressante no curso, idealizado e redigido pelos próprios estudantes do curso, visando instruir os recém-chegados com as principais informações, localizações e procedimentos de rotina no curso e na UFAL.

As ações do NAD serão desenvolvidas em consonância com o planejado de ações institucionais do curso que, em médio e longo prazo, impactem positivamente os índices de sucesso discente. Para isso, a cada ano letivo um cronograma de atividades será apresentado pelo NAD e aprovado na plenária do ICS, envolvendo as ações a serem desenvolvidas com o apoio dos setores de estudo do ICS e dos/das estudantes veteranos na forma de palestras, minicursos instrumentais e simulados.

No que se refere à Monitoria, o Núcleo de Apoio Discente conduzirá o processo seletivo dos monitores seguindo cronograma da UFAL, e acompanhará, através de encontros com os/as professores/as responsáveis pela(s) disciplina(s) e com os/as monitores/as, o desempenho discente. O cronograma de acompanhamento das atividades será apresentado pelo responsável pela atividade após conclusão de cada processo seletivo.

A Tutoria será uma indicação de acompanhamento entre estudantes, gerenciada pelo NAD no qual estudantes veteranos acompanharão os novatos no primeiro ano do curso, como auxiliares nas atividades acadêmicas, visando tirar dúvidas, esclarecer procedimentos de conduta e práticas eletivas associadas às ações do curso e a vivência acadêmica na UFAL. Esta ação será integrada a publicação anual de um Guia de Sobrevivência compilando as principais

² A coordenação das atividades do Núcleo de Apoio Discente será feita por dois docentes (titular e suplente) integrantes do colegiado.

informações relevantes para estas ações e sendo redigida pelos alunos veteranos, acompanhada de docente, especialmente designado para este fim.

As Palestras ou Mini-cursos visam à atualização discente e devem prioritariamente versar sobre temas (ou abordagens) contemporâneos, contemplando temáticas diversas e circulantes no mundo presente, em escalas local e global, não devendo se restringir apenas à área de formação. Por isso, outros docentes, estudantes dos cursos de Pós-graduação do ICS e pesquisadores externos podem ser convidados para essa ação. Serão proferidas quatro palestras a cada semestre, na frequência de uma por mês. Prioritariamente, a atividade não deve ser realizada nos horários de aula e, na medida do possível, devem buscar contemplar conteúdos e temas diversificados e atuais, de formação geral e com impacto direto na atuação profissional.

Os Aulões consistem em momentos de revisão dos conteúdos preparatórios à realização de Provas de Avaliação. Para tanto, devem ser utilizadas as provas dos próprios concursos com temática aderente ao curso, como os de cargos públicos, exame nacional do Ensino Médio, do Enade, entre outras. A ação será realizada com a presença de docentes dos três setores da unidade acadêmica para esclarecer dúvidas durante a discussão das questões.

Os Simulados reunirão questões elaboradas pelos próprios docentes a partir dos conteúdos por eles ministrados nas disciplinas. Essas questões buscarão se adequar ao formato sugerido pelas provas de concursos públicos e refletirão o esforço do corpo docente em busca do aperfeiçoamento das ferramentas de avaliação das disciplinas do curso. Os simulados serão aplicados a cada final de semestre a partir do final do primeiro semestre do curso.

5.7 Integração entre ensino, pesquisa e extensão

Seguindo o que preceitua a Constituição (1988), a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), a Universidade Federal de Alagoas se constitui a partir do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista está voltada à

formação de profissionais, à transformação da sociedade e da própria universidade e à produção, preservação e difusão culturais.

5.7.1 Política de Extensão

A UFAL reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade e incentiva a promoção da extensão em todas as áreas temáticas de extensão e diretrizes gerais definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária.

No âmbito desta Licenciatura em Ciências Sociais, diversas ações de extensão têm sido desenvolvidas com o objetivo de contribuir na formação dos estudantes, de forma contextualizada socialmente, envolvendo diversas comunidades, no sentido da melhoria das condições de vida dessas populações.

A Resolução 65/2014 - CONSUNI/UFAL, no art. 3º, trata que “a Extensão Universitária, inspirada no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade”.

O Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2011), aprovado pela Lei 10.172 de 09 de Janeiro de 2001, no capítulo que trata da Educação Superior, especificamente na Meta 23, assegura a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio de 2001-2004 e afirma que, “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no país será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas”. Essa orientação é reafirmada pelo PNE (2011-2020), o qual só entrou em vigor em 2014 e está em exercício até o ano de 2024. Em sua Meta 12.7, esse novo PNE traz a seguinte estratégia para subsidiar a extensão, “assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão

universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Em conformidade com essas orientações, a UFAL, em seu PDI (2013-2017), considera que: “as atividades (AÇÕES) de extensão devem ser parte integrante dos currículos dos cursos de graduação, assegurando, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos na forma de programas e projetos de extensão universitária”. Para o cumprimento dessa demanda, foi aprovada pelo Conselho da Universidade Federal de Alagoas a Resolução 04/2018 – CONSUNI/UFAL, a qual define que o referido percentual deverá ser cumprido através de ações de extensão que estejam formalizadas enquanto componente curricular obrigatório.

Desse modo, no contexto do Curso de Ciências Sociais (Licenciatura), as atividades curriculares de extensão estarão inseridas na Matriz Curricular na forma de três componentes curriculares, denominados Prática de Extensão em Ciências Sociais I, II e III, os quais se localizam, respectivamente, nos 5º, 7º e 9º períodos. Aqui, importa ressaltar que a localização de tais componentes curriculares nesses períodos se justifica pelo fato de que, nesse momento da trajetória formativa do aluno, ele já teve contato com o arcabouço teórico-metodológico básico das Ciências Sociais, estando minimamente preparado para operacionalizá-lo em atividades extensionistas. Como está explicitado nas ementas de cada um dos componentes curriculares de extensão, constantes no tópico 4.1.6.1, eles estarão focados prioritariamente no desenvolvimento de projetos de extensão, podendo outras atividades extensionistas serem desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, cursos, eventos, produtos, etc.

Para além do cumprimento da carga horária mínima de extensão através dos três componentes curriculares citados acima, o estudante poderá desenvolver outras ações de extensão, devidamente cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, contabilizando esse excedente como carga horária complementar.

Caso seja da vontade do discente, ele poderá se matricular em atividades curriculares de extensão ofertadas em outros cursos da UFAL com a possibilidade de creditação dessa formação seja no cômputo de sua carga horária de extensão

obrigatória ou como carga horária complementar. Para isso, o discente deverá apresentar tal demanda ao colegiado do curso de origem de modo que sua pertinência possa ser avaliada.

Importa ressaltar que todas as atividades curriculares de extensão, ofertadas pelo Curso de Ciências Sociais (Licenciatura), estarão articuladas ao Programa de Extensão do Instituto de Ciências Sociais (ICS), denominado “Ciências Sociais e Sociedade: produções dialógicas”, o qual será melhor descrito a seguir.

5.7.1.1 Programa de Extensão da Unidade

O Programa de Extensão do Instituto de Ciências Sociais se denomina “Ciências Sociais e Sociedade: produções dialógicas” e foi criado no sentido de reunir os projetos e demais ações de extensão desta unidade acadêmica de modo a torná-los um todo orgânico. Seu principal objetivo é articular os conhecimentos produzidos no campo das Ciências Sociais com as diversas demandas sociais, especificamente no que diz respeito à luta e garantia de direitos e à preservação e desenvolvimento culturais. Objetiva ainda incentivar e consolidar ações com abordagens interdisciplinares e interprofissionais, conforme as orientações pautadas tanto no Plano Nacional de Extensão Universitária (1999), quanto na Política Nacional de Extensão Universitária (2012).

Nesse sentido, o referido programa de extensão atua em três áreas temáticas, a saber: Direitos humanos e Justiça; Cultura; Educação. As atividades de extensão, que nele estão congregadas, vinculam-se a alguma das seguintes linhas de extensão: Direitos Individuais e Coletivos; Patrimônio Cultural, Histórico e Natural; Grupos Sociais Vulneráveis; Segurança Pública e Defesa Social; Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais e Populares; Formação de Professores; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Humano.

Em relação à formação discente, o programa de extensão aqui exposto visa levar o estudante a relacionar pesquisa e ação social na atuação do cientista social, tendo sempre em vista o atendimento das demandas sociais.

Abaixo, seguem os objetivos específicos do presente programa de extensão:

- Sensibilizar o estudante de Ciências Sociais para intervenções orientadas na sociedade e para as causas dos movimentos sociais;
- Consolidar o campo do cientista social a partir de experiências concretas de troca de conhecimentos e intervenção que possibilitem ao estudante vislumbrar o alcance de sua prática;
- Estimular debates e ações de extensão que enfatizem a construção de conhecimento através de um processo dialógico junto aos grupos sociais;
- Aprimorar técnico-metodologicamente, a partir de intervenções diretas e orientadas, as ferramentas de diagnóstico apresentadas e discutidas em sala de aula;
- Possibilitar a organização de ações de extensão que possam ser desenvolvidas no âmbito dos componentes curriculares obrigatórios de extensão, garantindo a efetiva participação e, conseqüente formação, dos estudantes em atividades extensionistas;
- Estabelecer maior organicidade entre as esferas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão universitária.

As ações de extensão, desenvolvidas no âmbito do presente programa de extensão, envolvem diferentes grupos sociais, órgãos e agentes públicos, movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais, tanto no município de Maceió como em outras localidades do estado de Alagoas, e se voltam para temas de grande relevância social, tais como violência, educação, saúde, cultura e religiosidade popular, patrimônio, trabalho, direitos humanos, relações étnico-raciais, conflitos territoriais e ambientais.

O contato com grupos e fenômenos sociais que constituem o próprio substrato das Ciências Sociais pretende proporcionar ao discente tanto um espaço de experimentação e crítica dos referenciais teórico-metodológicos, quanto oportunizar a vivência de um saber fazer sócio-antropológico-político, mas sempre tendo a preocupação fundamental com a prática docente, além de ampliar a percepção da abrangência do próprio campo de atuação e reconhecer-se como agente de transformação social.

5.7.2 Política de Pesquisa

Dado o caráter pluri e multidisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

O incentivo à produção científica, tecnológica e cultural qualificada, se dá através de mecanismos que visa o aumento da produção do conhecimento produzido na UFAL. Entre eles vale salientar a política de apoio prioritário à publicação em periódicos de alto fator de impacto, através de lançamento de edital de concessão de recursos para a tradução e pagamento de taxas de publicação. Além disso, o incentivo à vinda de pesquisadores e docentes estrangeiros para colaboração científica ampliará as parcerias para elaboração conjunta de projetos de pesquisa com instituições e/ou pesquisadores estrangeiros. Todas as ações de pesquisa desenvolvidas na UFAL são registradas e institucionalizadas, no âmbito da PROPEP, através da sua inclusão no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Os grupos existentes na UFAL e suas linhas de pesquisa podem ser consultados, sempre de forma atualizada, no link <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>. É imprescindível a existência de uma política de utilização e manutenção de equipamentos multiusuários de pesquisa adquiridos via projetos institucionais. Para tal, deve-se ampliar a divulgação da lista dos equipamentos adquiridos em projetos institucionais e o estabelecimento de regras e critérios de sua utilização. Além disso, serão criados programas de manutenção de equipamentos multiusuários de uso institucional.

5.7.2.1 A estruturação das pesquisas da Unidade

As pesquisas realizadas no curso de Ciências Sociais - Licenciatura estão ambientadas nos diferentes grupos ou núcleos de pesquisa vinculados a Unidade. Os/as professores/as, individualmente ou em parceira, coordenam esses grupos de

pesquisa que normalmente estão registrados no CNPq. A partir deles, os/as estudantes são selecionados para participar de pesquisa em qualquer das áreas de conhecimento do curso de acordo com uma demanda momentânea. Sempre que possível, as pesquisas contam com financiamento público ou privado, sendo uma política da unidade oferecer estrutura física e recursos humanos como principais contrapartidas. Também é uma prática da unidade motivar os/as professores/as a desenvolverem pesquisas contando com a participação de estudantes bolsistas ou voluntários vinculados ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq. A orientação geral é que sejam incorporadas as atividades de pesquisa, estudantes de disciplinas ofertadas a partir do 2º período do curso.

Quadro 12 – Grupos de Pesquisa da Unidade registrados no CNPq

Nome dos Grupos de Pesquisa
Antropologia Visual em Alagoas - AVAL
Cidadania e Políticas Públicas
Grupo de Estudos Transdisciplinares Sobre Autoritarismo, Violência e Criminalidade
Grupo de Pesquisa em Etnologia Indígena
Grupo de Pesquisa: Trabalho e Capitalismo Contemporâneo
Laboratório da Cidade e do Contemporâneo - LACC
Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Direitos Humanos - MANDACARU
Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas - NEVIAL
Núcleo de Memória das Ciências Sociais
SocioLab - Laboratório de Investigação Sociológica
Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões – LIER
Laboratório de Estudos de Segurança Pública – LESP
Núcleo de Pesquisa: Instituições, comportamento político e Democracia – DEMOCRACIA
Grupo de Pesquisa: Periferia, Afetos e Economia das Simbolizações - GRUPPAES
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências Sociais – XINGÓ

Atendendo os direcionamentos do PDU da Unidade Acadêmica, foi criada a Coordenação de Pesquisa, visando à promoção dessas atividades de forma mais institucionalizada.

6. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A proposta metodológica do curso de Ciências Sociais – Licenciatura – constitui-se no polo aglutinador em torno do qual, se articulam os diferentes momentos formativos, previstos na matriz curricular. Sua concepção, emana das epistemologias que concebem a formação em ciências sociais e o ensino, como vertente emancipatória pela aprendizagem consciente, criativa, plena e crítica. A integralização das disciplinas organiza-se em conformidade com as orientações e reflexões, advindas das concepções elaboradas pelo corpo docente, uma vez que se tornam imprescindíveis as percepções daqueles que estão responsáveis pelas progressões das aprendizagens no desenvolvimento da formação docente.

O curso de Ciências Sociais – Licenciatura – tem seu referencial metodológico orientado, principalmente, pela sua Espiral da Docência, que traz a singularidade de pensar e organizar seu desenvolvimento, buscando vivenciar, organizar, analisar e refletir criticamente sobre o contexto das ciências sociais e das inúmeras escolas do estado de Alagoas, que se enumeram ao longo de tantos espaços sociais, quase indiscriminadamente, ao mesmo tempo também, que objetiva estudar detalhadamente, os processos e fundamentos de escolarização, de importâncias ímpares na construção e elaboração dos saberes de vida e cidadania.

Os princípios metodológicos, que orientam o ensino e a aprendizagem do curso de Ciências Sociais - Licenciatura privilegiam a análise e a resolução de situações-problema como estratégias didáticas. O estudante-professor, através do requisito básico da práxis para constituição de competências, se insere na realidade e no debate contemporâneo, que o qualifica frente aos desafios próprios das suas condições profissionais. Todos os tipos de conhecimentos, elencados ao desenvolvimento profissional, desde as questões culturais, sociais, econômicas, até a própria perspectiva humana e profissional, devem ter assegurados os seus entendimentos reflexivos através da relação teoria-prática.

A metodologia que permeia os planos de ensino do curso, é pautada na premissa da interdisciplinaridade, o que fica evidenciado, especialmente nas relações que são estabelecidas nos diversos eixos que compõem a matriz

curricular. Por meio das atividades desenvolvidas, os alunos demonstram e aplicam suas competências, ou seja, vivenciam situações do cotidiano, agregando o conhecimento de diversas disciplinas desenvolvidas. Acrescenta-se a isso as questões relativas à ética e à responsabilidade social que são relevantes no processo de desenvolvimento de projetos da área.

O planejamento e a avaliação são componentes fundamentais para se garantir um desenvolvimento curricular acompanhado por um desempenho de excelência dos alunos, mediado pelo caráter crítico. Assim, faz-se a avaliação formativa como integrante básica de diagnóstico, regulação, finalização e integração de saberes e competências da sua formação.

O delineamento metodológico é apresentado de forma mais específica e detalhada nos planos das disciplinas. De uma forma genérica, os/as professores se utilizam de atividades como:

a) **Aulas teóricas:** Aulas expositivas dialogadas, nas quais os conteúdos programáticos podem ser abordados em nível básico, avançado ou aprofundado, consoante a natureza da matéria ou localização curricular, quer do ponto de vista conceitual ou experimental. Elas ocorrem a partir da necessidade dos acadêmicos, geralmente a partir de discussão de conteúdo por meio de técnicas de discussão em grupo.

b) **Atividades práticas:** Observar e sistematizar práticas cotidianas, como também, desenvolver atividades que aproximem o/a estudante da realidade educacional, dos espaços escolares e não escolares, propiciando, a capacidade de reflexão-crítica sobre os fatos e acontecimentos da realidade em que está inserido, podendo intervir com ações que minimizem os problemas detectados.

c) **Atividades semipresenciais:** O currículo desenvolvido será complementado com a realização de atividades semipresenciais em algumas disciplinas. Tais atividades podem ser elaboradas pelos/as professores/as com o objetivo de proporcionar momentos de aprendizagem dos conteúdos e de desenvolvimento das habilidades propostas nos Planos de Curso. Seu planejamento consiste na sistematização de momentos de autoaprendizagem, com a utilização de recursos das tecnologias da informação e comunicação (TICs),

organizadas com estratégias didáticas como, por exemplo, estudos dirigidos, estudos de caso, pesquisas bibliográficas, resolução de exercícios, dentre outras, conforme a proposta de cada disciplina. A realização dessas atividades pelos/as discentes deve seguir um cronograma organizado e publicado no Calendário da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Deste modo, a formação do egresso do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura – está diante de parâmetros que desenvolvam sua consciência crítica e autorreguladora, seu posicionamento diante das necessidades e possibilidades da comunidade.

7. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos/as professores/as e dos/as estudantes, com foco no processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do Curso. Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL.

A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico e das atividades curriculares.

No plano institucional, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE que determina que o regime de aprovação do/a estudante, em cada disciplina, será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Neste entendimento, o Art. 10 afirma que: “Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo”.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei no 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL.

A mesma resolução apresenta um capítulo detalhando como se efetiva a apuração do rendimento escolar.

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

- (a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- (b) Prova Final (PF), quando for o caso;
- (c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1o – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2o - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Art. 12 - Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem.

§ 1o - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2o - Em cada disciplina, o aluno que alcCurso de Licenciatura em ançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1o - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2o - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16.

O Curso de Ciências Sociais - Licenciatura atende, portanto, ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE. Desta forma, a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos/as estudantes respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

Torna-se importante, portanto, desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do/a estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos e práticos trabalhados no curso.

Além disso, conforme já sinalizado anteriormente, em respeito à diversidade inerente ao ser humano, e com intuito, de assegurar a implementação de uma educação inclusiva, tentamos garantir, em nossas avaliações, práticas especializadas para aqueles que têm algum tipo de necessidade específica, como: estudantes com deficiência visual, e discentes com grau leve de deficiência/problema mental. Como exemplos de ações afirmativas de inclusão, poderíamos citar que nosso corpo docente é orientado a estender o tempo de avaliação para esses discentes. Também, caso haja um alto grau de deficiência visual, existe a possibilidade de aplicação da avaliação oral, ou de outros mecanismos inclusivos.

Há ainda, uma preocupação com uma melhor adequação entre os modelos de avaliação utilizados no curso e as exigências de âmbito nacional, para considerar o desempenho de egressos do ensino superior (ENADE). Nesse sentido, constitui-se enquanto prática constante dos/as professores/as do ICS, a incorporação de modelos avaliativos que propõem uma aproximação desse tipo de exame. Principalmente, por meio, do uso de questões, exercícios e simulados.

Também ao final do curso, o/a estudante deve apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e defendê-lo perante uma banca examinadora, conforme Resolução do Colegiado do curso.

8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituiu a criação de comissões internas de autoavaliação. Respeitando essas orientações o CONSUNI – UFAL afere através da RESOLUÇÃO Nº 52/2013, a criação das CAA's.

O instrumento elaborado pela comissão do ICS teve formato digital, ancorado na plataforma *Google Forms*³. Foram elaborados formulários específicos para docentes, técnicos e discentes. Esses formulários são anônimos, mas foram configurados para não receber respostas múltiplas. Desse modo, o formulário solicita que o respondente esteja logado na plataforma.

O formulário para docentes foi construído para a avaliação e autoavaliação das atividades exercidas e infraestrutura do ICS. Os/As docentes avaliaram as atividades, estímulos e promoção de atividades de cunho didático pedagógico realizadas pelo Instituto. Além disso, avaliaram o atendimento na secretaria, coordenação de curso e disponibilidade dos colegiados. O/A docente também autoavalia sua dedicação às atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, o cumprimento de prazos, sua pontualidade e assiduidade, bem como satisfação em fazer parte o ICS.

No formulário específico para técnicos há perguntas que pautam se há orientações por parte da chefia e se as atividades desenvolvidas são de competência de seu cargo. Esses servidores avaliam se há estrutura e equipamentos para o desenvolvimento de suas atividades e se os canais de comunicação são eficientes. Os técnicos também autoavaliam seu atendimento, dedicação e iniciativa para realização de suas atividades, bem como o cumprimento de prazos e satisfação em relação as funções que vem desempenhando.

O formulário para discentes é composto da seleção de disciplinas cursadas. A partir dessa seleção o/a estudante responde a um formulário específico para cada

³ O Núcleo de Tecnologia da Informação da UFAL trabalha para unificar o sistema de autoavaliação de cada instituto à avaliação institucional realizada pela Comissão Permanente de Autoavaliação da universidade.

disciplina. Esse formulário consiste em apontar a disponibilização da ementa da disciplina e a coerência do plano de curso. Em seguida os/as estudantes avaliam o curso em relação ao cumprimento das atividades propostas, didática empregada, utilização e disponibilização de recursos de T&I, assiduidade e pontualidade do docente. O/A discente também realiza a autoavaliação de seu desempenho em cada disciplina cursada, pontuando seu empenho e dedicação as atividades propostas. Após a avaliação de cada disciplina cursada no semestre o discente avalia o Instituto, sua infraestrutura, canais de comunicação e atendimento nas coordenações de curso e secretarias. O discente também autoavalia sua utilização da infraestrutura disponível e engajamento em atividades extracurriculares de pesquisa e extensão, por exemplo.

Os formulários são disponibilizados ao final de cada semestre na página institucional do sistema acadêmico de discentes e docentes. Há ainda a divulgação do formulário na página do Instituto e na aba que contém informações sobre a CAA (<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ics/institucional/comissao-de-autoavaliacao-do-ics-cao>). As coordenações de curso ainda enviam um e-mail para todos os alunos solicitando sua participação na autoavaliação. Os docentes e técnicos também recebem um e-mail reforçando o convite à participação.

Até o presente momento a maior dificuldade da CAA tem sido a baixa participação dos discentes. O plano de atividades da CAA está centrado em melhorar a adesão e portanto, conseguir produzir uma avaliação válida, com ações adequadas para sanar as fragilidades desveladas. Isso porque, mediante a disponibilização de dados mais robustos, será possível utilizar tais informações para o planejamento pedagógico do Curso – adequação de planos de curso, aprimoramento didático-pedagógico de professores etc. É objetivo, também da CAA, publicar os resultados das avaliações entre docentes, técnicos e discentes, o que respalda o compromisso do curso com a transparência e aprimoramento pedagógico.

9. OUTRAS AVALIAÇÕES

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso é importante para aferir a adequação do novo currículo, como também para certificar-se da necessidade de alterações futuras que possam contribuir para a otimização do mesmo, considerando-se tanto a sua dinamicidade como a dinamicidade histórica, exterior a ele. Esta avaliação é feita pelo colegiado do curso e pelo NDE, tomando como instrumento base os relatórios da CAA – Comissão de Autoavaliação e os relatórios acadêmicos relativos à evasão, retenção e aproveitamento escolar dos discentes.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir tanto uma avaliação institucional como uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam garantir uma discussão ampla do projeto, mediante um conjunto de questionamentos organicamente ordenados que facilitem a identificação de possíveis deficiências e/ou de mudanças históricas que atuem dinamicamente sobre a estrutura curricular, forçando a sua adequação.

O Curso será também avaliado pela sociedade, através da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária, em parceria com instituições e empreendimentos alagoanos, assim como com estágios curriculares não obrigatórios, a partir do momento que suas ações e procedimentos serão divulgados por vias do site e da Unidade Acadêmica.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições de ensino, em atendimento ao artigo 9, inciso IX, da lei n 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), servirá de instrumento para avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

I. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;

- II. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho acadêmico e profissional;
- III. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

9.1 Comissão de Autoavaliação da Unidade Acadêmica

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituiu a criação de comissões internas de autoavaliação. Respeitando essas orientações o CONSUNI – UFAL afere através da RESOLUÇÃO Nº 52/2013, a criação das CAA's.

O instrumento elaborado pela comissão do ICS teve formato digital, ancorado na plataforma *Google Forms*⁴. Foram elaborados formulários específicos para docentes, técnicos e discentes. Esses formulários são anônimos, mas foram configurados para não receber respostas múltiplas. Desse modo, o formulário solicita que o respondente esteja logado na plataforma.

O formulário para docentes foi construído para a avaliação e autoavaliação das atividades exercidas e infraestrutura do ICS. Os docentes avaliaram as atividades, estímulos e promoção de atividades de cunho didático pedagógico realizadas pelo Instituto. Além disso, avaliaram o atendimento na secretaria, coordenação de curso e disponibilidade dos colegiados. A infraestrutura, o acesso à informação e a segurança também foram avaliados. O docente autoavalia sua dedicação às atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, o cumprimento de prazos, sua pontualidade e assiduidade, bem como satisfação em fazer parte o ICS.

No formulário específico para técnicos há perguntas que pautam se há orientações por parte da chefia e se as atividades desenvolvidas são de competência de seu cargo. Esses servidores avaliam se há estrutura e equipamentos para o desenvolvimento de suas atividades e se os canais de comunicação são eficientes. Os técnicos também autoavaliam seu atendimento,

⁴ O Núcleo de Tecnologia da Informação da UFAL trabalha para unificar o sistema de autoavaliação de cada instituto à avaliação institucional realizada pela Comissão Permanente de Autoavaliação da universidade.

dedicação e iniciativa para realização de suas atividades, bem como o cumprimento de prazos e satisfação em relação às funções que vem desempenhando.

O formulário para discentes é composto da seleção de disciplinas cursadas. A partir dessa seleção o aluno responde a um formulário específico para cada disciplina. Esse formulário consiste em apontar a disponibilização da ementa da disciplina e a coerência do plano de curso. Em seguida os alunos avaliam o curso em relação ao cumprimento das atividades propostas, didática empregada, utilização e disponibilização de recursos de T&I, assiduidade e pontualidade do docente. O discente também realiza a autoavaliação de seu desempenho em cada disciplina cursada, pontuando seu empenho e dedicação as atividades propostas. Após a avaliação de cada disciplina cursada no semestre o discente avalia o Instituto, sua infraestrutura, canais de comunicação e atendimento nas coordenações de curso e secretarias. O discente também autoavalia sua utilização da infraestrutura disponível e engajamento em atividades extracurriculares de pesquisa e extensão, por exemplo.

Os formulários são disponibilizados ao final de cada semestre na página institucional do sistema acadêmico de discentes e docentes. Há ainda a divulgação do formulário na página do Instituto e na aba que contém informações sobre a CAA (<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ics/institucional/comissao-de-autoavaliacao-do-ics-cao>). As coordenações de curso ainda enviam um e-mail para todos os alunos solicitando sua participação na autoavaliação. Os docentes e técnicos também recebem um e-mail reforçando o convite à participação.

Até o presente momento a maior dificuldade da CAA tem sido a baixa participação dos discentes. O plano de atividades da CAA está centrado em melhorar a adesão e, portanto, conseguir produzir uma avaliação válida, com ações adequadas para sanar as fragilidades desveladas.

10. INFRAESTRUTURA

As atividades pedagógicas e técnico-administrativas do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura são realizadas no espaço do Instituto de Ciências Sociais (ICS), no Campus A. C. Simões, num prédio independente, recém inaugurado (março de 2018). O prédio administrativo do ICS é composto pelo pavimento térreo e primeiro andar, ligados por escadas e 1 (um) elevador, conforme descrição no quadro abaixo.

QUADRO 13 – CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO DO ICS

QUANT.	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
02	Salas Administrativas	Uma das salas abriga as três coordenações de graduação (Bacharelado, Licenciatura – presencial e à distância), equipada com 01 aparelho de ar-condicionado, 03 birós, 03 computadores, 01 impressora, 01 scanner, 02 armários, 01 frigobar; além de 04 mesas, 03 computadores, 03 estantes alocadas nos gabinetes das coordenações. A outra sala reúne a Secretaria Geral da Unidade e as duas coordenações de pós-graduação (Antropologia e Sociologia), equipada com 01 aparelho de ar-condicionado, 03 birós, 03 computadores, 03 impressoras, 03 scanners, 03 fichários, 05 Data show, 02 notebooks, 02 gravadores, além de 04 mesas, 03 computadores, 03 estantes alocadas nos gabinetes das coordenações de pós-graduação e direção da unidade. Tais salas atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Sala de Apoio Acadêmico	Esta sala congrega os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação (Bacharelado, Licenciatura – presencial e à distância), a Coordenação de Pesquisa, a Coordenação de Extensão e o Núcleo de Apoio Discente. A mesma é equipada por uma mesa de reuniões, 04 birós e 01 mesa, atendendo aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Laboratório de Informática	O laboratório dispõe de 10 computadores conectados em rede e com <i>softwares</i> devidamente instalados, mesas e estantes de apoio e 01 aparelho de ar-condicionado, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida. O laboratório destina-se à realização de aulas práticas e atende às demandas dos cursos.
01	Auditório	A sala possui 100 carteiras escolares, 01 mesa, 01 quadro e 01 aparelho de ar-condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.

01	Biblioteca Setorial	A sala acomoda um acervo da área de ciências sociais e conta com estantes, mesas de apoio e 01 computador, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
01	Sala de Estudos para a Pós-graduação	A sala possui 03 mesas com cadeiras e 01 estante, e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
01	Sala de Centro Acadêmico Estudantil	Sala dispõe de mesas de apoio, 02 armários, 01 fichário e 01 computador, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Copa	Esse espaço dispõe de 01 pia, 02 frigobares, 01 micro-ondas, 01 cafeteira e 01 bebedouro de água. A mesma atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
04	Banheiros	Dois banheiros ficam alocados no pavimento térreo e 2 banheiros no 1º andar, ambos com estrutura para deficientes. Os mesmos atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
01	Almoxarifado	Sala destinada para a acomodação de materiais de expediente. A mesma atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
01	Arquivo Morto	Sala destinada a acomodação para o arquivamento de documentos e equipamentos que demandam por manutenção da Unidade Acadêmica. A mesma atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
01	Sala de Defesa	A sala possui 25 carteiras escolares e 02 mesas, e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
01	Sala de Multimídia	A sala possui 30 carteiras escolares, 01 aparelho de <i>Home Theater</i> e 01 TV de LED 40 polegadas e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
05	Salas de Aula	Cada sala possui 25 carteiras escolares, 01 mesa e 01 quadro e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
16	Gabinetes de Professores	Os gabinetes são utilizados coletivamente por no máximo 02 professores, dispõem de refrigeração e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessários à atividade desenvolvida.
01	Elevador	O mesmo é utilizado para garantia de acessibilidade no prédio administrativo do ICS.

Além destas salas, que estão localizadas no prédio administrativo do ICS, contamos com 16 (dezesseis) salas de aulas equipadas com carteiras escolares, quadros e mesa, localizadas no Bloco de Salas 2 – BSA2, salas estas que são compartilhadas com os demais cursos da Unidade.

O prédio específico para as aulas, “Bloco de Salas 2” ou BSA2, fica interligado com o prédio administrativo do ICS, a poucos metros e com rampa de acesso direto, seguindo os princípios de acessibilidade, facilitando o deslocamento os alunos e professores para as atividades. Este prédio conta com 16 Salas de aulas, 2 banheiros (masculino e feminino), 2 salas administrativas e de almoxarifado, segurança patrimonial e zelador nos três turnos de funcionamento; além de estrutura de apoio para quiosque de alimentação ou para empresa de serviços gráficos de reprodução de documentos (ambos ainda em processo de licitação).

As aulas são ministradas nas salas do prédio em anexo (BSA2) conforme solicitação à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), ao início de cada semestre letivo, a fim de atender às demandas das aulas.

Quanto aos recursos técnicos, o Curso dispõe de equipamento de TV com *home theater*, equipamento de som e data shows.

11. REFERÊNCIAS

Decreto 3276, de 06/12/1999 (que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na Educação Básica, e dá outras providências).

Decreto 3.554, de 07/08/2000 (que dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto 3.276, de 06 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na Educação Básica).

Parecer CNE/CP 09, de 08/05/2001 (que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena).

Parecer CNE/CP 21, de 06/08/2001 (que dispõe sobre a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena).

Parecer CNE/CP 27, 02/10/2001 (que dá nova redação a o item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 09/2001 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena).

Parecer CNE/CP 28, de 02/10/2001 (que dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena).

Parecer CNE/CES 1363, de 12/12/2001 (que dispõe da retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia).

Parecer CNE/CES 261, de 09/11/2006 (relativa a esclarecimentos sobre o conceito de hora e hora-aula tendo em vista questionamentos sobre aplicabilidade do Parecer CNE/CES Nº 575/2001).

Parecer CNE/CES 2, de 25/06/2015 (Relativo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica).

Resolução CNE/CP 02, de 26/6/97 (que dispõe sobre o s programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em nível Médio).

Resolução CNE/CP 01, de 30/09/99 (que dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação, considerados os artigos 62 e 63 da Lei 9.394/96 e o artigo 9º, § 2º, alíneas “C” e “H”, da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei 9.131/95).

Parecer CNE/CES 492, de 03/04/2001 (que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia).

Resolução CNE/CES 17, de 13/03/2002 (que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia).

Resolução 01, de 17 de junho de 2010 CONAES (que normatiza o núcleo docente estruturante e dá outras providências).

Resolução CNE/CP 01, de 18/02/2002 (que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena).

Resolução CNE/CP 02, de 19/02/2002 (que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior).

Resolução CNE/CP 02, de 03/07/2015 (que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e para formação continuada).

Resolução N° 4/2018 CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018 (Define os Componentes Curriculares Comuns aos Cursos de Graduação de Formação de Professores para a Educação Básica, no Âmbito da UFAL).

Resolução N° 6/2018 CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018 (Regulamenta as Ações de Extensão como Componente Curricular Obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFAL).

12. ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS



RESOLUÇÃO Nº 03/2017 DO COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

Regulamenta Normas e Critérios
Referentes ao Estágio
Supervisionado do Curso de
Ciências Sociais – Licenciatura.

O estágio supervisionado será gerido pelo/a Coordenador/a de Estágio e pelo colegiado do Curso e será realizado em escolas conveniadas das redes públicas municipais, estaduais, federais e privadas credenciadas. Sendo atribuições do/a Coordenador/a de Estágio:

- Coordenar todas as atividades que se referem ao Estágio Supervisionado no âmbito do curso de Licenciatura em Ciências Sociais;
- Fazer o levantamento das escolas e horários referentes às aulas de Sociologia existentes nas instituições de ensino selecionadas/conveniadas para encaminhamento dos/as estagiários/as;
- Encaminhar, auxiliado pelo/a Professor/a Orientador/a do Estágio, os/as estagiários/as, através de documentação padrão elaborada pela Coordenação de Estágio;

Quanto a documentação referente ao encaminhamento de estagiários/as, está é composta pelo formulário de solicitação/renovação e autorização de Estágio, e este deverá ser entregue pelo/a Professor/a Orientador/a e pelo/a Coordenador/a de Estágio aos/as estagiários, e depois de cumpridos os procedimentos legais, os/as estagiários/as os devolverão para o/a Coordenador/a de Estágio, o/a qual, através da Coordenação do Curso, as encaminhará para a gerência de Estágio da Pró-Reitoria de Graduação, para que sejam confeccionados os termos de compromisso. Estes, depois de confeccionados pela PROGRAD, serão repassados pelo Professor Orientador para que os alunos os imprimam em 3 vias, que depois de assinadas pelos sujeitos competentes, serão destinadas da seguinte forma: 1 (uma) via para o Estagiário, 1 (uma) via para a Escola/Assemelhado, e 1 (uma) via para a Coordenação do Curso de Graduação.

Para atender o que determina a legislação, Lei Nº 11.788 de 25/09/2008, será de responsabilidade do/a Professor/a Orientador/a do Estágio, o encaminhamento e acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pelos/as estagiários/as, para tanto, as instituições de ensino para as quais estes/estar serão conduzidos/as deverão, prioritariamente, estar localizadas no município de Maceió e em bairros próximos ao Campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas, possibilitando, desse modo, o acompanhamento efetivo dos/as estagiários/as pelo/a Professor/a Orientador/a, uma vez que compete a este/a último/a, acompanhar as atividades desenvolvidas pelos/as estagiários/as através:

- De visitas periódicas às escolas;
- Do recebimento das fichas de frequência, preenchidas pelo/a Professor/a Supervisor/a e assinadas por esse/essa e pela Direção da instituição de ensino ou Coordenadores de Área, a serem entregues, pelo/a estagiário/a ao/a Professor/a Orientador/a, ao final de cada mês;
- Do recebimento dos Plano de aula ou Relatos de vivencia a serem entregues durante ou ao final de cada período, conforme previamente definido pelo/a Professor/a Orientador/a;
- Dos Relatórios de Conclusão de estágio I, II, III e IV, a serem entregues pelos/as estagiário/as ao/a Professor/a Orientador/a ao final do semestre, como parte da avaliação das atividades dos/as estagiários/as.

A avaliação dos estagiários será feita, em parceria, pelo/a Professor/a Orientador/a da instituição de ensino e pelo/a Professor/a Supervisor/a da parte concedente, através:

- De visitas periódicas as escolas, devendo o/a Professor/a Supervisor/a dos Estágios, acompanhar as atividades realizadas pelos/as estagiários/as, relatando a eles, em encontros posteriores, os pontos positivos e os que necessitam melhorar devendo também subsidiá-los na busca de soluções para eventuais dificuldades quanto a realização de tais atividades;
- Das fichas de avaliação a serem preenchidas pelo/a Professor/a Orientador/a da instituição de ensino em parceria com o/a Supervisor/a da parte concedente;
- Dos Relatórios de Finais de Estágio (Relatórios de Atividades), que deverão ser entregues no final de cada etapa do Estágio Supervisionado, como condição para aprovação, e após o processo de correção e avaliação dos mesmos, em data estipulada pelo/a Professor/a Orientador/a, deverão ser entregues na Coordenação do Curso;
- O Relatório de Estágio é um documento individual, que registra todas as atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado por parte dos/as estudantes.

Acatando o que determina a Resolução Nº 2/2002 do Conselho Nacional de Educação, o/a estudante que comprove estar em efetiva atividade docente na educação básica, por tempo mínimo de 2 anos ininterruptos, poderá ter a redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 200

(duzentas) horas, podendo pedir a dispensa do Estágio Supervisionado III e/ou IV, desde que sua atuação seja compatível com o nível de ensino exigido nessa etapa do Estágio Supervisionado. Os/as estudantes que queiram pedir a dispensa dos Estágios III e/ou IV devem apresentar a seguinte documentação:

- Atuando na rede privada: cópia autenticada da Carteira de Trabalho devidamente assinada e declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona e o tempo de atuação;
- Atuando na rede pública: a) se efetivo: cópia autenticada da Ficha Funcional e declaração da escola, devidamente assinadas pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona; b) se temporário (monitor): cópia autenticada do Contrato de Trabalho e declaração da escola, devidamente assinada pela Direção da Instituição de ensino, contendo as séries que leciona e o tempo de atuação.

O Estágio Supervisionado terá como objetivo maior, propiciar aos/as estudantes a vivência próxima do ambiente escolar, mediante a participação efetiva destes nas atividades escolares por meio da prática, associadas aos saberes relacionados ao Ensino da Sociologia na Educação Básica. Também será permitido que as atividades relacionadas ao Estágio, aconteçam em espaços não escolares, desde que não ultrapasse o limite máxima de 1/4 da carga horária total dos Estágios.

Para atingir os objetivos propostos, o Estágio Supervisionado, a partir da observância da obrigatoriedade de seu caráter prático, será dividido da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I – Acompanhamento *in loco* do processo de organização e gestão da Escola no Ensino Médio, buscando o entendimento de seus problemas cotidianos. Gestão dos processos educacionais.
- Estágio Supervisionado II – Observação das atividades da disciplina de Sociologia nas escolas. Análise das condições de trabalho, planejamento e metodologias dos/as professores/as de sociologia. Referenciais curriculares que norteiam o ensino de Sociologia no Ensino Médio.
- Estágio Supervisionado III – Planejamento e execução de aulas. Mediação didática. Desafios postos ao planejamento de aulas de Sociologia/Ciências Sociais.
- Estágio Supervisionado IV – Estratégias didáticas e avaliativas em Sociologia/Ciências Sociais. Continuidade das atividades de regência em sala de aula. Elaboração, aplicação e correção de atividade avaliativa.

Ainda em conformidade com a Lei Federal 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução 71/2006-CONSUNI e com as Normas do Estágio Curricular do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, os estágios curriculares serão de duas naturezas:

- a) OBRIGATÓRIOS, denominado de estágio supervisionado, com no mínimo 400h distribuídas entre o 6º, 7º, 8º e 9º semestres;
- b) NÃO OBRIGATÓRIOS, isto é, outras oportunidades de estágios obtidas pelos discentes.

A carga horária mínima será a que fica efetivada para integralização do currículo, mesmo que o/a estudante tenha realizado mais horas. Podendo o/a estudante requerer a utilização do que ultrapassar desse valor (400 h) para efeitos de atividade complementar. Os estágios não obrigatórios terão supervisão indireta dos docentes, e para consignação como carga horária complementar, deverão ser analisados pelo Colegiado de Curso no que diz respeito à pertinência na formação profissional do/a estudante, mediante comprovação adequada.

Maceió, 01 de Novembro de 2017.

Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

Júlio Cezar Gaudencio da Silva
Coordenador

Jordânia de Araújo Souza
Vice-Coordenadora

José Alexandre da Silva Júnior
Coordenador de Estágio

Marina Félix de Melo
Representante Docente

Welkson Pires
Representante Docente

Lelan Queiroz Siqueira
Técnico em Assuntos Educacionais

Túlio Ismael Souza de Araújo
Representante Discente



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS



RESOLUÇÃO Nº 04/2017 DO COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

Dispõe sobre a elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, e adota outras providências:

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, passa a regulamentar os procedimentos de elaboração, apresentação e avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos de Ciências Sociais - Licenciatura, conforme as seguintes disposições:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 1º. A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, obedecerá ao disposto nesta Resolução, respeitados os demais atos normativos editados pela Universidade Federal de Alagoas.

CAPÍTULO II

Da Natureza do TCC

Art. 2º. O TCC é um componente curricular obrigatório, não se constituindo como disciplina, nem tendo carga horária fixa semanal.

Art. 3º. O TCC consistirá de um trabalho acadêmico inédito/original de aprofundamento teórico ou teórico-prático, elaborado pelo/a aluno/a do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, sendo resultado de pesquisa relacionada à qualquer uma das áreas das Ciências Sociais ou à Prática Pedagógica do Ensino de Sociologia/Ciências Sociais, e realizada sob a orientação de um docente do quadro permanente do Instituto de Ciências Sociais.

Parágrafo Único. O/a aluno/a poderá, de comum acordo com seu/sua orientador/a e mediante aprovação prévia do Colegiado do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, poderá solicitar a colaboração de um/uma coorientador/a não vinculado/a ao Instituto de Ciências Sociais, desde que este apresente titulação mínima de Especialista na área do TCC.

Art. 4º. O TCC poderá ser elaborado nas modalidades: I) Monografia; II) Artigo Científico; III) Relatório de Ensino; e IV) Material Didático; cabendo ao orientando/a, em comum acordo com o/a orientador/a a escolha da modalidade.

TITULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

Das Atribuições do/a Coordenador/a de TCC

Art. 5º. Enquanto membro permanente do Colegiado do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, compete ao/a Coordenador/a de TCC:

I – Articular-se com os demais membros do Colegiado para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos trabalhos;

II – Orientar os/as estudantes na escolha dos/das professores/as orientadores/as, divulgando as linhas de pesquisa de vinculação destes/as últimos/as;

III – Convocar, sempre que necessário, os/as orientadores/as para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;

IV – Organizar, junto à Coordenação do Curso de Licenciatura, a listagem dos estudantes e seus/suas respectivos/as orientadores/as, e manter este banco de dados atualizado;

V – Coordenar, quando for o caso, o processo de substituição de orientadores/as, ouvido os demais membros do Colegiado de Curso;

VI – Organizar, divulgar e definir junto ao Colegiado do Curso, o cronograma de apresentação dos TCCs a cada semestre do ano letivo.

CAPÍTULO II

Das Atribuições do/a Orientador/a

Art. 6º. Compete ao/a orientador/a de TCC:

I – Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do TCC em todas as suas fazes;

II – Estabelecer o plano e o cronograma do trabalho em conjunto com o/a orientando/a;

III – Informar o/a orientado/a sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação respectivos;

IV – Presidir a banca examinadora do trabalho por ele/ela orientado;

V – Comparecer nas reuniões, convocadas pelo/a Coordenador/a de TCC, para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;

VI – Comunicar ao/a Coordenador/a de TCC, quando ocorrer problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para que as devidas providências sejam tomadas;

VII – Articular-se junto ao/a Coordenador/a de TCC, Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) para definição do programa e do planejamento das atividades semestrais de defesa de TCC.

Art. 7º. Todo professor deverá orientar TCC dentro de sua área de trabalho - Antropologia, Ciência Política, Sociologia ou na área de Ensino em Sociologia/Ciências Sociais.

§ 1º O/A professor/a orientador/a poderá recusar a orientação de um TCC, desde que o faça mediante justificativa plausível;

§ 2º O/A professor/a orientador/a poderá ser substituído/a em caso de força maior ou impedimento evidente;

§ 3º Nos casos de incompatibilidade entre professor/a e estudante após o aceite da orientação, a substituição precisará ser justificada ao Colegiado do Curso;

§ 4º A imprudência e/ou irresponsabilidade comprovada por parte do/a orientando/a, dará ao/a professor/a orientador/a o direito de cindir justificadamente o termo de orientação.

Parágrafo único. O professor deve exigir do aluno que obedeça às regras de formatação definidas pela ABNT e pelo Padrão UFAL de Normalização. O não cumprimento destas regras dá ao/a orientador/a o direito de romper o termo de orientação mediante carta justificada entregue ao/a Coordenador/a de TCC, que a encaminhará para o Colegiado do curso. Nestes casos, o/a Coordenador/a de TCC será responsável por indicar uma nova orientação junto a outro/a professor/a do quadro do ICS.

Art. 8º. Cada professor do quadro docente do ICS/UFAL deve tomar como referência o seguinte número de estudantes a orientar, a cada planejamento semestral:

I – Regime de trabalho de 20 horas: no mínimo 01 (um) e no máximo 06 (seis) estudantes;

II – Regime de trabalho de 40 horas ou Dedicção Exclusiva (DE): no mínimo 04 (quatro) e no máximo 10 (dez) estudantes.

§ 1º Os/as professores/as deverão manter atualizadas as suas informações junto à Coordenação de TCC sobre o número de orientandos/as mediante ficha de cadastro, pois somente esta informação será levada em conta na eventual necessidade de distribuição ou redistribuição de orientandos/as. Da mesma forma, tal registro será imprescindível durante a distribuição semestral de carga horária, quanto da existência de regulamentação própria, tendo em vista que professores que não tenham orientandos/as ou não atinjam o mínimo de orientações previsto poderão ter sua carga horária ampliada;

§ 2º O número máximo de orientados não deverá ser ultrapassado a não ser mediante avaliação e aprovação do Colegiado de Curso. Da mesma forma, não serão consideradas orientações correntes aquelas que já expiraram seu prazo de consecução;

§ 3º A mesma orientação só será contabilizada, para efeitos de distribuição de carga horária, por três semestres consecutivos, após esse período o Coordenador de TCC e os Colegiados do Curso deverão avaliar a prorrogação da orientação.

CAPÍTULO III

Das Atribuições do/a Orientando/a

Art. 9º. Compete ao/a orientando/a:

I – Definir a temática de seu TCC, em conformidade com as linhas de pesquisa de atuação dos/das professores/as do ICS/UFAL;

II – Cumprir as normas e a regulamentação próprias do TCC;

III – Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com seu/sua orientador/a;

IV – Comunicar ao/a professor/a orientador/a quaisquer alterações das atividades previstas.

Parágrafo único. A defesa do TCC fora dos limites estabelecidos pelo cronograma previamente definido, impedirá que o/a orientando/a cole grau no mesmo ano letivo. Fica expressamente proibido que o aluno formando cole grau antes da defesa de seu TCC perante uma Banca Examinadora.

Art. 10º. São direitos do/a orientando/a:

- I – Ter um/a professor/a orientador/a em uma das linhas de pesquisa abrigadas pelo ICS/UFAL;
- II – Solicitar orientação diretamente ao/a professor/a escolhido/a ou através do/a Coordenador/a de TCC;
- III – Ser informado/a sobre as normas e regulamentação do TCC.

TÍTULO III

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO: DA NATUREZA E DO OBJETIVO

Art. 11º. O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Ciências Sociais – Licenciatura, é uma atividade acadêmica que consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, produzidos na área do Curso, como resultado do trabalho de pesquisa, investigação científica, prática de ensino ou extensão.

I – A natureza do TCC de Ciências Sociais – Licenciatura – constitui-se em uma Monografia, Artigo Científico, Relatório de Ensino ou Material Didático. A Monografia e o Artigo Científico devem ser resultantes de uma pesquisa sob orientação de um/a professor/a, em uma das áreas de concentração do curso, a saber: Antropologia, Ciência Política, Sociologia ou Ensino; O Relatório de Ensino e o Material Didático devem ser resultantes das experiências práticas vivenciadas ao longo da formação docentes dos estudantes e devem ser elaborados sob a orientação de um/a professor/a do Instituto de Ciências Sociais;

II – Os trabalhos de natureza monográfica e o artigo científico devem propiciar aos estudantes o contato com o processo de investigação, que o auxilie em todas as etapas da pesquisa, tais como: formulação do problema de análise, localização do referencial teórico, procedimentos metodológicos de pesquisa, formulação coerente da conclusão da pesquisa e apresentação final do trabalho de acordo com as normas da ABNT-NBR;

III – Os trabalhos na modalidade de Relatório de Ensino ou Material Didático, embora também tenham como referência os aspectos relacionados a pesquisa, têm como foco a experiência oriunda da prática docente, tais como: os procedimentos da didática pedagógica em Sociologia no Ensino Médio, discussão teórico-prática sobre o ensino de sociologia, contextualização do cotidiano das escolas e da prática de ensino, caracterização das turmas, regência, etc. Devendo seguir as normas da ABNT-NBR.

Art. 12º. O TCC de Ciências Sociais –Licenciatura, deverá atender aos seguintes objetivos determinados:

I – Capacitar o/a estudante para a elaboração de pesquisas e/ou experiências docentes nas áreas de concentração do curso: Antropologia,

Ciência Política, Sociologia ou Ensino de Sociologia/Ciências Sociais, cabendo a ele escolher uma destas áreas;

II – Levar o estudante a correlacionar e aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso;

III – Contribuir para o enriquecimento das diferentes linhas de pesquisa do Instituto de Ciências Sociais/UFAL, estimulando a produção científica ou didática que poderá estar articulada às necessidades da comunidade local, nacional e internacional.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E DOS PROCEDIMENTOS DE DEFESA

CAPÍTULO I

Do Projeto de TCC

Art. 13º. O projeto de TCC versará sobre tema próprio das Ciências Sociais, com foco nos quatro eixos principais que constituem a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, a saber: Antropologia, Ciência Política, Sociologia e Ensino de Sociologia/Ciências Sociais.

§1º Os estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, uma vez aprovado em todas as disciplinas metodológicas, a saber, Metodologia das Ciências Sociais, Introdução à Estatística, Pesquisa Quantitativa, Pesquisa Qualitativa, Metodologia de Ensino em Ciências Sociais e Pesquisa Educacional, deverão encaminhar seu projeto de pesquisa, de artigo, de relatório de ensino ou material didático ao/a Coordenador/a de TCC, até o 7º período do curso.

§ 3º Após a entrega, o projeto será registrado e, caso o/a estudante ainda não disponha de um/a orientador/a, o/a Coordenador/a de TCC deverá ajudá-lo/a a escolher, entre os integrantes do quadro docente efetivo do ICS/UFAL, um/a orientador/a ou, eventualmente, um/a coorientador/a, disponível e compatível com tema de seu projeto.

§ 4º Uma vez aceita a orientação por parte do/a professor/a, o/a estudante deverá apresentar à Coordenação de TCC, um termo de compromisso devidamente preenchido pelo/a orientador/a e pelo/a orientando/a.

Art. 14º. O projeto deve ser assinado pelo/a orientador/a e entregue à Coordenação de TCC, na mesma formatação prevista para o TCC, no prazo estipulado e amplamente divulgado no ICS/UFAL. O projeto deverá ter entre 10 (dez) e 20 (vinte) páginas e trazer, obrigatoriamente, os seguintes itens:

- a) Capa e folha de rosto;
- b) Introdução;
- c) Justificativa;

- d) Problema de pesquisa e hipóteses/Questão didática;
- e) Revisão bibliográfica e/ou referencial teórico;
- f) Objetivo geral e objetivos específicos;
- g) Metodologia;
- h) Cronograma de realização das atividades;
- i) Estrutura preliminar do TCC;
- j) Referências Bibliográficas inicial; e
- k) Índice preliminar do trabalho, em caráter facultativo.

Art. 15º. Quando a proposta de TCC envolver seres humanos (por exemplo, por meio de entrevistas, questionários, arquivos pessoais, uso de banco de dados elaborado por outros/as pesquisadores/as ou instituições, etc.), deverão ser observadas as Normas para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos e Animais (Res. CNS nº 196/96), para a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa na UFAL (CEP), respeitando o prazo estipulado para registro da pesquisa e início da implantação do projeto. O detalhamento deste procedimento encontra-se disponível em <http://www.ufal.edu.br/comite-de-etica-em-pesquisa/>. Todo pesquisador que submeter um projeto de pesquisa ao CEP deverá, primeiramente, cadastrar-se na Plataforma Brasil disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>, e apresentar toda a documentação exigida pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

CAPÍTULO II

Da Monografia

Art. 16º. A Monografia pode ser:

I – De natureza teórica, em que o/a estudante discute um tema relevante, com intuito de rever a bibliografia, analisar criticamente conceitos de vários/as autores/as e propor ou apontar, novos conceitos que elucidem melhor o tema em questão;

II – De natureza teórica e empírica, em que o/a estudante elabora, ao lado da pesquisa teórica, uma pesquisa de campo, levantando dados primários e secundários, entrando em contato com o universo do seu objeto de estudo, fundamentando assim, a discussão teórica a partir de dados primários catalogados pelo/a próprio/a estudante.

Art. 17º. A elaboração da Monografia deve começar a partir do 7º período.

Parágrafo único. O/A estudante vinculado à iniciação científica poderá desenvolver o mesmo projeto na elaboração do TCC.

Art. 18º. A monografia deverá ter no mínimo 30 (trinta) páginas de conteúdo, excetuando a capa, a bibliografia e os anexos, e ser impresso em papel padrão “A4” e estar de acordo com as normas da ABNT-BR.

CAPÍTULO II

Do Artigo Científico

Art. 19º. O Artigo Científico pode ser:

I – De natureza teórica, em que o/a estudante discute um tema relevante, com intuito de rever a bibliografia, analisar criticamente conceitos de vários/as autores/as e propor ou apontar, novos conceitos que elucidem melhor o tema em questão;

II – De natureza teórica e empírica, em que o/a estudante elabora, ao lado da pesquisa teórica, uma pesquisa de campo, levantando dados primários e secundários, entrando em contato com o universo do seu objeto de estudo, fundamentando assim, a discussão teórica a partir de dados primários catalogados pelo/a próprio/a estudante.

Parágrafo único. O TCC, quando na forma de Artigo Científico, caso já tenha sido aprovado para publicação ou já tenha sido publicado em revista de área, com *qualis* igual ou superior a B3, o mesmo não precisará ser submetido a banca de avaliação. Sendo exigido, no entanto, que a publicação ocorra até no máximo um ano antes da integralização dos créditos, que o artigo seja uma publicação inédita de autoria individual ou em coautoria com o/a orientador/a e que seja apresentado o registro no *International Standard Serial Number* (ISSN) ou *Digital Object Identifier System* (DOI).

Art. 20º. A elaboração do Artigo deve começar a partir do 7º período.

Parágrafo único. O/A estudante vinculado à iniciação científica poderá desenvolver o mesmo projeto na elaboração do Artigo.

Art. 21º. O Artigo deverá ter no mínimo 15 (quinze) e no máximo 25 (vinte e cinco) páginas de conteúdo, excetuando a capa, a bibliografia e os anexos, e ser impresso em papel padrão “A4” e estar de acordo com as normas da ABNT-BR.

CAPÍTULO III

Do Relatório de Ensino

Art. 22º. O Relatório de Ensino em Ciências Sociais deve ser:

I – De natureza teórico-prática, em que o/a estudante elabora uma reflexão a partir de uma articulação entre as discussões em torno da problemática do ensino de sociologia e suas vivências práticas, tendo como base de referência sua inserção no espaço escolar, a partir da Prática enquanto Componente Curricular, dos Estágios Supervisionados, dentre outros.

Parágrafo único. O Relatório de Ensino não se confunde com o Relatório de Estágio, uma vez que este último refere-se, apenas, a atividade final de cada uma destas componentes curriculares obrigatórias.

Art. 23º. A elaboração do Relatório de Ensino em Ciências Sociais, pode ser iniciada a partir do 7º período do curso.

Art. 24º. O relatório de Ensino em Ciências Sociais deverá ter no mínimo 30 (trinta) laudas de conteúdo, excetuando a capa, índice, a bibliografia e os anexos, e ser impresso em papel padrão “A4”, além de estar de acordo com as normas da ABNT-BR.

Parágrafo único. Todos os Relatórios de Ensino devem conter: a) introdução; b) desenvolvimento – com foco na mediação entre teoria e prática a partir das experiências na formação docente dos/das estudantes; c) considerações finais; d) referências bibliográficas.

CAPÍTULO IV

Do Material Didático

Art. 25º. Quanto aos Materiais Didáticos:

I – Também conhecidos como “recursos” ou “tecnologias educacionais”, os materiais ou equipamentos didáticos são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do/a estudante e à sua aproximação dos conteúdos.

II – Serão admitidos enquanto Materiais Didáticos;

- a) Texto didático;
- b) Vídeo;
- c) Histórias em quadrinhos;
- d) Fotonovela;
- e) *Podcast*;
- f) Jogo didático;
- g) Aplicativo;

Parágrafo único. Todos os Materiais Didáticos precisam vir acompanhados de texto explicativo de no mínimo 15 (quinze) páginas de conteúdo, excetuando a capa, o índice, a bibliografia e os anexos, sendo impresso em papel

padrão “A4” e contendo: a) introdução; b) justificativa; c) questão didática; d) objetivo geral e específicos; e) revisão bibliográfica; f) metodologia; g) aplicação/teste do material didático; h) considerações finais; i) referências bibliográficas.

Art. 26º. A elaboração dos Materiais Didáticos, pode ser iniciada a partir do 7º período do curso.

CAPÍTULO VI

Da Composição da Banca Examinadora

Art. 27º. Todo TCC será submetido à Banca Examinadora, exceto nos casos previstos pelo Art. 19º, Parágrafo Único, sendo a banca composta por no mínimo 3 (três) professores efetivos do quadro docente do ICS, da UFAL ou de outras instituições de Ensino Superior, sendo, obrigatoriamente, 1 (um) deles, o/a orientador/a e, os demais, respectivamente, primeiro/a e segundo/a examinadores/as, salvo nos casos de Coorientadores aceito pelo Colegiado, de acordo com o Art. 3º, Parágrafo Único, podendo este atuar como membro da banca examinadora.

§ 1º O/A orientador/a deverá sempre fazer parte e presidir a Banca Examinadora do TCC por ele/ela orientado/a, sob o risco de, sem ele/a, não realizar-se a defesa. A não ser nos casos já previamente acordados junto ao Colegiado do Curso;

§ 2º É responsabilidade do/a Orientador/a convidar os/as demais professores/as para ocuparem o posto de examinadores/as, seja durante a pré-banca, quando houver, seja durante a defesa propriamente dita do TCC; podendo apenas o/a aluno/a, sugerir nome(s) que o/a orientador/a poderá acatar ou não, julgando-se os critérios de pertinência à área, regime de trabalho do/a professor/a convidado/a, bem como sua disponibilidade de horários;

§ 3º É de responsabilidade do/da presidente da Banca Examinadora a tarefa de preencher e lavrar a ata de defesa do TCC, bem como, encaminhar tal documento para a Coordenação de Curso;

§ 4º O/A orientador/a e os integrantes da Banca Examinadora não poderão ter relação de parentesco com o/a aluno/a avaliado/a;

§ 5º Excetuando-se casos específicos e justificados, a composição das Bancas Examinadoras das monografias deverá privilegiar a ciência/área de conhecimento específica em que o TCC se concentra; portanto, a Banca deverá ser composta por professores com especialização em estudos na área de Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Ensino de Sociologia/Ciências Sociais e Educação;

§ 6º A pré-banca será considerada opcional, cabendo ao/a orientador/a avaliar sua pertinência ou não, considerando o bom andamento do TCC. Caso opte pela realização da pré-banca, o/a orientador/a deve agendá-la com pelo menos 30 dias úteis antes do prazo para a defesa final

do TCC e deve contar com a participação de mais um/a professor/a examinador/a, preferencialmente, membro do quadro docente efetivo do ICS/UFAL. Para a pré-banca, orientador/a e primeiro/a examinador/a deverão preencher parecer obrigatório para posterior defesa do trabalho perante a Banca Examinadora. O/A orientando/a deverá observar e cumprir as recomendações feitas pelo/a orientador/a e pelo/a primeiro/a examinador/a antes de entregar a versão final para a Banca Examinadora.

CAPÍTULO VII

Dos Recursos Necessários Para a Defesa do TCC

Art. 28º. Cabe ao/a estudante providenciar junto ao/a seu/sua orientador/a todos os equipamentos de informática, como computador (PC), computador portátil (notebook), aparelho de projeção ou outros meios que queira utilizar durante a sua apresentação perante a Banca Examinadora.

Parágrafo único. O/A estudante poderá formular junto à Secretaria do Instituto, mediante seu/sua professor/a orientador/a, um pedido formal para a disponibilização de aparelhos de informática pertencentes ao ICS/UFAL, que será atendido na medida do possível.

CAPÍTULO VIII

Da Avaliação do TCC

Art. 29º. Quando da defesa do trabalho de Conclusão de Curso do/a estudante, o mesmo será avaliado por uma banca examinadora composta por três membros que devem pontuar dois aspectos fundamentais: o trabalho escrito e a apresentação oral.

§ 1º Sobre o trabalho escrito, a banca deve avaliar os seguintes itens: interpretação; síntese, teoria e prática; contribuição para a área; organização; argumentação; profundidade da reflexão; ortografia e gramática; estrutura; estilo e; apresentação.

Art. 30º. A Banca Examinadora seguirá os seguintes procedimentos de avaliação:

- I – Inicialmente, o/a estudante fará uma exposição oral, resumindo o conteúdo do seu TCC, em, no máximo, 15 (quinze) minutos;
- II – Em seguida, cada membro da Banca Examinadora terá 15 (quinze) minutos para considerações e perguntas, sempre com o/a Presidente fazendo as observações por último;
- III – O/A estudante terá direito a 10 (dez) minutos para formular suas respostas e considerações com relação a cada professor/a, totalizando, no máximo, 20 (vinte) minutos de resposta.

Art. 31º. Na apresentação oral a banca examinadora deve observar:

I – Na exposição: a introdução ao tema, domínio de conteúdo, criatividade, forma de apresentação, exemplificação, domínio da linguagem, contribuição para a área;

II – Na arguição: argumentação, análise crítica, aprofundamento do assunto, clareza e objetividade, coerência nas respostas, entendimento das perguntas.

Art.32º. A Banca Examinadora, depois da defesa do TCC, deverá se reunir isoladamente e deliberar sobre a nota, podendo:

I – Reprovar o trabalho, atribuindo nota menor que 7,0 (sete);

II – Aprovar o trabalho, atribuindo nota entre 7,0 (sete) e 10,0 (dez);

III – No caso de reprovação, definir um prazo para reformulação entre 10 (dez) e 30 (trinta) dias, improrrogáveis, sugerindo as alterações necessárias para a melhoria do TCC. Neste caso, será marcada nova data para defesa perante a mesma Banca Examinadora, sendo vedada a concessão de outro prazo para reformulação.

Parágrafo único. No caso do inciso III deste artigo, em persistindo as impropriedades necessárias à melhoria do TCC, o trabalho será reprovado.

Art. 33º. A avaliação do TCC é documentada mediante ata preenchida pelo Presidente da Banca, onde deverão constar as notas que cada examinador/a atribuiu ao/a estudante, bem como suas respectivas assinaturas.

Art. 34º. Nos casos em que se comprove ter havido plágio, o trabalho será imediatamente reprovado com nota 0,0 (zero) e encaminhado aos órgãos universitários competentes para análise das penalidades cabíveis, não sendo designada outra Banca até o final do procedimento disciplinar.

CAPITULO IX

Entrega do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 35º. Após a defesa do TCC, respeitado os prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC, será dever do/a estudante e parte integrante do processo de defesa do TCC, encaminhar para a Coordenação de Curso 02 (duas) vias impressas (uma deverá ser em capa dura e outra em espiral) e uma cópia digital em CD-ROM, formato (DOC), devidamente preenchido com a assinatura do orientador e demais avaliadores do trabalho. Destas cópias:

I – 01 (uma) cópia impressa e com capa dura, que será encaminhada para a Biblioteca Central;

II – 01 (uma) cópia impressa em espiral, que será encaminhada para a

Biblioteca Setorial;

III – 01 (uma) copia digital em CD será encaminhada para a Coordenação do laboratório de informática do respectivo curso para que seja disponibilizada junto à página eletrônica do ICS/UFAL. Posteriormente a cópia digital ficará arquivada no acervo da biblioteca setorial.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36º. Os custos da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso ficam a cargo exclusivo do estudante.

Art. 37º. Os casos omissos serão discutidos pela Coordenação de TCC e pelo Colegiado do Curso Licenciatura em Ciências Sociais do ICS/UFAL.

Art. 38º. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, inclusive com relação aos aspectos metodológicos, restando os aspectos procedimentais a vigorar a partir do segundo semestre de 2017.

Art. 39º. A Resolução que normatiza os procedimentos formais para elaboração e defesa de TCC dos/as estudantes do regime semestral manter-se-á em vigor, ficando o que fora resolvido e deliberado neste documento a tratar, especificamente, dos/as estudantes regulares do regime semestral do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura do ICS/UFAL.

Art. 40º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Maceió, 01 de Novembro de
2017.

Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

Júlio Cezar Gaudencio da Silva
Coordenador

Jordânia de Araújo Souza
Vice-Coordenadora

José Alexandre da Silva Júnior
Coordenador de Estágio

Marina Félix de Melo
Representante Docente

Welkson Pires
Representante Docente

Lelan Queiroz Siqueira
Técnico em Assuntos Educacionais

Túlio Ismael Souza de Araújo
Representante Discente

13. APÊNDICES

Fluxograma do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO
Introd. Sociologia	Sociologia I	Sociologia II	Sociologia III	Pensamento Social Brasileiro	Eletiva	Pesquisa Educacional	Eletiva	Eletiva
Introd. Antropologia	Antropologia I	Antropologia II	Antropologia III	Metodologia das Ciências Sociais	Pesquisa Quantitativa	Prática de Extensão em Ciências Sociais II	Educação e Diversidade	
Introd. Ciência Política	Ciência Política I	Ciência Política II	Ciência Política III	Libras	Pesquisa Qualitativa	Sociologia da Educação	Saberes e Práticas em Ensino de CS IV	Prática de Extensão em Ciências Sociais III
Profissão Docente	Política e Organização da Educação Básica	Didática	Gestão Da Educação e do Trabalho Escolar	Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	Saberes e Práticas em Ensino de CS III			
Organização do Trabalho Acadêmico	Saberes e Práticas em Ensino de CS I	Desenvolvimento e Aprendizagem	Saberes e Práticas em Ensino de CS II	Prática de Extensão em Ciências Sociais I	Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado IV
Núcleo de Estudos de Formação Geral: 23 (1.638h)								
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação: 07 (504h) + 80h de TCC								
Núcleo de Estudos Integradores: 11 (1.160h) + 200h Atividades Teórico-práticas Complementares								

Carga Horária Total: 3.582h